

Alcina Rosa Lucélia Chitunda Castilho

***A Internacionalização e o Crescimento Económico - O
impacte do IDE e do Comércio Internacional na Economia
Angolana entre 1985 e 2010***

Lisboa

2013



Instituto Superior de Gestão

A Internacionalização e o Crescimento Económico - O impacte do IDE e do Comércio Internacional na Economia Angolana entre 1985 e 2010

Alcina Rosa Lucélia Chitunda Castilho

Dissertação apresentada no Instituto Superior de Gestão para obtenção do Grau de Mestre em Estratégia de Investimento e Internacionalização

Orientadora: Prof.^a Doutora Cristina Sousa

Lisboa

2013

RESUMO

A nossa investigação prende-se em perceber o tipo de impacte que IDE e exportação causaram no crescimento da economia angolana durante o período de 1985 a 2010. Para que tal fosse possível, foi feito uma análise da teoria que sustentante a relação entre IDE, exportação e crescimento económico, e uma análise empírica composta por uma caracterização da economia angolana e a apresentação dos modelos desenvolvidos.

O enquadramento teórico mostra que a entrada de IDE afecta o investimento doméstico, o capital humano e a capacidade tecnológica do país receptor, mostra igualmente que o país receptor deve ser capaz de absorver os benefícios que são colocados a sua disposição. O comércio internacional, por suave afecta os preços e o tamanho do mercado, tanto para os produtores, como para os consumidores.

Para a análise do impacte do IDE e da exportação sobre o crescimento económico de Angola entre 1985 e 2010 desenvolvemos três modelos, estimados pelo método dos mínimos quadrados ordinários. O primeiro, para analisar o impacto do IDE sobre a exportação, o segundo para analisar o efeito da entrada de IDE sobre o crescimento económico e o terceiro analisa os efeitos que a entrada de IDE e a abertura comercial exercem sobre o crescimento económico. Devidas as características do país achou-se relevante introduzir a dummy paz, analisar a exportação total, a exportação sem o sector petrolífero e exportação apenas do sector petrolífero.

Palavras-chave: Investimento Direto Estrangeiro, Crescimento Económico, Exportação, Importação, Transferência Tecnológica, Sector Petrolífero.

ABSTRACT

Our research is about the FDI and export on Angolan economic growth over the period 1985-2010. To understand how FDI and export affects economic growth we did our research in two parts, one was the theoretical approach, to scientific support for our investigation and other was the empirical approach, where we present the board framework of Angolan economy and two econometric models.

The theoretical approach shows that FDI affects the host country domestic investment, the human capital and technology capacity. And tell us that host country must be able to take advantage of FDI benefits. International trade had effects on prices and market size for the producers and costumers.

The empirical approach for FDI and export impact in Angolan economic growth over the period 1985 - 2010 includes a general framework for the country's economy and three econometrics models using OLS method. The first is to examine the FDI impact on country's exports; the second analyzes whether FDI affects Angolan economic growth and the last, investigates the contribution of FDI and trade openness in economic growth. We include the peace as dummy and examine the exports of goods and services, the exports only with and without oil contribution.

Keywords: Foreign Direct Investment, Economic Growth, Export, Import, Technologic Transfers and Oil Industry.

AGRADECIMENTOS

O caminho que trilhei durante a elaboração desta dissertação foi facilitado por todos que me ajudaram durante o percurso. Como reconhecimento pelo apoio, colaboração e contributo que recebi no desenvolvimento desta investigação, agradeço ao Instituto Superior de Gestão pelos profissionais competentes, pelo curso e pelos conhecimentos que me disponibilizou.

Agradeço à minha orientadora, Doutora Cristina Sousa, pela forma inteligente, paciente e prestativa como orientou a minha pesquisa, por ter sido mais do que uma orientadora, por ter disponibilizado todo o material indispensável para esta dissertação. Professora, é para mim um exemplo a seguir.

Ao meu namorado, Lury Santos, por ter sido um verdadeiro co-orientador, já disseste uma vez e hoje sou eu quem diz, *esta tese também é tua*.

Aos meus amigos, pela compreensão, afinal não foram poucas as vezes que não pude estar com vocês porque tinha que fazer pesquisas para dissertação.

À minha família, agradeço pelo amor, incentivo e por estar sempre ao meu lado e apoiar as minhas decisões. Pelo orgulho que têm por mim, especialmente o meu avô Henrique, que conta os dias para ver a sua *netinha* defender a dissertação.

A todos o meu muito obrigado.

DEDICATÓRIA

Às pessoas que mais amor me dedicaram e que amei, amo e vou amar sempre, como só um filho pode e sabe amar os seus pais. À Maria Celeste Vieira, Domingos Vieira e José Castilho, a quem nunca poderei agradecer o suficiente.

ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS

IDE/FDI – Investimento Direto Estrangeiro/ Foreign Direct Investment

PIB – Produto Interno Bruto

I&D – Investigação e Desenvolvimento

OCDE/OECD – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico/
Organisation for Economic Co-operation and Development.

UNCTAD - United Nations Conference on Trade and Development

CH – Capital Humano

ID – Investimento Doméstico

CA – Capacidade de Absorção

UE – União Europeia

BNA – Banco Nacional de Angola

EMN/MNEs – Empresa/s Multinacional/is

UNIDO - United Nations Industrial Development Organization

CFC - Common Fund for Commodities

ICO - International Coffee Organization

WB – World Bank

ILO - International Labour Organization

WTO – World Trade Organization

IMF - International Monetary Fund

AfDB/BAfD - African Development Bank

UNDP/ PNUD - United Nations Development Programme

UNECA (ECA) - United Nations Economic Commission for Africa

EUA – Estados Unidos da América

WIPO - World Intellectual Property Organization

HRD - Human Resource Development

FAO - Food and Agriculture Organization

ANIP – Agência Nacional de Investimento Privado

ENANA - Empresa Nacional de Exploração de Aeroportos e Navegação Aérea

SSPP – Sem serviços e Produtos Petrolíferos

PP - Produtos Petrolíferos

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	1
PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	5
2. INTERNACIONALIZAÇÃO E CRESCIMENTO ECONÓMICO	5
2.1. A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS EMPRESAS	5
2.2. A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS	7
2.3. O ESTUDO DO CRESCIMENTO ECONÓMICO	9
3. IDE E O CRESCIMENTO ECONÓMICO.....	12
3.1. INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO – ENQUADRAMENTO GERAL 12	
3.2. IMPACTE DO IDE NA ECONOMIA.....	15
3.3. IDE E A TRANSFERÊNCIA TECNOLÓGICA	16
3.4. IDE E O CAPITAL HUMANO	19
3.5. IDE E O INVESTIMENTO DOMÉSTICO (MULTINACIONAIS VS EMPRESAS DOMÉSTICAS)	22
3.6. IDE E A CAPACIDADE DE ABSORÇÃO DO PAÍS RECEPTOR.....	25
4. COMÉRCIO INTERNACIONAL E O CRESCIMENTO ECONÓMICO	28
4.1. TEORIAS COMERCIO INTERNACIONAL – ENQUADRAMENTO GERAL.....	28
4.2. BENEFÍCIOS DO COMÉRCIO LIVRE	30
4.3. A IMPORTAÇÃO E O CRESCIMENTO ECONÓMICO.....	31
4.4. A EXPORTAÇÃO E O CRESCIMENTO DA ECONOMIA	32
4.5. O IDE E O COMÉRCIO INTERNACIONAL.....	34
5. ESTUDOS EMPÍRICOS SOBRE A RELAÇÃO ENTRE IDE, COMÉRCIO INTERNACIONAL CRESCIMENTO ECONÓMICO	37
5.1. MODELOS QUE RELACIONAM IDE COM A EXPORTAÇÃO	37
5.2. MODELOS QUE RELACIONAM IDE COM O CRESCIMENTO ECONÓMICO	38
5.3. MODELOS QUE RELACIONAM IDE E ABERTURA COMERCIAL COM O CRESCIMENTO ECONÓMICO	39
PARTE II – INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA	44

6. IDE, COMÉRCIO INTERNACIONAL E A ECONOMIA ANGOLANA	44
6.1. ANGOLA – ENQUADRAMENTO ECONÓMICO GERAL.....	44
6.1.1. A ECONOMIA ANGOLANA EM TEMPOS DE PAZ.....	46
6.1.2. POLÍTICA MONETÁRIA	50
6.2. IDE EM ANGOLA.....	51
6.3. COMERCIO INTERNACIONAL E A ECONOMIA ANGOLANA	56
7. METODOLOGIA	60
7.1. OS MODELOS	61
7.2. DEFINIÇÃO DAS VARIÁVEIS E FONTES DE DADOS	62
8. RESULTADOS	64
8.1. MODELO 1 – IMPACTE DO IDE NAS EXPORTAÇÕES DO PAÍS RECEPTOR	64
8.2. MODELO 2 – EFEITO DA ENTRADA DO IDE NA TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB	67
8.3. MODELO 3 – IMPACTO DO IDE E TA SOBRE A TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB.....	69
9. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	71
10. BIBLIOGRAFIA.....	75
APÊNDICES.....	86
APÊNDICE A – MATRIZ DE CORRELAÇÕES	87
APÊNDICE B - RESULTADOS DO MODELO 1 - IMPACTE DO IDE SOBRE AS EXPORTAÇÕES ANGOLANAS.....	88
APÊNDICE B – RESULTADOS DO MODELO 2 – IMPACTE DO IDE NO CRESCIMENTO ECONÓMICO ANGOLANO	103
APÊNDICE C – RESULTADO DO MODELO 3 – IMPACTO DO IDE E DA ABERTURA COMERCIAL NO CRESCIMENTO ECONÓMICO ANGOLANA.....	119
ANEXOS	133
ANEXO I – PRODUÇÃO DE CAFÉ EM ANGOLA	134
ANEXO II – RECEITAS FISCAIS ANGOLANAS.....	135

ANEXO III – EMPREGABILIDADE EM ANGOLA	136
ANEXO IV – INDICADORES COMERCIAIS EM PERCENTAGEM DO PIB.....	137
ANEXO V – COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES 2007 – 2011	138
ANEXO VI – PRINCIPAIS DESTINOS DA EXPORTAÇÃO DE PETRÓLEO BRUTO	139

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 – O CAPITAL HUMANO COMO DETERMINANTE DA TRANSFERÊNCIA TECNOLÓGICA E DO IDE.....	20
FIGURA 2 – ESTÁGIOS DA CAPACIDADE DE ABSORÇÃO SEGUNDO NGUYEN, DUYSTERS, PATTERSON, E SANDE	25

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – VARIAÇÕES DO PREÇO DO PETRÓLEO ENTRE 2001 E 2013 (VALORES EM DÓLARES).....	47
GRÁFICO 2 – TAXA DE CâMBIO MÉDIA ANUAL ENTRE 2002 – 2012	51
GRÁFICO 3 – INFLAÇÃO ANUAL ACUMULADA (%) ENTRE 2002 E 2012.....	51
GRÁFICO 4 – PRINCIPAIS DESTINOS PARA OS NOVOS PROJETOS DE INVESTIMENTO EXTERNO EM ÁFRICA ENTRE 2003 E 2011	52
GRÁFICO 5 – CONTA DE BENS 2008 – 2012.....	58
GRÁFICO 6 – PRINCIPAIS PAÍSES DE ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES	59

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1 – FORMAS ALTERNATIVAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO	14
TABELA 2 – IMPACTO DO IDE NO COMÉRCIO DO PAÍS RECEPTOR.....	35
TABELA 3 – RESUMO DO MODELOS QUE RELACIONAM IDE COM EXPORTAÇÃO	41
TABELA 4 – RESUMO DOS MODELOS QUE RELACIONAM IDE COM CRESCIMENTO ECONÓMICO	42
TABELA 5 – RESUMO DOS MODELOS QUE RELACIONAM IDE E ABERTURA COMERCIAL COM CRESCIMENTO ECONÓMICO	43
TABELA 6 – COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES ANGOLANAS ENTRE 1969 E 1989	45
TABELA 7 – CONDIÇÕES MACROECONÓMICAS DE ANGOLA ENTRE 1990 E 1997	46
TABELA 8 – COMPOSIÇÃO DO PIB ANGOLANO (2008 – 2012)	48
TABELA 9 – RELAÇÃO ENTRE AS ZONAS DE DESENVOLVIMENTO E OS INCENTIVOS FISCAIS	54
TABELA 10 – RESUMO SOBRE O FLUXO DE IDE PARA ANGOLA ENTRE 2003 E 2011.	56
TABELA 11 – STOCK E FLUXO DE IDE EM ANGOLA (1990 – 2010) EM MILHÕES DE DÓLARES.	56
TABELA 12 – PRODUTOS IMPORTADOS EM 2012 (EM MILHÕES DE DÓLARES)	59
TABELA 12 – DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS E FONTE DOS DADOS	63
TABELA 13 – RESULTADOS DO MODELO 1.....	66
TABELA 14 – RESULTADOS DO MODELO 2.....	68
FONTE: O AUTOR.....	68
TABELA 15 – RESULTADOS DO MODELO 3.....	70
FONTE: O AUTOR.....	70
TABELA 16 – MATRIZ DE CORRELAÇÕES.....	87
TABELA 17 – RESULTADOS DO MODELO 1 (IMPACTE DO IDE SOBRE AS EXPORTAÇÕES) PELO MÉTODO DOS MÍNIMOS QUADRADOS	88
TABELA 18 – ANÁLISE DE MULTICOLINEARIDADE DO MODELO 1 PELO VIF... ..	88

TABELA 19 – RESULTADOS DO MODELO 1 (IMPACTE DO IDE SOBRE AS EXPORTAÇÕES) PELO NEWEY-WEST ESTIMATOR.....	88
TABELA 20 – RESULTADOS DO MODELO 1 (COM A DUMMY PAZ) PELO MÉTODO DOS MÍNIMOS QUADRADOS	89
TABELA 21 – ANÁLISE DE MULTICOLINEARIDADE DO MODELO 1 (COM A DUMMY PAZ) PELO VIF	89
TABELA 22 – RESULTADOS DO MODELO 1 (EXPORTAÇÕES COM A DUMMY PAZ) PELO NEWEY-WEST ESTIMATOR	89
TABELA 23 – RESULTADOS DO MODELO 1 (COM DESFASAMENTO DE UM PERÍODO) PELO MÉTODO DOS MÍNIMOS QUADRADOS	90
TABELA 24 – ANÁLISE DE MULTICOLINEARIDADE DO MODELO 1 (COM DESFASAMENTO DE UM PERÍODO) PELO VIF	90
TABELA 25 – RESULTADOS DO MODELO 1 (COM DESFASAMENTO DE UM PERÍODO) PELO NEWEY-WEST ESTIMATOR.....	91
TABELA 26 – RESULTADOS DO MODELO 1 (COM DESFASAMENTO DE UM PERÍODO E A DUMMY PAZ) PELO MÉTODO DOS MÍNIMOS QUADRADOS.....	91
TABELA 27 – ANÁLISE DE MULTICOLINEARIDADE DO MODELO 1 (COM DESFASAMENTO DE UM PERÍODO E A DUMMY PAZ) PELO VIF	92
TABELA 28 – RESULTADOS DO MODELO 1 (COM DESFASAMENTO DE UM PERÍODO E A DUMMY PAZ) PELO NEWEY-WEST ESTIMATOR	92
TABELA 29 – RESULTADOS DO MODELO 1 (IMPACTE DO IDE SOBRE AS EXPORTAÇÕES, EXCLUINDO A EXPORTAÇÃO DOS PRODUTOR PETROLÍFEROS) PELO MÉTODO DOS MÍNIMOS QUADRADOS.....	93
TABELA 30 – ANÁLISE DE MULTICOLINEARIDADE DO MODELO 1 – SSPP PELO VIF	93
TABELA 31 – RESULTADOS DO MODELO 1 – SSPP PELO PROCEDIMENTO NEWEY-WEST ESTIMATOR.....	93
TABELA 32 – RESULTADOS DO MODELO 1 (COM A DUMMY PAZ) PELO MÉTODO DOS MÍNIMOS QUADRADOS	94
TABELA 33 – ANÁLISE DE MULTICOLINEARIDADE DO MODELO 1 (COM A DUMMY PAZ) PELO VIF.....	94
TABELA 34 – RESULTADOS DO MODELO 1 (COM A DUMMY PAZ) PELO PROCEDIMENTO NEWEY-WEST ESTIMATOR.....	94

TABELA 35 – RESULTADOS DO MODELO 1 (COM DESFASAMENTO DE UM PERÍODO) PELO MÉTODO DOS MÍNIMOS QUADRADOS	95
TABELA 36 – ANÁLISE DE MULTICOLINEARIDADE DO MODELO 1 (COM DESFASAMENTO DE UM PERÍODO) PELO VIF	95
TABELA 37 – RESULTADOS DO MODELO 1 (COM DESFASAMENTO DE UM PERÍODO) PELO PROCEDIMENTO NEWEY-WEST ESTIMATOR	96
TABELA 38 – RESULTADOS DO MODELO 1 (COM DESFASAMENTO DE UM PERÍODO E A DUMMY PAZ) PELO MÉTODO DOS MÍNIMOS QUADRADOS.....	96
TABELA 39 – ANÁLISE DE MULTICOLINEARIDADE DO MODELO 1 (COM DESFASAMENTO DE UM PERÍODO E A DUMMY PAZ) PELO VIF	97
TABELA 40 – RESULTADOS DO MODELO 1 (COM DESFASAMENTO DE UM PERÍODO E A DUMMY PAZ) PELO PROCEDIMENTO NEWEY-WEST ESTIMATOR	97
TABELA 41 – RESULTADOS DO MODELO 1 – PP PELO MÉTODO DOS MÍNIMOS QUADRADOS	98
TABELA 42 – ANÁLISE DE MULTICOLINEARIDADE DO MODELO 1 - PP PELO VIF.....	98
TABELA 43 – RESULTADOS DO MODELO 1 – PP PELO PROCEDIMENTO NEWEY-WEST ESTIMATOR.....	98
TABELA 44 – RESULTADOS DO MODELO 1 (COM A DUMMY) PELO MÉTODO DOS MÍNIMOS QUADRADOS.....	99
TABELA 45 – ANÁLISE DE MULTICOLINEARIDADE DO MODELO 1 (COM A DUMMY) PELO VIF	99
TABELA 46 – RESULTADOS DO MODELO 1 (COM A DUMMY PAZ) PELO PROCEDIMENTO NEWEY-WEST ESTIMATOR.....	99
TABELA 47 – RESULTADOS DO MODELO 1 (COM DESFASAMENTO DE UM PERÍODO) PELO MÉTODO DOS MÍNIMOS QUADRADOS.....	100
TABELA 48 – ANÁLISE DE MULTICOLINEARIDADE DO MODELO 1 (COM DESFASAMENTO DE UM PERÍODO) PELO VIF	100
TABELA 49 – RESULTADOS DO MODELO 1 (COM DESFASAMENTO DE UM PERÍODO) PELO PROCEDIMENTO NEWEY-WEST ESTIMATOR	101
TABELA 50 – RESULTADOS DO MODELO 1 (COM DESFASAMENTO DE UM PERÍODO E A DUMMY PAZ) PELO MÉTODO DOS MÍNIMOS QUADRADOS.....	101

TABELA 51 – ANÁLISE DE MULTICOLINEARIDADE DO MODELO 1 (COM DESFASAMENTO DE UM PERÍODO E A DUMMY PAZ) PELO VIF	102
TABELA 52 – RESULTADOS DO MODELO 1 (COM DESFASAMENTO DE UM PERÍODO E A DUMMY PAZ) PELO PROCEDIMENTO NEWEY-WEST ESTIMATOR	102
TABELA 53 – RESULTADOS DO MODELO 2 (IMPACTE DO IDE NO CRESCIMENTO ECONÓMICO ANGOLANO) PELO MÉTODO DOS MÍNIMOS QUADRADOS	103
TABELA 54 – ANÁLISE DE MULTICOLINEARIDADE DO MODELO 2 (IMPACTE DO IDE NO CRESCIMENTO ECONÓMICO ANGOLANO) PELO VIF.....	103
TABELA 55 – RESULTADOS DO MODELO 2 (IMPACTE DO IDE NO CRESCIMENTO ECONÓMICO ANGOLANO) PELO PROCEDIMENTO NEWEY-WEST ESTIMATOR	104
TABELA 56 – RESULTADOS DO MODELO 2 (COM A DUMMY PAZ) PELO MÉTODO DOS MÍNIMOS QUADRADOS	104
TABELA 57 – ANÁLISE DE MULTICOLINEARIDADE DO MODELO 2 (COM A DUMMY PAZ) PELO VIF.....	104
TABELA 58 – RESULTADOS DO MODELO 2 (COM A DUMMY PAZ) PELO PROCEDIMENTO NEWEY-WEST ESTIMATOR.....	105
TABELA 59 – RESULTADOS DO MODELO 2 (COM O TERMO DE INTERAÇÃO ENTRE IDE E ESEC) PELO MÉTODO DOS MÍNIMOS QUADRADOS	105
TABELA 60 – ANÁLISE DE MULTICOLINEARIDADE DO MODELO 2 (COM O TERMO DE INTERAÇÃO ENTRE IDE E ESEC) PELO VIF	106
TABELA 61 – RESULTADOS DO MODELO 2 (COM O TERMO DE INTERAÇÃO ENTRE IDE E ESEC) PELO PROCEDIMENTO NEWEY-WEST ESTIMATOR.....	106
TABELA 62 – RESULTADOS DO MODELO 2 (COM DESFASAMENTO) PELO MÉTODO DOS MÍNIMOS QUADRADOS	107
TABELA 63 – ANÁLISE DE MULTICOLINEARIDADE DO MODELO 2 (COM DESFASAMENTO) PELO VIF	107
TABELA 64 – RESULTADOS DO MODELO 2 (COM DESFASAMENTO) PELO PROCEDIMENTO NEWEY-WEST ESTIMATOR.....	108
TABELA 65 – RESULTADOS DO MODELO 2 (COM DESFASAMENTO E A DUMMY PAZ) PELO MÉTODO DOS MÍNIMOS QUADRADOS	108

TABELA 66 – ANÁLISE DE MULTICOLINEARIDADE DO MODELO 2 (COM DESFASAMENTO E A DUMMY PAZ) PELO VIF	109
TABELA 67 – RESULTADOS DO MODELO 2 (COM DESFASAMENTO E A DUMMY PAZ) PELO PROCEDIMENTO NEWAY-WEST ESTIMATOR	109
TABELA 68 – RESULTADOS DO MODELO 2 (COM DESFASAMENTO E O TERMO DE INTERAÇÃO) PELO MÉTODO DOS MÍNIMOS QUADRADOS.....	110
TABELA 69 – ANÁLISE DE MULTICOLINEARIDADE DO MODELO 2 (COM DESFASAMENTO E O TERMO DE INTERAÇÃO) PELO VIF.....	110
TABELA 70 – RESULTADOS DO MODELO 2 (COM DESFASAMENTO E O TERMO DE INTERAÇÃO) PELO PROCEDIMENTO NEWAY-WEST ESTIMATOR.....	111
TABELA 71 – RESULTADOS DO MODELO 2 (IMPACTE DO IDE NO CRESCIMENTO DO PIB PER CAPITA ANGOLANO) PELO MÉTODO DOS MÍNIMOS QUADRADOS.....	111
TABELA 72 – ANÁLISE DE MULTICOLINEARIDADE DO MODELO 2 (IMPACTE DO IDE NO CRESCIMENTO DO PIB PER CAPITA ANGOLANO) PELO VIF.....	111
TABELA 73 – RESULTADOS DO MODELO 2 (IMPACTE DO IDE NO CRESCIMENTO DO PIB PER CAPITA ANGOLANO) PELO PROCEDIMENTO NEWAY-WEST ESTIMATOR.....	112
TABELA 74 – RESULTADOS DO MODELO 2 (COM A DUMMY PAZ) PELO MÉTODO DOS MÍNIMOS QUADRADOS	112
TABELA 75 – ANÁLISE DE MULTICOLINEARIDADE DO MODELO 2 (COM A DUMMY PAZ) PELO VIF.....	112
TABELA 76 – RESULTADOS DO MODELO 2 (COM A DUMMY PAZ) PELO PROCEDIMENTO NEWAY-WEST ESTIMATOR.....	113
TABELA 77 – RESULTADOS DO MODELO 2 (COM O TERMO DE INTERAÇÃO) PELO MÉTODO DOS MÍNIMOS QUADRADOS.....	113
TABELA 78 – ANÁLISE DE MULTICOLINEARIDADE DO MODELO 2 (COM O TERMO DE INTERAÇÃO) PELO VIF	113
TABELA 79 – RESULTADOS DO MODELO 2 (COM O TERMO DE INTERAÇÃO) PELO PROCEDIMENTO NEWAY-WEST ESTIMATOR	114
TABELA 80 – RESULTADOS DO MODELO 2 (COM DESFASAMENTO DE UM PERÍODO) PELO MÉTODO DOS MÍNIMOS QUADRADOS.....	114

TABELA 81 – ANÁLISE DE MULTICOLINEARIDADE DO MODELO 2 (COM DESFASAMENTO DE UM PERÍODO) PELO VIF	114
TABELA 82 – RESULTADOS DO MODELO 2 (COM DESFASAMENTO DE UM PERÍODO) PELO PROCEDIMENTO NEWY-WEST ESTIMATOR	115
TABELA 83 – RESULTADOS DO MODELO 2 (COM DESFASAMENTO DE UM PERÍODO E A DUMMY PAZ) PELO MÉTODO DOS MÍNIMOS QUADRADOS.....	115
TABELA 84 – ANÁLISE DE MULTICOLINEARIDADE DO MODELO 2 (COM DESFASAMENTO DE UM PERÍODO E A DUMMY PAZ) PELO VIF	116
TABELA 85 – RESULTADOS DO MODELO 2 (COM DESFASAMENTO DE UM PERÍODO E A DUMMY PAZ) PELO PROCEDIMENTO NEWY-WEST ESTIMATOR	116
TABELA 86 – RESULTADOS DO MODELO 2 (COM DESFASAMENTO DE UM PERÍODO E O TERMO DE INTERAÇÃO) PELO MÉTODO DOS MÍNIMOS QUADRADOS	117
TABELA 87 – ANÁLISE DE MULTICOLINEARIDADE DO MODELO 2 (COM DESFASAMENTO DE UM PERÍODO E O TERMO DE INTERAÇÃO) PELO VIF..	117
TABELA 88 – RESULTADOS DO MODELO 2 (COM DESFASAMENTO DE UM PERÍODO E O TERMO DE INTERAÇÃO) PELO PROCEDIMENTO NEWY-WEST ESTIMATOR	118
TABELA 89 – RESULTADOS DO MODELO 3 (IMPACTO DO IDE E DA ABERTURA COMERCIAL NO CRESCIMENTO ECONÓMICO ANGOLANA) PELO MÉTODO DOS MÍNIMOS QUADRADOS.....	119
TABELA 90 – ANÁLISE DE MULTICOLINEARIDADE DO MODELO 3 (IMPACTO DO IDE E DA ABERTURA COMERCIAL NO CRESCIMENTO ECONÓMICO ANGOLANA) PELO VIF	119
TABELA 91 – RESULTADOS DO MODELO 3 (IMPACTO DO IDE E DA ABERTURA COMERCIAL NO CRESCIMENTO ECONÓMICO ANGOLANA) PELO PROCEDIMENTO NEWY-WEST ESTIMATOR.....	119
TABELA 92 – RESULTADOS DO MODELO 3 (COM DESFASAMENTO DE UM PERÍODO) PELO MÉTODO DOS MÍNIMOS QUADRADOS.....	120
TABELA 93 – ANÁLISE DE MULTICOLINEARIDADE DO MODELO 3 (COM DESFASAMENTO DE UM PERÍODO) PELO VIF	120

TABELA 94 – RESULTADOS DO MODELO 3 (COM DESFASAMENTO DE UM PERÍODO) PELO PROCEDIMENTO NEWEY-WEST ESTIMATOR	121
TABELA 95 – RESULTADOS DO MODELO 3 (COM DESFASAMENTO DE UM PERÍODO E A DUMMY PAZ) PELO MÉTODO DOS MÍNIMOS QUADRADOS.....	121
TABELA 96 – ANÁLISE DE MULTICOLINEARIDADE DO MODELO 3 (COM DESFASAMENTO DE UM PERÍODO E A DUMMY PAZ) PELO VIF	122
TABELA 97 – RESULTADOS DO MODELO 3 (COM DESFASAMENTO DE UM PERÍODO E A DUMMY PAZ) PELO PROCEDIMENTO NEWEY-WEST ESTIMATOR	122
TABELA 98 – RESULTADOS DO MODELO 3 (COM DESFASAMENTO DE UM PERÍODO E O TERMO DE INTERAÇÃO) PELO MÉTODO DOS MÍNIMOS QUADRADOS	123
TABELA 99 – ANÁLISE DE MULTICOLINEARIDADE DO MODELO 3 (COM DESFASAMENTO DE UM PERÍODO E O TERMO DE INTERAÇÃO) PELO VIF..	123
TABELA 100 – RESULTADOS DO MODELO 3 (COM DESFASAMENTO DE UM PERÍODO E O TERMO DE INTERAÇÃO) PELO PROCEDIMENTO NEWEY-WEST ESTIMATOR	124
TABELA 101 – RESULTADOS DO MODELO 3 (COM DESFASAMENTO DE UM PERÍODO, O TERMO DE INTERAÇÃO E A DUMMY) PELO MÉTODO DOS MÍNIMOS QUADRADOS.....	124
TABELA 102 – ANÁLISE DE MULTICOLINEARIDADE DO MODELO 3 (COM DESFASAMENTO DE UM PERÍODO, O TERMO DE INTERAÇÃO E A DUMMY) PELO VIF	125
TABELA 103 – RESULTADOS DO MODELO 3 (COM DESFASAMENTO DE UM PERÍODO, O TERMO DE INTERAÇÃO E A DUMMY) PELO PROCEDIMENTO NEWEY-WEST ESTIMATOR.....	125
TABELA 104 – RESULTADOS DO MODELO 3 (IMPACTO DO IDE E DA ABERTURA COMERCIAL NO CRESCIMENTO DO PIB PER CAPITA) PELO MÉTODO DOS MÍNIMOS QUADRADOS	126
TABELA 105 – ANÁLISE DE MULTICOLINEARIDADE DO MODELO 3 (IMPACTO DO IDE E DA ABERTURA COMERCIAL NO CRESCIMENTO DO PIB PER CAPITA) PELO VIF	126

TABELA 106 – RESULTADOS DO MODELO 3 (IMPACTO DO IDE E DA ABERTURA COMERCIAL NO CRESCIMENTO DO PIB PER CAPITA) PELO PROCEDIMENTO NEWEY-WEST ESTIMATOR.....	126
TABELA 107 – RESULTADOS DO MODELO 3 (COM DESFASAMENTO DE UM PERÍODO) PELO MÉTODO DOS MÍNIMOS QUADRADOS.....	127
TABELA 108 – ANÁLISE DE MULTICOLINEARIDADE DO MODELO 3 (COM DESFASAMENTO DE UM PERÍODO) PELO VIF	127
TABELA 109 – RESULTADOS DO MODELO 3 (COM DESFASAMENTO DE UM PERÍODO) PELO PROCEDIMENTO NEWEY-WEST ESTIMATOR	128
TABELA 110 – RESULTADOS DO MODELO 3 (COM DESFASAMENTO DE UM PERÍODO E A DUMMY PAZ) PELO MÉTODO DOS MÍNIMOS QUADRADOS.....	128
TABELA 111 – ANÁLISE DE MULTICOLINEARIDADE DO MODELO 3 (COM DESFASAMENTO DE UM PERÍODO E A DUMMY PAZ) PELO VIF	129
TABELA 112 – RESULTADOS DO MODELO 3 (COM DESFASAMENTO DE UM PERÍODO E A DUMMY PAZ) PELO PROCEDIMENTO NEWEY-WEST ESTIMATOR	129
TABELA 113 – RESULTADOS DO MODELO 3 (COM DESFASAMENTO DE UM PERÍODO E O TERMO DE INTERAÇÃO) PELO MÉTODO DOS MÍNIMOS QUADRADOS	130
TABELA 114 – ANÁLISE DE MULTICOLINEARIDADE DO MODELO 3 (COM DESFASAMENTO DE UM PERÍODO E O TERMO DE INTERAÇÃO) PELO VIF..	130
TABELA 115 – RESULTADOS DO MODELO 3 (COM DESFASAMENTO DE UM PERÍODO E O TERMO DE INTERAÇÃO) PELO PROCEDIMENTO NEWEY-WEST ESTIMATOR	131
TABELA 116 – RESULTADOS DO MODELO 3 (COM DESFASAMENTO DE UM PERÍODO, O TERMO DE INTERAÇÃO E A DUMMY PAZ) PELO MÉTODO DOS MÍNIMOS QUADRADOS.....	131
TABELA 117 – ANÁLISE DE MULTICOLINEARIDADE DO MODELO 3 (COM DESFASAMENTO DE UM PERÍODO, O TERMO DE INTERAÇÃO E A DUMMY PAZ) PELO VIF	132
TABELA 118 – RESULTADOS DO MODELO 3 (COM DESFASAMENTO DE UM PERÍODO, O TERMO DE INTERAÇÃO E A DUMMY PAZ) PELO PROCEDIMENTO NEWEY-WEST ESTIMATOR.....	132

TABELA 119 – PRODUÇÃO DE CAFÉ EM ANGOLA (DESDE OS ANOS 60 ATÉ 1998)	134
TABELA 120 – RECEITAS FISCAIS DE 2008 A 2010.....	135
TABELA 121 – RECEITAS FISCAIS DE 2009 A 2011.....	135
TABELA 122 – NÚMERO DE EMPREGADOS POR SECTOR DE ATIVIDADE.....	136
.....	137
TABELA 123 - INDICADORES COMERCIAIS EM PERCENTAGEM DO PIB 2007 – 2011	137
.....	138
TABELA 124– COMPOSIÇÃO DA EXPORTAÇÃO ANGOLANA ENTRE 2007 E 2011	138
.....	139
TABELA 125 – DESTINO DA EXPORTAÇÃO DE PETRÓLEO BRUTO ENTRE 2007 E 2011	139

1. INTRODUÇÃO

A internacionalização é um fenómeno ao qual nenhuma economia está imune. Para os agentes económicos, os parceiros, concorrentes e clientes deixaram de ser apenas os domésticos, facto que torna o mercado maior e mais competitivo.

A internacionalização pode ser feita de diferentes formas e por diferentes motivos. A literatura sugere que as empresas devem basear a escolha da forma de entrada no mercado externo com base no *trade-off* entre o risco e o retorno (Agarwal & Ramaswami, 1992). Por outro lado, segundo Pett, Francis, & Wolff (2004) os factores que incentivam as empresas a entrar no mercado externo fazem parte dos elementos mais críticos e dinâmicos do processo de internacionalização. Contudo, independente da forma como é feita e das suas motivações, tem impacto económico para os países envolvidos, ou seja, afecta direta ou indiretamente o seu crescimento económico.

A entrada no país de bens produzidos no exterior e de empresas estrangeiras, assim como o facto de as empresas domésticas venderem os seus produtos no mercado externo afecta cada uma das suas unidades económicas de diferentes formas. A entrada de bens produzidos no exterior (importação) afecta os consumidores e produtores em termos de preço, quantidade e qualidade dos bens disponíveis no mercado, factores que têm impacto na competitividade das empresas.

Por sua vez, as empresas estrangeiras ao entrarem no mercado (entrada de IDE) afectam o investimento total do país e a tecnologia existente nesse país, podendo até afectar as exportações do país, dependendo do tipo ou das motivações que levam as empresas a realizar esse investimento.

No caso de Angola, a internacionalização tem sido um fenómeno crescente: o número de empresas estrangeiras que investem em Angola tem vindo a aumentar e as empresas angolanas começam a investir mais no exterior. Também o fluxo comercial de e para o exterior tem vindo a aumentar de forma sustentada.

Neste sentido é importante perceber como reage ou tem reagido a economia angolana à crescente internacionalização, nomeadamente à presença de EMN e às exportações.

As alterações que o fenómeno da internacionalização provoca nas economias têm sido objecto de estudo para vários autores. Durante a pesquisa bibliográfica para elaboração desta dissertação foram encontrados vários estudos que abordavam esta temática para diferentes países, inclusive países africanos. Contudo, não foi identificado nenhum estudo para economia angolana.

Deste modo, o presente estudo irá permitir compreender a recente dinâmica económica de Angola, relacionando o crescimento económico com a internacionalização.

O trabalho tem como objectivo responder à seguinte questão: Será que a internacionalização da economia angolana teve impacte no crescimento económico que o país tem vivido?

Para responder a esta questão central, que é o objectivo principal do trabalho, levantam-se quatro questões de investigação, que formam os nossos objectivos específicos:

- Q1. Como pode a economia angolana tirar proveito da entrada de IDE?
- Q2. Nas relações comerciais com o exterior, deverá o governo angolano usar mecanismos que fomentem a exportação e desancoragem a importação?
- Q3. A relação entre a entrada de IDE e as exportações angolanas é de complementaridade ou de substituição?
- Q4. Qual o impacte do IDE e das relações comerciais com o exterior no crescimento do PIB angolano?

Para responder às questões iremos:

- 1. Sistematizar a literatura sobre a relação entre crescimento económico, IDE e exportação;
- 2. Descrever o processo de internacionalização da economia angolana;

3. Construir modelos econométricos para analisar o impacto: a) do IDE nas exportações; b) do IDE no crescimento do PIB; c) do IDE e da taxa de abertura comercial no crescimento do PIB;
4. Testar os modelos construídos vendo dados da economia angolana referentes ao período 1984 – 2011.

O trabalho está estruturado em nove capítulos, sendo o primeiro esta introdução. Para os restantes capítulos entendeu-se fazer uma divisão em partes, o enquadramento teórico (com quatro capítulos) e o empírico (igualmente quatro capítulos).

No segundo capítulo faremos um enquadramento geral sobre internacionalização e sobre crescimento económico. Já no terceiro capítulo apresentaremos o conceito, tipos e as razões que levam algumas empresas a realizarem o IDE, bem como um enquadramento sobre as formas como o IDE pode afectar o crescimento económico do país receptor.

No quarto capítulo será feito um enquadramento geral sobre a teoria do comércio internacional e uma abordagem sobre o impacto do comércio livre na economia (no crescimento económico). E o quinto e último capítulo da primeira parte será dedicado à síntese dos modelos apresentados nos estudos empíricos que sustentam o nosso trabalho empírico.

O trabalho empírico será apresentado na segunda parte, que engloba os capítulos seis a nove. O capítulo seis começa com uma apresentação geral da situação económica de Angola, seguida de análise de evolução da entrada de IDE em Angola no período de 1985 – 2010 e de um olhar sobre as relações comerciais angolanas (importações e exportações) no mesmo período.

O capítulo sete, por sua vez, será dedicado à apresentação da metodologia, nomeadamente dos modelos econométricos construídos, incluindo a explicação da recolha dos dados, da operacionalização das variáveis, das especificações dos modelos e das técnicas usadas.

No capítulo oito serão apresentados os resultados dos modelos empíricos. O capítulo 9 conclui este estudo, sistematizando e discutindo os principais resultados e

suas implicações, apresentando limitações e apontando pistas de investigações futuras.

PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2. INTERNACIONALIZAÇÃO E CRESCIMENTO ECONÓMICO

2.1. A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS EMPRESAS

A internacionalização tem sido para muitas empresas uma forma de garantir a sua sobrevivência e o seu crescimento, uma vez que, a internacionalização é forma de as empresas terem acesso a níveis de rentabilidade que não estão ao alcance das empresas puramente domésticas (Serra, Ferreira, Torres, & Torres, 2010).

Para Freire (1997) a internacionalização da empresa consiste, primariamente, em estender as estratégias de produtos-mercados e de integração vertical que aplica no mercado doméstico para o mercado externo (réplica parcial ou total da sua cadeia operacional), sendo necessário ter em conta os benefícios, riscos e custos das modalidades de internacionalização que melhor se adaptam à empresa (sua atividade e produto) e em seguida analisar se atuação no mercado externo será a mesma que no mercado doméstico ou terá que ser adaptada, tendo em consideração as características do novo meio envolvente. O autor acrescenta que tomada a decisão de internacionalizar é necessário que a empresa decida *como* (qual a modalidade de internacionalização deve escolher) e *para onde* ir.

As três formas clássicas de internacionalização de empresas são: exportação, licenciamento e IDE (Berbel-Pineda & Ramírez-Hurtado, 2012). Mas, podemos encontrar na literatura diferentes tipologias de formas de internacionalização. Para Carvalho (2011) e Freire (1997) as modalidades de internacionalização existentes podem ser agrupadas em três tipos.

- Por via transacional: exportações spot¹, exportações a médio e longo prazo, exportações via agentes ou distribuidores, licenciamento da tecnologia ou marca e franchising;

¹ “Venda ocasional de produtos nos mercados externos” (Freire, 1997)

- Por via do investimento direto: joint-ventures de distribuição e marketing, joint-ventures integrada, subsidiárias de distribuição e marketing e integrada;
- Por via de projetos (projeto chave-na-mão, projeto BOT e contractos de gestão)².

Já segundo Serra, Ferreira, Torres, & Torres (2010), a internacionalização é feita através da exportação, o licenciamento, da constituição de joint-ventures ou de alianças estratégicas, da aquisições no mercado externo e da realização de investimento no exterior com o objectivo de criar estruturas comerciais ou industriais (a estes últimos os autores chamaram de investimento direto estrangeiro ou investimento *greenfield*).

Os estudos existentes revelam, por outro lado, que o processo de internacionalização é geralmente realizado em fases ou estágios. Assim, por exemplo, Johanson & Wiedersheim-Paul (1975) consideraram a falta de informação e de recursos como os principais obstáculos para a internacionalização e apresentam o processo de internacionalização em quatro fases distintas:

- Exportação não regular (a empresa não se compromete com mercado em que exporta e não existe um canal de troca constante de informação entre a empresa e o mercado);
- Exportação por via de um representante local (neste caso, a empresa tem um meio de ligação com o mercado para que exporta, e é por esta via que obtém informação regular sobre as vendas. Ter um representante significa igualmente que a empresa assume um compromisso com o mercado);
- Subsidiária comercial (a empresa controla os canais de comunicação, facto que lhe permite o acesso direto à toda informação que flui do mercado para a empresa)
- Produção (esta fase o compromisso com o mercado é maior, envolvendo um maior investimento)

² O projeto BOT consiste em construir, explorar por um período de tempo e depois entregar (Carvalho R. M., 2011)

2.2. A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS

A internacionalização das economias não é um processo atual. Para Paliu-Popa (2009) foi a seguir à II Guerra Mundial que se deu o *boom* no processo de internacionalização da economia. Por outro lado, Hagedoorn & Schakenraad (1991) e Faini (2005) apontam os anos 80 como sendo o período em que se deu o início da aceleração da internacionalização das economias.

Hagedoorn & Schakenraad (1991) apontam os anos 50 como uma época em que a economia mundial era dominada por empresas norte-americanas, que lideram em termos de IDE. As europeias e japonesas esforçavam-se por alcançá-las, usando a exportação como arma principal. Os autores acrescentam que as mudanças, no mercado internacional, começaram a ser sentidas entre os anos 60 e 70 com o aumento da quota de mercado das empresas europeias e japonesas e consequentemente redução da quota das empresas americanas. Contudo, só nos anos 80 houve a grande alteração no que diz respeito ao IDE e, os Estados Unidos de América passaram de principal emissor de IDE para principal receptor.

Contudo, notou-se durante a revisão da literatura que a globalização económica é diversas vezes mencionada pelos autores que abordam a temática da internacionalização. Daly (1999) chama a atenção para o facto de frequentemente se confundirem os conceitos de internacionalização e de globalização. Para o autor, internacionalização refere-se à importância crescente do comércio, relações, tratados e alianças entre países. Já globalização refere-se à integração global de várias economias de forma a tornarem-se uma só.

Com base nos estudos analisados é possível afirmar que o comércio internacional e o IDE são aspectos importantes na internacionalização de uma economia. Faini (2005) realça a importância do IDE e do comércio internacional durante o boom no processo de internacionalização nos anos 80. Pournarakis & Varsakelis (2004) por sua vez apresentaram o IDE como fator de integração na economia e o peso das exportações no PIB e do comércio internacional (exportação + importação) no PIB como medidas do grau de internacionalização de uma economia. Ideia reforçada por Fernández, García, & Tortosa-Ausina (2007) que ao

classificarem os indicadores da integração económica internacional aponta o grau de abertura comercial como uma medida de intergração económica.

O conceito de abertura comercial, segundo Yanikkaya (2003) tornou-se semelhante ao de comércio livre, isto é, a eliminação das distorções comerciais. O autor apresenta cinco formas de medição da abertura ao comércio:

- Através da percentagem do comércio internacional no PIB (grau de abertura comercial), ou seja, do somatório das importações e das exportações dividido pelo PIB (BIS performance indicators, 2013);
- Através das restrições comerciais, que inclui as tarifas médias, os impostos sobre a exportação, o total dos impostos sobre o comércio e o índice das barreiras não tarifárias;
- Através dos acordos de pagamentos bilaterais (que descreve o método geral de liquidação da balança comercial de dois países);
- Através da taxa de câmbio, nesta categoria o *black market premium* é a medida mais usada e serve para averiguar a gravidade das restrições comerciais;
- Através do índice de orientação comercial que testa o efeito da abertura comercial sobre o crescimento.

Apesar de existirem diversas formas para medir a abertura comercial, diversos autores apontam a percentagem do comércio no PIB como a medida mais usada pelos estudiosos para medir a abertura comercial de um país (Stensnes (2006), Yanikkaya (2003), Fernández, García, & Tortosa-Ausina (2007), e o BIS performance indicators (2013)).

O IDE é como já vimos um modos mais comum de internacionalização das empresas que, além do impacto no crescimento económico também influência o grau de internacionalização da economia dos países emissor e receptor.

Para o caso do país receptor, podemos justificar a nossa afirmação recorrendo às características do IDE vertical. Segundo Shenkar & Luo (2007) a empresa multinacional (EMN) pode tanto afectar a importação do país receptor (no caso de usar o país emissor como fornecedor de bens intermédios para a produção no país

receptor, logo afecta a exportação do país emissor) como pode afectar a exportação do país receptor (ao produzir bens intermédios e exportar para o país emissor ou para outros países, neste caso afecta a importação do país emissor ou dos países para os quais os bens intermédios são enviados).

Também o *Export-increasing* e o *Import-substituting* (Moosa, 2002) podem ser usados como base para a nossa afirmação uma vez que têm impacto no grau de abertura comercial.

Outros conceitos relevantes são os de fluxo e stock de IDE. Entende-se por fluxo de IDE o montante de IDE realizado num dado período de tempo. O stock de IDE é o montante total de IDE que se acumulou durante um certo período de tempo (Shenkar & Luo, 2007).

2.3.O ESTUDO DO CRESCIMENTO ECONÓMICO

O estudo do crescimento económico tem estado no centro da atenção dos economistas ao longo dos anos. Os primeiros contributos para a teoria do crescimento económico foram dados pelos clássicos Smith, Ricardo e Malthus, e mais tarde por Ramsey, Young, Knight e Schumpeter ao abordarem ideias como a competitividade, os equilíbrios dinâmicos, o papel e a relação dos rendimentos decrescentes com a acumulação de capital físico e humano, a interação existente entre o rendimento per capita e a taxa de crescimento da população, o monopólio como incentivo ao avanço tecnológico e o impacto do progresso tecnológico que se materializava no aumento do trabalho especializado e na descoberta de novos produtos e novas técnicas de produção. A partir destes contributos foram lançadas bases de teoria moderna do crescimento económico (Barro & Sala-i-Martin, 2004).

As variações do PIB têm sido usadas como indicadores do crescimento (ou não) económico, ou seja, o crescimento económico traduz-se no aumento da produção interna que pode resultar de melhores *inputs* ou de práticas ou técnicas mais eficientes (Herrick & Kindleberger, 1983). No entanto, é necessário conhecer quais os factores que contribuem para o crescimento da economia de um país.

Para tal contamos com a teoria Neoclássica (com base no modelo de Solow) e a teoria do crescimento endógeno (desenvolvida por Romer e Lucas), que são principais teorias no que toca ao estudo do factores que determinam o crescimento económico (Petrakos, Arvanitidis, & Pavleas, 2007). A teoria neoclássica ou modelo neoclássico realça a importância do investimento na acumulação de capital e apresenta o progresso tecnológico como factor de crescimento económico no longo prazo (Aghion & Howitt, 2009), já a teoria do crescimento endógeno por sua vez defende que a introdução de factores como o conhecimento e a inovação conduzem a um crescimento económico autossustentável (Petrakos & Arvanitidis, 2008).

Segundo Petrakos & Arvanitidis (2008) os determinantes do crescimento económico são, o investimento, o capital humano, a inovação e a I&D, as políticas económicas e as condições macroeconómicas, a abertura comercial, o IDE, o quadro institucional, factores políticos, socioculturais, a localização geográfica e as tendências demográficas.

Samuelson & Nodhaus (2005) apresentaram quatro fatores de crescimento ou como as quatro rodas que fazem deslocar a máquina do progresso económico:

- Os recursos humanos, factor que segundo os autores é composto pela quantidade de trabalhadores e pelas qualificações da população ativa. E acrescentam que a sua qualidade é considerado por vários economistas como o mais importante para crescimento, uma vez que apenas trabalhadores qualificados e treinados são capazes de usar de forma eficaz os bens de capital;
- Os recursos naturais, que apesar de não serem condição necessária para o bom desempenho económico estiveram na base do crescimento de países como o Canadá e a Noruega;
- A formação de capital que inclui equipamentos, infra-estruturas e fábricas; os autores relembram que o investimento em infra-estruturas, centrais eléctricas e automóveis no século passado tiveram um efeito positivo sobre a produtividade e facilitaram a criação de novas indústrias;
- A tecnologia, que permitiu alterações no processo produtivo e a criação de novos produtos e serviços.

Adicionalmente, estes autores referem-se ao PIB per capita como conceito relevante no estudo do crescimento económico, pelo facto da sua taxa de crescimento ser traduzir o crescimento do nível de vida do país e porque ao crescer afecta de forma positiva os rendimentos médios.

Esta relevância é reforçada por Haller (2012) que ao apresentar os tipos de crescimento económico coloca o crescimento da população como factor chave para que seja determinado o tipo de crescimento. Os tipos de crescimento apresentados pelo autor são:

- Negativo, quando a população cresce a um ritmo superior ao do indicador de crescimento usado;
- Neutro, quando a população e o indicador do crescimento económico crescem ao mesmo ritmo;
- Positivo, quando o indicador do crescimento económico cresce a um ritmo mais acelerado em relação ao crescimento da população.

3. IDE E O CRESCIMENTO ECONÓMICO

3.1. INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO – ENQUADRAMENTO GERAL

O efeito do IDE na economia receptora tem captado, ao longo do tempo, a atenção de muitos estudiosos, que procuram perceber como reage a economia (os seus agentes ou unidades económicas) na presença de EMN. Para este capítulo propomo-nos a apresentar os estudos sobre o impacte do IDE no país receptor, procurando ter em consideração as unidades económicas (ou agentes) que são influenciadas pelo IDE e a forma como são influenciadas. No entanto, antes da análise dos efeitos apresentaremos o conceito, tipos e formas de IDE.

O IDE acontece quando uma entidade realiza um investimento de carácter duradouro numa empresa localizada no exterior, com o objectivo de possuir influência significativa na gestão da empresa em que o investimento foi realizado. Por influência significativa entende-se que o investidor deve possuir pelo menos 10% das ações ou do poder de voto da empresa em que investiu (OECD, 2008).

Tendo em conta a definição apresentada pela OCDE podemos dizer que para um investimento ser considerado IDE não basta apenas haver diferença entre a residência do investidor e da empresa em que o investimento é realizado, é necessário que o investidor tenha um certo controle sobre as atividades da empresa em que investiu. A decisão de realizar tal investimento depende das necessidades da empresa e das características do mercado externo, factores que podem determinar o tipo de IDE e o seu modo de entrada.

Os tipos de IDE segundo (Dunning, 2000) variam de acordo com o que motiva uma empresa a produzir no exterior. Para o autor, os tipos de IDE podem ser:

- *Market seeking*: empresas que orientam o seu IDE para a procura, ou seja, que pretendam satisfazer um determinado mercado externo;
- *Natural resource seeking*: IDE orientado para tornar a empresa mais lucrativa e competitiva no seu mercado, empresas que investem no

exterior para terem acesso aos recursos naturais, produtos agrícolas e trabalho não qualificado;

- *Rationalized or efficiency seeking*: destina-se a promoção de uma divisão mais eficiente do trabalho ou da especialização do portfólio de ativos domésticos e estrangeiros por parte da empresa;
- *Strategic asset seeking*: IDE para proteger ou aumentar a vantagem específica de posse da empresa e reduzir a dos seus concorrentes.

Moosa (2002) apresenta duas tipologias de IDE. A primeira refere-se à empresa que realiza o IDE, distinguindo:

- IDE horizontal: produzir no país receptor o mesmo bem que se produz no país emissor;
- IDE vertical: *backward* – para explorar matéria-prima e *forward* – adquirindo pontos de distribuição para se aproximar dos consumidores;
- IDE conglomerado que envolve o IDE vertical e horizontal.

A segunda, adopta o ponto de vista do país receptor, distinguindo os seguintes tipos de IDE:

- *Import-substituting*: quando passam a ser produzidos no país os bens que anteriormente eram importados;
- *Export-increasing*: o país ao aumentar a exploração de matéria-prima e de produtos intermédios aumenta a sua exportação;
- *Government-initiated*: acontece quando o governo cria políticas de incentivo ao IDE.

A realização de IDE requer uma cuidada análise às características do mercado, à dimensão, aos factores ambientais e às barreiras ao comércio e ao investimento (Markusen & Maskus, 2001).

A realização de IDE só deve acontecer quando for a alternativa mais vantajosa, visto que envolve níveis de risco e de investimento geralmente superiores às alternativas da exportação que permite à empresa incorrer a custos mais baixos

que o IDE (Conconi, Sapir, & Zanardi, 2013) e do licenciamento (Berbel-Pineda & Ramírez-Hurtado, 2012).

Segundo o paradigma eclético (OLI) a extensão e o padrão da produção internacional pode ser explicado por três factores *ownership specific advantages*, *location advantages* e *internalisation advantages* (Dunning, 2001). E para que o IDE seja preferível às outras formas de internacionalização é necessário que estes factores existam e sejam satisfeitos (Cleeve, 2009). A tabela 1 mostra qual a forma de internacionalização mais indicada tendo em conta o paradigma eclético.

Formas de Internacionalização	Paradigma eclético		
	<i>Ownership specific advantages</i>	<i>Location advantages</i>	<i>Internalisation advantages</i>
IDE	sim	sim	sim
Exportação	sim	sim	não
Transferência contratual	sim	não	não

Tabela 1 – Formas Alternativas De Internacionalização

Adaptado de: Pedersen (2003)

Em Cleeve (2009) podemos ver que cada um destes factores responde as seguintes questões:

- Por que motivo as EMN podem ser mais lucrativas que as empresas domésticas no país receptor?
- Onde e como produzir?
- Por que razão as empresas optam pela produção internacional?

Com base em Dunning (2000) as respostas são pelas características de cada um dos factores que compõem o paradigma.

- *Ownership specific advantages*, que explica o motivo pelo qual as EMN são mais lucrativas que as domésticas no país receptor, uma vez que as EMN possuem vantagens competitivas em relação às empresas domésticas;
- *Location advantages*, responde a questão de onde produzir: quando uma empresa decide internacionalizar a produção, esta deve ter uma

localização estratégica, em um país ou região que acrescente valor na atividade da EMN;

- *Internalisation advantages*: explica a razão pela qual as empresas optam por internacionalizar a produção, que é motivada pela imobilidade dos recursos (naturais ou não) em que a empresa possui vantagem competitiva. Note-se que estes recursos estão localizados em um país ou região diferente ao país de origem da EMN.

Outro aspecto a ter em consideração ao realizar um investimento no exterior é o modo de entrada. É necessário decidir entre construir nova empresa ou unidade fabril (*greenfield*), realizar fusões e aquisições (*cross-border mergers and acquisitions – M&As*) ou participar numa *joint venture* (Moosa, 2002). O investimento *greenfield* é bem recebido pelo país receptor devido ao potencial de criação de empregos e de valor acrescentado, mas as fusões e aquisições (*M&As*) são mais baratas e permitem ao investidor um rápido acesso ao mercado em relação ao investimento *greenfield*.

3.2. IMPACTE DO IDE NA ECONOMIA

A entrada de IDE tem um papel relevante no país receptor, sendo no total de investimento privado do país, aquele que mais estimula o crescimento económico (Dabour, 2000). E no caso dos países em desenvolvimento pode ser o instrumento mais eficaz na redução da pobreza, uma vez que permite a expansão tecnológica, ajuda na formação do capital humano, contribui para a integração no comércio internacional, cria um ambiente empresarial mais competitivo e contribui para um melhor desenvolvimento do sector empresarial (Ahmed, 2012).

A entrada de IDE foi um dos componentes no rápido crescimento económico dos países do leste asiático, permitindo que tais países alcançassem o nível de desenvolvimento dos países ocidentais mais desenvolvidos (Ahmed, 2012). Logo podemos concluir que a literatura aponta o IDE como um dos factores com influência na transição entre os níveis de desenvolvimento do país receptor.

Mas, os estudos também mencionam que para que um país tenha acesso aos benefícios de longo prazo do IDE tem que possuir um conjunto de características, entre as quais se destacam o capital humano, a capacidade de absorção (Borensztein, Gregorio, & Lee, 1998), a estabilidade económica e o mercado liberalizado (Li & Liu, 2005).

Adicionalmente, a literatura revela que o impacto no crescimento é influenciado pelo tipo de IDE. Por exemplo Li & Liu (2005) mostraram que o IDE exporting-promoting tem maior relevância para o crescimento económico do país receptor em relação ao IDE importing-substituting. Adicionalmente, os autores mostraram que o efeito do IDE varia de país para país e que as políticas comerciais têm um papel importante no impacto do IDE sobre o crescimento económico.

3.3. IDE E A TRANSFERÊNCIA TECNOLÓGICA

Segundo a UNCTAD (1999) a transferência tecnológica envolve a transferência de bens físicos e conhecimento técnico. A tecnologia tem um papel importante na economia de qualquer país. E a sua difusão é crucial para o desenvolvimento económico (Borensztein, Gregorio, & Lee, 1998). Nomeadamente para os países em desenvolvimento, onde uma parte substancial do crescimento económico é assegurada pela implementação de nova tecnologia desenvolvida em países mais avançados.

Desta forma a difusão internacional de tecnologia permite o alcance de níveis tecnológicos superiores aos anteriormente disponíveis no país adoptante, produzindo um grande impacto sobre a sua taxa de crescimento. Entretanto, o impacto da entrada de nova tecnologia no país é maior se a tecnologia for absorvida pelas empresas domésticas e difundida pela economia (UNIDO, 2007). Dito isto, é preciso saber de que forma a tecnologia é transferida de uma economia para outra.

A transferência tecnológica pode acontecer por via do comércio (pela importação de produtos de alta qualidade), do licenciamento (o proprietário da tecnologia pode

autorizar uma empresa estrangeira a usar a sua tecnologia na produção dos seus bens) e do IDE (OECD, 2002).

Segundo vários estudos (Borensztein, Gregorio, & Lee, 1998; Blomstrom, Kokko, & Zejan, 1992 e OECD, 2002), o IDE é, entre os três modos de transferência tecnológica acima referidos, a principal ou mais importante via transferência tecnológica para os países em desenvolvimento. As EMN são, a nível mundial, responsáveis pela maior parte de investigação e desenvolvimento (I&D) realizada e por controlarem, possuírem e produzirem grande ou maior parte da tecnologia mais avançado no mundo (Blomstrom, Kokko, & Zejan, 1992).

A importância do IDE na transferência tecnológica é justificada, segundo o relatório da OECD (2002), por cinco razões:

- 1º. Com a entrada de IDE não se transfere apenas tecnologia, as EMN transferem a experiência que possuem em gestão e habilidades empresariais através de programas de formação e o *learning-by-doing*;
- 2º. A existência de EMN no país obriga frequentemente as empresas domésticas a inovar;
- 3º. O *know-how* e a tecnologia que as EMN usam nem sempre estão disponíveis no mercado, principalmente quando se trata de conhecimentos avançados e de alta tecnologia propriedades dessas empresas;
- 4º. Quando *know-how* e tecnologia já estão disponíveis no mercado doméstico, são mais valorizados e menos onerosos quando aplicados pelas EMN.
- 5º. Características típicas das EMN como as economias de escala, a reserva de capital e as experiências nas áreas de marketing e de vendas podem contribuir significativamente para a exploração das tecnologias de forma lucrativa.

Depois da EMN estar inserida na economia receptora, o que acontece e termos da transferência tecnológica? Como se difunde a tecnologia pelo agentes económicos?

Para responder a estas questões contamos com o contributo de Liu (2008). Segundo o autor, a transferência de tecnologia das EMN para as empresas

domésticas pode acontecer através da observação, do estabelecimento de relações de negócios (entre as empresas domésticas e as EMN) ou da rotatividade de trabalhadores. Ou seja, a transferência acontece devido a existência de ligações verticais e horizontais, da mobilidade de trabalhadores entre as EMN e as empresas domésticas e da internacionalização da I&D (OECD, 2002).

As ligações verticais são as relações que as EMN estabelecem com os seus fornecedores (as EMN podem prestar assistência técnica e disponibilizar informações que permitam produzir bens de alta qualidade ou que facilite a inovação aos seus fornecedores) e compradores. Os compradores das EMN tanto podem ser distribuidores (através do marketing e outros conhecimentos das EMN) como podem ser empresas que usam os bens produzidos pelas EMN como bens intermédios (usam no seu processo produtivo bens de alta qualidade e/ou à custos baixos), ou o governo.

As ligações horizontais ocorrem no sector de atividade em que a EMN se insere. Aqui, a transferência ou difusão tecnológica pode acontecer pelo efeito demonstração (ao estarem expostas à tecnologia mais avançada as empresas domésticas fazem um *update* nos seu métodos de produção) ou pelo efeito competição (incentiva as empresas a serem produtivamente mais eficientes e a alocarem os seus recursos de forma mais eficiente). Podemos acrescentar que o IDE aumenta a taxa de progresso tecnológico do país receptor através do efeito contágio de técnicas de gestão e tecnologias avançadas usadas pelas empresas estrangeiras, tal como consta no estudo de Borensztein, Gregorio, & Lee (1998).

A mobilidade dos trabalhadores consiste na saída de trabalhadores das EMN (trabalhadores que adquiriram conhecimentos a nível tecnológico e de gestão) para as empresas domésticas ou para criarem as suas próprias empresas, sendo uma forma de se transferir tecnologia.

Finalmente quando há internacionalização da I&D verifica-se que as atividades de I&D levadas a cabo pelas EMN podem aumentar ou criar, para o país receptor, a capacidade de gerar conhecimento, uma vez que as EMN são as mais importantes criadoras de conhecimento e tecnologia no mundo.

Apesar da importância da tecnologia, transferência tecnológica ou difusão da tecnologia no crescimento económico ser referenciada por diversos autores, o

impacte da transferência ou difusão tecnológica na economia receptora ainda é difícil de medir. Em alguns casos, segundo Moosa (2002), este impacte pode mesmo ser negativo, no caso do país receptor não ter capacidade para absorver de forma correta a tecnologia colocada ao seu dispor via IDE. Assim, se o país receptor possuir uma capacidade tecnológica muito baixa será impossível a absorção dos benefícios da transferência ou difusão da tecnologia (UNIDO, 2007). Resumindo, o *gap* tecnológico entre o país emissor e o país receptor tem um papel fundamental na absorção dos benefícios da transferência ou difusão tecnológica.

Para os casos em que os benefícios são absorvidos, as alterações na economia acontecem quer no curto quer no longo prazo. No curto prazo, os benefícios traduzem-se em aumento da produtividade, novos produtos e/ou custos mais baixos. Já no longo prazo, os benefícios dependem de quanto se aprende com a tecnologia e de quanto o país pode ou consegue aprofundar e desenvolver as suas próprias capacidades (UNCTAD, 1999). Os efeitos da transferência ou difusão tecnológica podem ser vistos como externalidades positivas que se materializam na forma de tecnologias avançadas, métodos de gestão, novos produtos e processos (Liu, 2008).

3.4. IDE E O CAPITAL HUMANO

Segundo Haldar & Mallik (2010), o capital humano é o conjunto de capacidades e competências que os recursos humanos de um país possuem. Ao falarmos da transferência tecnológica e do seu impacto na economia receptora descobrimos existência uma relação estreita entre a mesma, a transferência ou difusão tecnológica, e o capital humano da economia receptora. Com efeito, o capital humano (CH) é um dos, se não o mais importante, meio pelo qual as EMN transferem e difundem a sua tecnologia para a economia receptora. Isto é, para que tecnologias mais avançadas sejam transferidas ou difundidas para a economia receptora é necessário que esta possua um nível de capital humano suficiente para aplicar a tecnologia disponibilizada pelas EMN. Assim, é a capacidade de absorção da economia receptora que dita a materialização dos benefícios da transferência de tecnologia na economia. A capacidade de absorção, por sua vez, depende ou é limitada pelo stock de capital humano do país, sendo que, para países com níveis de capital humano muito baixos, o IDE chega a ter efeitos negativos (Borensztein, Gregorio, & Lee, 1998). Deste modo, podemos acrescentar que é o capital humano do país que permite no longo prazo a materialização dos benefícios provocados pela

entrada de IDE e não apenas da tecnologia (Li & Liu, 2005), e de forma complementar, podem ambos, o CH e o IDE reforçar o papel um do outro no crescimento da economia (Checchi, Simone, & Faini, 2007). A figura 1 mostra o ciclo virtuoso existente entre o capital humano e a entrada de IDE, uma vez que, o CH serve como meio de transferência tecnológica e serve como determinante para atrair IDE

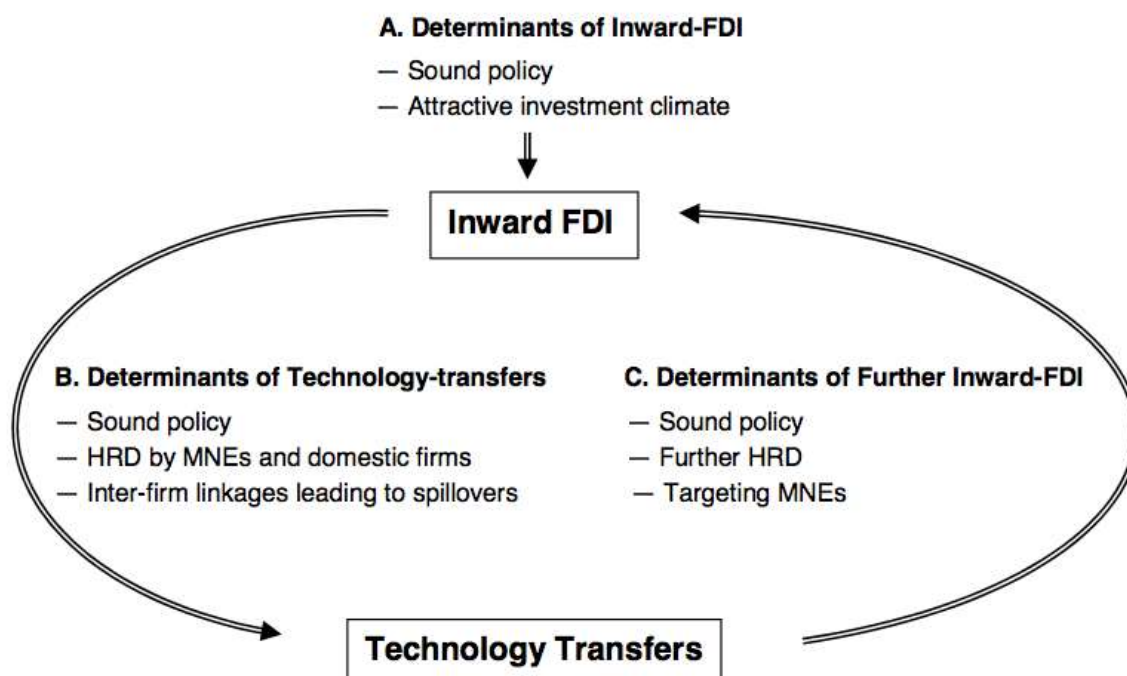


Figura 1 – O capital humano como determinante da transferência tecnológica e do IDE

Fonte: Miyamoto, 2003

Do exposto anteriormente resulta a necessidade de estudar, em primeiro lugar, o impacto do IDE no capital humano do país receptor e, em segundo lugar, o impacto do CH no crescimento económico.

No que toca ao impacto do IDE no CH do país receptor, podemos dizer que as EMN contribuem para o desenvolvimento dos seus recursos humanos (do país receptor) ao tornarem-se fornecedores ativos de educação e formação, trazendo novas competências, informações e tecnologia para os países em desenvolvimento (Miyamoto, 2003). O impacto pode ser ainda por via da atratividade das oportunidades de emprego que oferecem aos indivíduos com formação superior em diferentes áreas e deste modo incentivarem os estudantes a concluírem a formação superior. Finalmente, pela procura de trabalho qualificado ou especializado, podem estimular o governo do país receptor a investir na formação superior (Blomström &

Kokko, 2002). Assim as EMN aumentam a procura por trabalho qualificado no país receptor, por serem mais intensivas em trabalho especializado do que as empresas domésticas (Zhuang, 2011).

Podemos então dizer que, os investidores estrangeiros ou as EMN podem ser os principais incentivadores para que o país receptor (governo e a população em geral) invista mais em educação, quer devido à geração de oportunidades de emprego (população) quer por via das externalidades (positivas) causadas pelo IDE por via da acumulação de CH, (governo) (Checchi, Simone, & Faini, 2007). Todavia, a relação entre as EMN e a população com formação superior pode ser ainda mais direta, uma vez que, as EMN muitas vezes oferecem bolsas de estudo, custeiam ou patrocina a formação dos seus funcionários, seja no país receptor ou num país estrangeiro e por apoiarem o desenvolvimento das faculdades e outras instituições de diversas formas (Blomström & Kokko, 2002).

O homem, segundo Adelakun (2011) é o principal e mais promissor factor de crescimento económico e no aumento da produtividade de qualquer país, dado que toda a tecnologia e equipamentos existentes são fruto da sua mente e apenas ele os pode tornar produtivos. Facto que enfatiza a importância de ser feita uma distinção entre o stock de CH como um factor de produção comum e o stock de conhecimento como fonte de tecnológica (Mincer, 1981). Assim, o CH pode afectar directamente o crescimento económico por participar na produção como factor produtivo, e indirectamente contribuindo para o progresso tecnológico, já que a educação facilita a inovação, a difusão e adoção de tecnologia mais avançada (Freire-Serén, 2001).

Sendo o CH, como vimos, crucial para qualquer economia é importante saber quais os seus principais determinantes.

Em Qadri & Waheed (2011) a educação é apontada como o mais importante determinante do CH. Segundo os autores por afectar o produto de diversas formas, melhorando a força de trabalho, aumentando o conhecimento (o que fará com que se produza mais num curto espaço de tempo e pelo facto de o aumento do nível de formação leva a sociedade a estar mais consciente dos benefícios de uma vida saudável (o que melhora a saúde).

Outros determinantes apresentados pelos autores foram a saúde e a nutrição. No caso da saúde deve-se ao facto de indivíduos saudáveis contribuem mais no processo produtivo por possuírem maior capacidade física e mental. No caso da nutrição deve-se ao impacto na produtividade dos trabalhadores, uma vez que, trabalhadores com boa nutrição são muito mais produtivos que o contrário. A estes factores, Adelakun (2011) acrescenta on-the-job training como determinante.

3.5. IDE E O INVESTIMENTO DOMÉSTICO (MULTINACIONAIS VS EMPRESAS DOMÉSTICAS)

O surgimento de uma nova empresa afecta, na maior parte das vezes, a competitividade do mercado. Muitas vezes as empresas “novas” no mercado possuem um factor de diferenciação que as pode transformar em uma ameaça para as empresas já existentes. No caso das EMN é frequentemente a tecnologia mais avançada e o know-how que possuem que compõem esses factores de diferenciação.

A entrada de capital estrangeiro altera o investimento total da economia receptora, e sendo o investimento peça importante no crescimento económico é importante analisarmos como reage o investimento total à presença do IDE. É importante para o nosso trabalho, perceber como o IDE pode afectar ID (investimento doméstico) e como reage a economia como um todo.

Serão as EMN e as empresas domésticas, única e exclusivamente concorrentes ou existe uma relação de complementaridade entre elas?

A relação entre as empresas domésticas e as EMN pode alterar-se tendo em conta o ponto de vista da análise, quanto à aprendizagem como podemos ver em Sousa (2005). A interação com as empresas estrangeiras permite que as empresas domésticas acedem aos métodos de produção, formas de organização, marketing e design de produtos mais avançados usados pelas empresas estrangeiras.

No ponto de vista do investimento total do país receptor é certo que, *ceteris paribus*, a entrada de capital estrangeiro aumenta o investimento total do país receptor. No entanto, o investimento doméstico pode reagir negativa ou positivamente à presença/entrada de IDE. Isso significa que, o impacto do IDE no investimento total do país receptor depende do comportamento do investimento doméstico.

Segundo Borensztein, Gregorio & Lee (1998), o impacto do IDE no investimento doméstico no país receptor pode ter qualquer sinal. As EMN tanto podem, por serem concorrentes das empresas domésticas nos mercados (financeiros e do produto) ocupar ou tirar lugar às empresas domésticas, como podem apoiar a sua expansão através de uma relação de complementaridade na produção ou aumentando a produtividade através da difusão ou transferência tecnológica.

A este respeito, alguns estudos revelaram que existe a possibilidade das EMN criarem sistemas para prevenir a fuga de informação para os seus concorrentes locais, e mesmo assim os parceiros (fornecedores e clientes) locais beneficiarem de *spillovers* de conhecimento. As externalidades positivas do IDE sobre as empresas domésticas podem manifestar-se em empresas que tenham ligações verticais, *forward* ou *backward*, com as EMN. O que quer dizer que são os clientes e fornecedores locais que positivamente beneficiam da transmissão de conhecimento e de tecnologia mais avançada por parte das EMN (Alfaro, Kalemli-Ozcan, Chanda, & Sayek, 2006).

Entretanto, Aitken & Harrison (1999) apontam a mobilidade de trabalhadores entre as EMN e as empresas domésticas como um dos meios de transferência de tecnologia das empresas estrangeiras para as domésticas, o que significa que as concorrentes podem igualmente tirar benefícios do *spillover* de conhecimento.

Segundo o resultado do modelo desenvolvido por Borensztein, Gregorio, & Lee (1998) o aumento de um dólar no IDE (*inflow*) resulta em um aumento superior a um dólar no total de investimento do país receptor, ou seja, tem um efeito *crowding in*.

Contudo a reação do investimento pode ser diferente, dado que, o impacto do IDE no investimento total do país receptor é sentido por via do investimento doméstico o aumento do investimento em um dólar por parte das EMN pode causar um aumento inferior a um dólar no total de investimentos do país receptor, ou causar uma redução no investimento total, no caso da redução no investimento doméstico ser superior a um dólar. Neste caso no IDE tem um efeito *crowding out* sobre o investimento total através do investimento doméstico. Existe igualmente a possibilidade de o efeito ser neutro, isto é, o aumento ser igualmente de um dólar (UNCTAD, 1999).

Ainda em (UNCTAD, 1999) podemos ver estes efeitos (a cima referidos) acontecem tanto no mercado dos produtos, quando o investimento das EMN estimula novos investimentos na produção (não apenas por parte das empresas domésticas, mas também por parte das EMN já existentes no país), como no mercado financeiro, quando as EMN financiam os seus investimentos pedindo emprestado no país receptor as taxas de juro neste país tendencialmente sobem, contudo, podem tornar a intermediação financeira deste país mais eficiente.

Para terminar a nossa abordagem sobre o impacto do IDE na investimento doméstico recorreremos aos resultados apresentado por Borensztein, Gregorio & Lee (1998), onde vemos que o IDE tem um efeito global positivo sobre o investimento doméstico, e isto deve-se ao facto dos ganho provenientes das atividades complementares entre as EMN e as empresas domésticas dominarem a perda de mercado das empresas domésticas causada pela presença das EMN. Mas em Alfaro, Kalemli-Ozcan, Chanda, & Sayek (2009) encontramos uma chamada de atenção, quando os autores frisam que é necessário ter cuidado ao se atrair IDE complementar à produção local. O desejável é complementaridade entre os sectores industriais intermediários, e não necessariamente complementaridade entre as EMN e empresas domésticas como produtores finais do bem. Os autores acrescentam que a taxa de crescimento é maior quando as EMN produzem bens substitutos dos produzidos pelas empresas domésticas do que quando bens complementares.

3.6. IDE E A CAPACIDADE DE ABSORÇÃO DO PAÍS RECEPTOR

As secções anteriores mostraram que o efeito da entrada de IDE na economia receptora depende da sua capacidade para internalizar ou tirar proveito dos benefícios colocados a sua disposição pela entrada de IDE. Desta forma, estes benefícios não se materializam automaticamente, sendo necessário que o país receptor possua capacidade suficiente para que a materialização aconteça (Nguyen, Duysters, Patterson, & Sander, 2009).

Segundo Fu (2007) uma economia precisa de ter capacidade de assimilar, identificar e desenvolver conhecimentos para que se possa beneficiar da tecnologia disponibilizada pela presença de IDE. Esta capacidade denomina-se capacidade de absorção (CA), sendo definida como a habilidade necessária para que o país receptor absorva e adopte tecnologia proveniente de um país estrangeiro (Kinishita & Lu, 2006). O desenvolvimento desta capacidade pode revelar-se importante para atrair IDE, quer em termos de quantidade quer de qualidade de IDE³ (Nguyen, Duysters, Patterson, & Sander, 2009).

Na figura 2 podemos ver que a capacidade da economia assimilar o IDE, ou os benefícios, possui duas fases. A primeira acontece quando o país consegue que a empresa estrangeira se estabeleça no país, desembolsado o capital necessário para o investimento (*ABC in capital disbursement*) e o segundo acontece quando os benefícios do IDE são convertidos em competências do país receptor (*ABC in converting FDI benefits*).

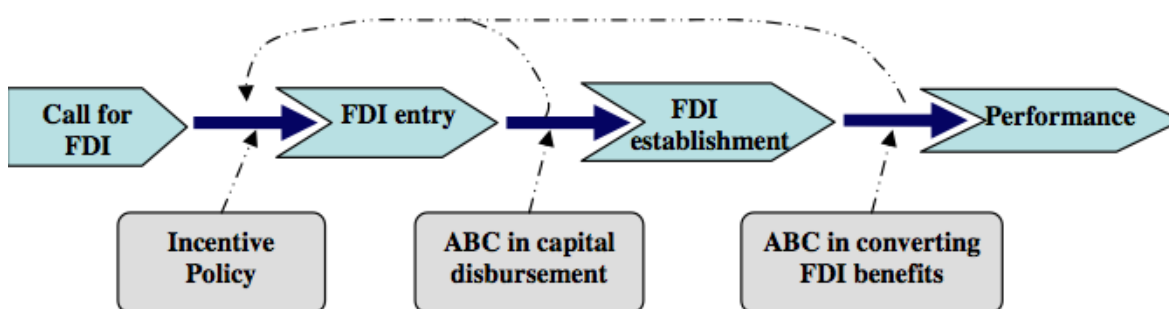


Figura 2 – Estágios da capacidade de absorção segundo Nguyen, Duysters, Patterson, e Sander
Fonte: Nguyen, Duysters, Patterson & Sander, 2009

³ Na figura 1 vemos que a capacidade do país receptor de absorver os benefícios do IDE influencia as políticas de incentivo para a entrada de IDE

A capacidade de absorção pode ser repartida em dois níveis, nacional e das empresas domésticas. A última, a capacidade de absorção das empresas domésticas, é intensiva em tecnologia e em trabalho qualificado (Nguyen, Duysters, Patterson, & Sander, 2009). Já a capacidade de absorção nacional vai para além da soma das CA das empresas domésticas, engloba a capacidade do CH desenvolver novas competências, principalmente as que melhoram a capacidade competitiva das empresas domésticas (Ahmed, 2012).

Do que dependerá então a capacidade de absorção de um país?

Em (Farkas, 2012) podemos ver que a CA depende de um sistema financeiro bem desenvolvido, da abertura comercial, do nível de rendimento, de um nível mínimo de CH e do *gap* tecnológico. Deste modo podemos dizer que a CA depende do nível de desenvolvimento do país receptor.

No caso da empresa, segundo Cohen & Levinthal (1990) a CA não depende apenas da soma da CA dos seus funcionários, da aquisição de informação por parte da empresa e, nem da relação direta entre a empresa e o exterior. É necessário que a empresa consiga explorar as informações que adquiriu e, que se transfira conhecimento entre e dentro das subunidades da empresa. Assim, podemos dizer que para a empresa a comunicação tanto interna e quanto com o exterior é um determinante da CA da empresa.

E quanto à relação entre a capacidade de absorção e o crescimento económico?

Tendo em conta que o crescimento económico depende dos recursos/factores produtivos, como o capital físico, humano e das alterações na eficiência dos factores produtivos e, sabendo que o aumento da eficiência dos factores e/ou da produtividade pode ser um reflexo de uma melhoria tecnológica e do capital humano podemos dizer a CA tem um impacto positivo no crescimento económico do país por permitir que a economia seja beneficiada pelas externalidades positivas do IDE (externalidades como tecnologia mais avançada). E, como pode ver em Ahmed (2012), a CA permite que agentes que intervêm no mercado doméstico sejam capazes interpretar e aplicar os conhecimentos existentes ou desenvolvidos no exterior e que são colocados a sua disposição por via do IDE.

Um dos benefícios do IDE é a transferência tecnológica e quanto maior for a CA da economia mais fácil é transferir para o país as tecnologia que são desenvolvidas no exterior, o que estimula o país a alcançar o nível de desenvolvimento de economias mais avançada (Becker, Egger, & Ehrlich, 2011). Os autores acrescentam que a CA, sob a forma de melhor educação ou mão-de-obra qualificada e políticas económicas, jurídicas e institucionais, tem um efeito positivo no crescimento económico.

No modelo desenvolvido por Kinishita & Lu (2006) a CA do país é representada pelas infraestruturas que possui. Os autores apresentam duas possíveis formas das infraestruturas afectarem o crescimento. Primeiro, pelo facto de em diversos estudos as infraestruturas serem consideradas determinantes do crescimento económico por exercerem sobre ele uma externalidade positiva. Em segundo, porque os investidores estrangeiros sentem-se mais tentados a investir em países que dispõem de boas infraestruturas, uma vez que este tanto reduz o custo de investir no país.

4. COMÉRCIO INTERNACIONAL E O CRESCIMENTO ECONÓMICO

4.1. TEORIAS COMERCIO INTERNACIONAL – ENQUADRAMENTO GERAL

O objectivo desse capítulo é analisar o papel do comércio internacional no crescimento económico, de forma a compreender de que forma as exportações e importações podem beneficiar o mercado interno (a nível tecnológico, da produtividade e das alterações no mercado doméstico como um todo). Procura-se ainda compreender o efeito da entrada IDE na exportação.

Começaremos o capítulo com uma breve abordagem sobre a teoria do comércio internacional.

Segundo Zhang (2008) do séc. XVI até ao final do séc. XVIII vigorou o mercantilismo, um sistema que se baseava na promoção da exportação e desincentivo da importação através de tarifas. Isto porque se defendia que o bem-estar da nação dependia das fontes e reservas de capital, isto é, de metal precioso. Ora, o aumento destas reservas resultava de um aumento da exportação e da redução da importação. O mesmo autor acrescenta que foi no final do séc. XVIII que começaram as críticas ao sistema mercantilista, por David Hume e Adam Smith.

Hume em 1752 criticou, no seu livro *Political Discourses*, a ideia central do mercantilismo, argumentando que o excedente comercial, a acumulação de ouro e o aumento da oferta de moeda levam ao aumento dos preços e salários. Este facto pode levar ao aumento da importação e à redução da exportação, sendo impossível manter uma balança comercial positiva no longo prazo.

Já Adam Smith, em 1776 com o livro *A Riqueza das Nações*, afirmou que o comércio livre engloba benefícios mútuos aos países envolvidos por via do princípio das vantagens absolutas. Segundo este princípio cada país deve especializar-se na produção dos bens em que é absolutamente mais eficiente que os outros e exportá-los para os países que são absolutamente menos eficientes na sua produção, em

troca de bens em que o país não seja eficiente na produção (mas que os outros países sejam) (Chacholiades, 1990).

Apesar do grande contributo de Smith, com a teoria das vantagens absolutas, é Ricardo quem é geralmente aceite como o criador da teoria clássica do comércio internacional (Zhang, 2008). Quando, no início do séc. XIX, David Ricardo demonstrou que um país não precisa necessariamente de possuir vantagem absoluta para obter benefícios do comércio internacional, pois, pode exportar bens ou serviços nos quais possua vantagens comparativas e importar aqueles em que possui desvantagens comparativas (Lindert & Pugel, 1996). As vantagens comparativas surgem quando o custo de oportunidade de produzir um bem em relação a outro bem é menor num país em comparação com outros (Krugman & Obstfeld, 2009). Segundo a teoria de Ricardo o comércio internacional é justificado única e exclusivamente pela diferença na produtividade do trabalho entre países (Krugman & Obstfeld, 2009).

No âmbito da teoria neoclássica, dois autores que deram um grande contributo teoria do comércio internacional foram Eli Heckscher e Bertil Ohlin com o teorema de Heckscher-Ohlin ou teoria da dotação dos factores. Segundo estes autores, um país possui vantagens comparativas nos bens em que usa intensivamente o factor que possui em abundância (Chacholiades, 1990). Este teorema tem como base dois pressupostos. O primeiro é que os bens/produtos diferem uns dos outros devido aos factores produtivos necessários para sua produção, alguns necessitam mais de trabalho do que capital em relação aos outros (e vice-versa), o que permite classificar os bens quanto ao factor intensivo⁴. O segundo é que a diferença entre países está na dotação de factores: alguns países possuem mais capital (face ao por trabalho) e outros mais trabalhos (em relação ao capital). Logo, os países são classificados pela abundância de factores. Com base na teoria da dotação dos factores (modelo de H-O) os países abundantes em capital especializam-se em produtos que requerem o uso intensivo de capital e importam em troca de bens que são intensivos em trabalho (Kenen, 1994).

⁴ Fator produtivo mais usado na produção do bem.

4.2. BENEFÍCIOS DO COMÉRCIO LIVRE

De acordo com as teorias clássica e neoclássica, o comércio internacional proporciona uma série de benefícios que afectam o crescimento económico dos países envolvidos. De uma forma geral, podemos dizer tais benefícios ou ganhos comerciais podem ser divididos em dois tipos. O facto de cada país possuir características próprias faz com que através das relações comerciais cada país pode tirar proveito daquilo que o outro país faz relativamente melhor ou naquilo que o outro país é mais eficiente. E o facto de permitir que os produtores alcancem economias de escala, uma vez que, cada país produz uma gama de bens limitada, a produção pode ser alargada e mais eficiente se os países não tiverem que produzir tudo (Krugman & Obstfeld, 2009).

A passagem de situação de autarcia para o comércio livre afecta tanto os produtores quanto os consumidores. Permite aos consumidores o acesso a uma maior variedade de produtos, a preços mais competitivos (por via de uma melhoria na competitividade das empresas). Quanto aos produtores, o comércio livre pode provocar uma seleção permitindo que apenas as empresas eficientes permaneçam no mercado (Feenstra, 2006), além de alargar o mercado dos bens intermédios (OECD; ILO; WORLD BANK; WTO , 2010) e permitir acesso à tecnologia e aos recursos externos (Falvey, Foster, & Greenaway, 2001). Assim, a abertura ao comércio internacional pode contribuir para o incremento da produtividade das empresas domésticas, que passam a dispor de novas e melhores práticas (tecnológicas ou de gestão) desenvolvidas no exterior e por terem que satisfazer clientes mais rigorosos (Schneider, 2005).

Com isto podemos dizer que os benefícios comerciais podem ser dinâmicos ou estáticos. Os estáticos são, a possibilidade dos produtores exportarem os bens para o mercado externo a preços mais elevados ao mesmo tempo que os consumidores comprem os bens importados a preços mais baixos e os ganhos derivados da especialização. Já os ganhos dinâmicos surgem devido às alterações na estrutura produtiva, ao aumento das economias de escala e à adoção de nova tecnologia no processo produtivo (Sun & Heshmati, 2010).

Após esta breve apresentação dos benefícios do comércio na economia como um todo iremos focar a nossa atenção para a forma como a economia de um país pode ser afectada pela importação e exportação.

4.3.A IMPORTAÇÃO E O CRESCIMENTO ECONÓMICO

O debate entre os defensores do comércio liberal e defensores de políticas protecionistas continua intenso na atualidade. Apesar de o mercantilismo já não vigorar, nos dias de hoje ainda se utilizam tarifas e outras barreiras aduaneiras com o objectivo de reduzir as importações. Entre a população pode igualmente existir a ideia de que a importação é algo mau para produção nacional em particular e para economia em geral. Humpage (2000) questionou os americanos sobre o que pensam sobre a importação e concluiu que as respostas variam entre a ambiguidade e a hostilidade. Esta hostilidade pode dever-se ao facto de, no curto prazo, a importação ter um efeito negativo na produção e no emprego internos, devido ao facto de os concorrentes externos serem mais competitivos em termos de produção, que os internos (Bali moune-Lutz & Ndikumana, 2007). Mas, ao mesmo tempo, a importação alarga o cabaz de consumo por permitir que os consumidores adquiram uma maior quantidade de bens e serviços, melhora o padrão de vida e acelera o crescimento económico (através da especialização e da transferência de tecnologia) (Humpage, 2000).

Ao importar bens intermédios com alta-tecnologia incorporada e bens de capital a economia local pode aceder a um conjunto de inovações desenvolvidas no exterior e que não estavam à sua disposição anteriormente (Schneider, 2005), afectando positivamente a produtividade do país. Segundo Keller (2004), a tecnologia proveniente do exterior aumenta a produtividade de um país em 90% ou mais (na maior parte dos países, segundo Uğur (2008)), o aumento de produtividade do trabalho ocorre à medida que os trabalhadores forem capazes de decompor ou utilizar as novas tecnologias presentes nos bens intermédios importados. Assim, de acordo com a literatura, a importação funciona como canal, tanto para tecnologia como para o conhecimento, proveniente do exterior (Uğur, 2008). Desta forma, pode

contribuir de forma positiva para o crescimento económico, por fornecer bens intermédios que viabilizam o aumento das atividades de IDE e de *learning-by-doing* (Lee, 1994; Grossman e Helpman, 1991; Rivera-Batiz, 1991; Quah e Rauch, 1990).

Adicionalmente ao aumento da produtividade, do IDE e de aprendizagem, a literatura avança duas razões para o impacto positivo das importações no crescimento económico. Em primeiro lugar, a evidência mostra que os países que importam bens de capital e exportam produtos destinados ao consumo final apresentam, um crescimento mais acelerado em relação aos que exportam bens de capital (Balioune-Lutz & Ndikumana, 2007). E em segundo, porque o comércio internacional permite o acesso à inputs eficientes e essenciais para o sector industrial (Lee J.-W. , 1994). Resumindo, ao importarem inputs intermédios e/ou de capital (maquinas e outras ferramentas) os países em desenvolvimento podem afectar positivamente a sua taxa de crescimento económico pelas razões a cima descritas.

4.4.A EXPORTAÇÃO E O CRESCIMENTO DA ECONOMIA

A exportação foi sempre vista como algo benéfico para a economia. A sua relação com o crescimento económico foi e é um dos principais objectivos de investigação de muitos economistas, que procuram perceber quais as diferentes formas que o relacionamento entre ambos (a exportação e o crescimento económico) pode tomar e quais os meios pelos quais a exportação afecta o crescimento.

A relação entre a exportação e o crescimento económico pode ser de um ou dois sentidos. A relação de um sentido entre ambos pode ser explicada pelas hipóteses *export-led growth* e *growth-driven export*, enquanto, a relação de dois sentidos pode ser explicada pela hipótese de *feedback* (Ramos, 2001).

Segundo a hipótese *export-led growth* os países que exportam a maior parte do que produzem crescem a uma velocidade maior do que os outros (Ramos, 2001). Ou seja, a exportação leva ao crescimento. Já a hipótese *growth-driven export* defende o contrário, defende que é o aumento do PIB que geralmente leva a

expansão comercial (Henriques & Sadorsky, 1996), dado que o aumento da produção interna, causado por alterações tecnológicas sofridas por alguns sectores ou indústrias devido, nomeadamente ao IDE, promove o aumento das exportações (Lee & Huang, 2002).

No que toca a hipótese de *feedback*, como podemos ver em Ramos (2001) a relação é nos dois sentidos, isto porque, o aumento das exportações leva a um maior produto (PIB), e por sua vez, esse aumento no output tem impacto positivo na exportação. Ou seja, a hipótese do feedback defende a existência um ciclo virtuoso entre crescimento e exportação.

É importante referir ainda que segundo Lee & Huang (2002) existe uma quarta hipótese. A de o aumento do produto do país pode levar a uma redução nas exportações. Isto ocorre quando a procura interna para fins de consumo está concentrada nos bens exportáveis e nos bens não-transacionáveis e sofre um aumento. Neste caso, o aumento na procura doméstica terá impacto positivo sobre o produto, mas vai reduzir as exportações, já que para satisfazer as necessidades dos consumidores nacionais, as empresas exportadoras terão que vender no mercado doméstico parte do que estava destinado ao mercado externo.

Quanto ao impacto da exportação no crescimento económico podemos dizer que existem várias formas de acontecer. Isto significa que a exportação (e o seu aumento) pode afetar de forma positiva a economia por muitas vias.

Com o aumento da exportação, as empresas exportadoras, alcançam economias de escala, tornam-se mais eficientes por causa concorrência externa (Gunes & Karaalp, 2012), aumentam a capacidade produtiva da economia, melhoram as técnicas administrativas e de gestão, melhoram as competências dos seus funcionários e aumentam a sua produtividade (Abou-Stait, 2005).

Para a economia em geral, a exportação possibilita melhora a alocação de recursos, aumenta a produtividade do trabalho, aumenta a produtividade total dos factores e como consequência o bem-estar do país (Medina-Smith, 2001), é um meio de os países em desenvolvimento aliviarem os problemas da sua balança comercial e de reduzirem o desemprego (Babalola, Dogon-Daji, & Saka, 2012).

4.5. O IDE E O COMÉRCIO INTERNACIONAL

Alguns estudos sobre a relação entre internacionalização e crescimento económico têm alertado para a necessidade de compreender o tipo de relação entre IDE e comércio externo. Existirá uma relação de complementaridade ou de substituição.

Segundo Moosa (2002) a relação entre a entrada de IDE e o comércio externo depende do tipo de IDE realizado. Através do IDE horizontal, a empresa estrangeira fornece ao mercado doméstico o mesmo bem que produz no seu país de origem, o que irá reduzir a importação do país (e a exportação do seu país de origem). Deste modo, o IDE é um substituto do comércio externo. No caso de ser IDE vertical, as EMNs separam geograficamente as fases do processo produtivo. E, assim, aumentam as exportações no país receptor, fazendo com que um complemente o outro.

Entretanto, os estudos revelam que a relação entre o IDE e a capacidade de exportação do país receptor pode ser, direta, indireta e até negativa. Na tabela 2 podemos ver o impacto da entrada de IDE, tendo em conta a motivação, no comércio do país receptor. Apesar de constar na tabela que o IDE motivado pelo *market-seeking* não tem efeito sobre a exportação do país receptor, existe a possibilidade de ter um efeito negativo. A presença de EMN pode reduzir a participação das empresas doméstica exportadoras no mercado interno, obrigando as empresas domésticas a produzirem a custo médio elevado, facto que pode afectar de forma negativa a competitividade e a participação das empresas domésticas no mercado externo (Vukšić, 2005).

Motivo de IDE	Efeitos no comércio	
	Importação	Exportação
Busca de mercados	aumenta	Nulo
Busca de recursos	<i>nulo</i>	<i>Aumenta</i>
Busca de ativos estratégicos	<i>ambíguo</i>	<i>Ambíguo</i>

Tabela 2 – Impacto Do IDE No Comércio Do País Receptor

Fonte: adaptado de Vukšić, 2005

A presença de EMN pode afectar positivamente a exportação através da comercialização de bens intermédios. Isto porque, quando entre os países emissor e receptor existe diferença no preço dos factores e cada fase do processo produtivo exige um factor intensivo diferente, as empresas transferem parte do processo produtivo para o exterior e a seguir exportam os bens intermédios produzidos no país receptor para o país emissor e/ou para outros países. Outro meio de afectar a exportação é usando o país receptor como plataforma de exportação, no caso de o país possuir vantagens de custos e custos comerciais baixos (Kutan & Vukšić, 2007).

De forma indirecta, o IDE tem impacte na exportação por via das alterações que provoca na produtividade dos factores. Estas alterações, qualitativas ou quantitativas são causadas pela transferência e difusão de tecnologia, de know-how de gestão, de competência empresarial e pela da formação dos trabalhadores (Sun, 2001). As EMN afectam positivamente a exportação ao usarem no seu processo produtivo, de bens exportáveis, inputs intermédios produzidos internamente (Sun, 2001). Paralelamente, aumentam a capacidade de oferta da economia receptora e podem igualmente facilitar o acesso dos produtores internos ao mercado externo, ao ceder informações sobre o país de onde são provenientes ou por via do *lobbying*, no seu país de origem, para favorecer as relações comerciais com o país receptor (Kutan & Vukšić, 2007).

Entretanto, a investigação também revelou que o impacto da entrada de IDE na exportação da economia receptora depende da tecnologia e do nível capital humano

inicial dos produtores domésticos, da intensidade da concorrência interna, e das políticas governamentais que visem promover a ligação entre as EMN e as empresas domésticas (Vukšić, 2005).

5. ESTUDOS EMPÍRICOS SOBRE A RELAÇÃO ENTRE IDE, COMÉRCIO

INTERNACIONAL CRESCIMENTO ECONÓMICO

A revisão da literatura sobre a relação entre IDE, comércio internacional e o crescimento do PIB revelou a existência de três famílias de modelos:

- Modelos que relacionam IDE com a exportação;
- Modelos que relacionam IDE com o crescimento económico;
- Modelos que relacionam IDE e abertura comercial com o crescimento económico

Neste capítulo apresentaremos de forma resumida dois modelos para cada família.

5.1. MODELOS QUE RELACIONAM IDE COM A EXPORTAÇÃO

Os modelos que relacionam IDE com exportação apresentados no presente trabalho foram desenvolvidos por Kutam & Vuksic (2007) e por Sun (2001). A tabela 3 sistematiza esses estudos.

O modelo de Kutam & Vuksic avalia o impacto da entrada de IDE sobre as exportações de 12 países (oito eram na altura recentes membro da União Europeia e quatro eram do sudeste europeu) durante o período de 1996 – 2004. Os autores consideraram que o IDE pode afectar a exportação de duas formas, aumentando a sua capacidade de oferta (*supply-increasing effects*) e por via das externalidades positivas (*FDI – specific effects*). Como indicador da capacidade de oferta foi usado o logaritmo do PIB potencial.

Os resultados do modelo de Kutam & Vuksic sugerem que o aumento de 1% no *stock* de IDE nos países da UE causa um aumento de 0,16% nas suas exportações, no curto prazo, e um de 0,42%, no longo prazo. O autor conclui que, nestes países,

a entrada de IDE deve aumentar as vantagens competitivas que afectam os protutores domésticos.

O modelo de Sun analisa igualmente o efeito da entrada de IDE nas exportações, mas o objecto de estudo do autor são as exportações chinesas a nível provincial, entre 1984 – 1997. O modelo não analisa apenas o impacto do IDE nas exportações de cada província, procura perceber se o impacto se alterava caso o período em análise fosse o pre-1997 (1984 – 1996), e o papel da taxa de câmbio sobre as exportações, por esta razão estimaram dois modelos, o modelo A (que incluía a taxa de câmbio) e o modelo B (onde a taxa de câmbio foi excluída).

Os resultados sugerem que na região costeira a depreciação da moeda chinesa têm impacto maior na exportação em relação ao IDE. Ao passo que para região central o impacto do IDE é mais significativo no modelo B (principalmente entre 1984 – 1997), o que é justificado pelo facto da região central exportar menos para o mercado asiático em relação à região costeira. Para região ocidental o impacto permanece não significativo, entretanto, passou de negativo no modelo A (entre 1984 – 1997) para positivo no mesmo período para o modelo, para o pre-1997 aconteceu o inverso.

Os resultados gerais indicam que, para as regiões costeira e central o IDE teve um impacto positivo e estatisticamente significativo nas exportações entre 1984 e 1997. O IDE apresentou uma taxa crescimento médio anual de 32,4% e de 40,6% que resultou em um crescimento nas exportações de 3,9% e 3,2%.

Concluindo, ambos os modelos relacionam o IDE com a exportação e revelam a existência de um impacte signficante (positivo) do IDE nas exportações.

5.2. MODELOS QUE RELACIONAM IDE COM O CRESCIMENTO ECONÓMICO

Para esta família de modelos contamos com as contribuições de Borensztein, Gregorio, & Lee (1998) e Li & Liu (2005), que propuseram e estimaram modelos para medir o impacte do IDE sobre o crescimento económico do país receptor, como se pode observar na tabela 4.

O modelo de Borensztein, De Gregorio e Lee estimou o impacto do IDE na economia de 69 países em desenvolvimento, durante o período de 1970 1989.

Os resultados do modelo indicam que o IDE tem efeito positivo no crescimento económico, mas a intensidade do efeito depende do capital humano disponível no país receptor. Para países com nível de capital humano muito baixo o IDE chega a ter efeito negativo sobre o crescimento económico. Em relação ao investimento doméstico, a regressão sugere que o IDE tem um efeito *crowd in* sobre o investimento doméstico, ou seja, estimula o investimento doméstico.

Li & Liu (2005) não estimaram apenas se o IDE afectava a economia receptora, procuraram igualmente verificar se o crescimento económico não afectou a entrada de IDE países observados. O modelo foi estimado com dados de 84 países, para o período 1970 – 1999.

Para o impacte do IDE no crescimento, os resultados indicam que o IDE tem um impacte positivo e significativo sobre o crescimento económico. No entanto, a variável que reflete a interação entre o IDE e o gap tecnológico revela-se negativa e estatisticamente significativo. Já a interação entre o IDE e o nível de escolaridade (do ensino secundário) tem um impacte positivo e significativo sobre o crescimento económico. O modelo usado para estimar se o crescimento influencia a entrada de IDE mostrou que o crescimento é um determinante importante para a entrada de IDE, tanto para os países desenvolvidos como para os em desenvolvimento e que as infraestruturas têm um papel importante na atração de investidores estrangeiro.

5.3.MODELOS QUE RELACIONAM IDE E ABERTURA COMERCIAL COM O CRESCIMENTO ECONÓMICO

Constant & Yaoxing (2010) e Kakar & Khuilji (2011) estimaram modelos que medem o impacte do IDE e da abertura ao comércio sobre o crescimento da economia. Na tabela 5 estão sistematizados ambos os modelos.

O modelo de Constant & Yaoxing analisa o impacte, a longo prazo, do IDE e da abertura comercial no crescimento económico, usando dados da Costa do Marfim

entre 1980 e 2007. Tendo os resultados indicado que um aumento de 10% na abertura comercial é equivalente a um aumento de 97% no produto, e um aumento de 10% do IDE traduz-se em um aumento de 1% do PIB. A liberalização comercial apresentou um efeito contrário, causando uma redução de 0,02% no PIB do país, facto que segundo os autores pode ser explicado pela falta de capacidade do país em combinar as oportunidades do mercado mundial com o investimento doméstico e as estratégias de desenvolvimento institucional de forma a estimular o *animal spirit* dos empreendedores nacionais.

Kakar e Khilji (2011) procuraram perceber o papel do IDE e da abertura comercial no crescimento económico do Paquistão e da Malásia entre 1980 e 2010. Verificaram que a abertura comercial teve impacte positivo no crescimento económico a longo prazo para ambos os países. O IDE e a taxa de câmbio real por sua vez afectam cada país de forma diferente. Para o Paquistão, o IDE e a taxa de câmbio real não têm um impacte significativo no crescimento do PIB. Para a Malásia, os resultados sugerem que a taxa de câmbio real tem um impacte positivo no PIB, enquanto o IDE tem um impacte negativo.

	Modelo de Kutan e Vuksic (2007)	Modelo de Sun (2001)
Objectivo do estudo	Analisar o efeito do IDE na exportação	Investigar o impacto da entrada de IDE nas exportações
Variáveis usadas no modelo	EXR - logaritmo natural da exportação real REER - logaritmo natural do índice da taxa de câmbio real efetiva; PGDP - logaritmo natural do PIB potencial; TLI - logaritmo natural do índice usado como indicador da liberalização comercial; FSR - logaritmo natural do estoque interno de IDE.	lnEX - logaritmo natural das exportações; lnDKI - logaritmo natural do investimento doméstico; lnFDI - logaritmo natural do IDE; FXR - é a taxa de câmbio comercial ponderada;
Equação do modelo	$EXR_{it} = \alpha_i + \beta_1 REER_{it} + \beta_2 PGDP_{it-1} + \beta_3 TLI_{it} + \beta_4 EXR_{i(t-1)} + \beta_5 FSR_{it-1} + \varepsilon_{it}$	$lnEX_t = b_0 + b_1 lnDKI_{t-1} + b_2 lnFDI_{t-1} + b_3 lnFXR_{t-1} + b_4 TIME$
Técnica econométrica usada	GLS (<i>generalized least squares</i> /mínimos quadrados generalizados)	TSCS model (<i>time-series and cross-section model</i>)
Anos	9 Anos (1996 - 2004)	14 Anos (1984 - 1997)
Países	12 Países (8 da união europeia e 4 do sudeste europeu)	1 País - 29 províncias ou 3 grandes regiões (costeira, central e ocidental) chinesas
Resultados do estudo	Os resultados sugerem que: - Para todos os países o efeito <i>supply-increasing</i> do IDE é positivo; - O efeito <i>FDI-specific</i> do IDE na exportação apenas é verificado nos novos países membro da UE; - A taxa de câmbio real efetiva é significativa com o sinal esperado pelos autores; - A liberalização comercial é insignificante;	Os resultados indicam que: - Para as regiões costeira e central o IDE teve um impacto positivo e estatisticamente significativo entre 1984 e 1997; - Na região ocidental os resultados foram diferentes, o impacto do IDE nas exportações da região entre 1984 e 1997 foi negativo e insignificante, mas no período pré 1997 foi positivo e significativo; - O investimento doméstico teve impacto positivo e significativo sobre as exportações das 3 regiões.

Tabela 3 – Resumo Do Modelos Que Relacionam IDE Com Exportação

Adaptado de Kutan & Vuksic (2007) e Sun H. (2001)

	Modelo de Borensztein, De Gregorio e Lee (1998)	Modelo de Li e Liu (2005)
Objectivo do estudo	Testar o efeito do IDE no crescimento económico	Averiguar se o IDE afecta o crescimento económico.
Variáveis usadas no modelo	FDI - IDE em percentagem do PIB; H - stock de capital humano; Y ₀ - PIB per capita inicial; A - conjunto de variáveis que afectam o crescimento económico; g - Taxa de crescimento do produto.	g _{i,t} - taxa de crescimento do PIB per capita real; y _{i,65} - PIB per capita real em 1965; POP _{i,t} - crescimento da população; SCH _{i,65} - alunos com o ensino secundário concluído em 1965; INV _{i,t} = investimento doméstico em percentagem do PIB; FDI _{i,t} - entrada de IDE em percentagem do PIB; X _{i,t} - grupo de variáveis que inclui <i>country-group dummies</i> e variáveis políticas como determinantes do crescimento
Equação do modelo	$g = c_0 + c_1 FDI + c_2 FDI \times H + c_3 H + c_4 Y_0 + c_5 A$	$g_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 \ln y_{i,65} + \beta_2 POP_{i,t} + \beta_3 SCH_{i,65} + \beta_4 INV_{i,t} + \beta_5 FDI_{i,t} + BX_{i,t} + \varepsilon$, $FDI_{i,t} = \alpha_0 - \alpha_1 g_{i,t} - \alpha_2 \ln y_{i,t} - \alpha_3 SCH_{i,65} - \alpha_4 Trade_{i,t} - AX_{i,t} + \varepsilon$,
Técnica econométrica usada	<i>SUR (Seemingly Unrelated Regressions), 3SLS (three-stage least squares), 2SLS (two-stage least square).</i>	<i>t-bar test of IPS, Single equation, simultaneous equation system, DWH test, random effects method, Hausman test, fixed effects method, t-statistics</i>
Anos	20 Anos (1970 - 1989)	30 Anos (1970 - 1999)
Países	69 Países	84 Países (desenvolvidos e em desenvolvimento)
Resultados do estudo	os resultados indicam que: - O IDE tem efeito positivo no crescimento económico, mas a intensidade do efeito depende do capital humano disponível no país receptor. Para países com nível de capital humano muito baixo o IDE chega a ter efeito negativo sobre o crescimento económico. - Em relação ao investimento doméstico a regressão sugere que o IDE tem um efeito <i>crowds in</i> sobre o investimento doméstico.	Os resultados do modelo que mediu o impacto do IDE sobre o crescimento indicam que: - O IDE tem um impacto positivo e significativo sobre o crescimento económico; - A interação entre o IDE e o <i>gap</i> tecnológico é negativo e estatisticamente significativo; - A interação entre o IDE e o nível de escolaridade tem um impacto positivo e significativo para o crescimento económico. Os resultados do modelo usado para medir o efeito do crescimento sobre o IDE indicam que: - o crescimento tem impacto positivo e significativo na entrada de IDE; - a dimensão e a abertura ao comércio são factores determinantes para entrada de IDE; - a variável de infraestrutura é positiva e significativa, o que revela a importância das infraestruturas do país receptor na atração de IDE

Tabela 4 – Resumo Dos Modelos Que Relacionam IDE Com Crescimento Económico

Adaptado de Borensztein, Gregorio, & Lee (1998) e Li & Liu (2005)

	Modelo de Kakar e Khilji (2011)	Modelo de Constant e Yaoxing (2010)
Objectivo do estudo	Analisar o papel do comércio livre e do IDE no crescimento económico	Analisar o impacto a longo prazo do IDE e <i>do trade openness</i> no crescimento económico
Variáveis usadas no modelo	Y - taxa de crescimento do PIB; TOP - <i>Trade openness</i> =(comércio em percentagem do PIB; FDI - IDE; EXR - taxa de câmbio real; μ_i - Error term.	Y - PIB per capita real; FDI - valor do IDE bruto; TR - <i>trade openness</i> = $(import+export)/PIB$; L - força de trabalho; K - que é representado pela FBCF; D - variável dummy que representa a liberalização da economia ou liberalização comercial.
Equação do modelo	$LnY = \alpha + \beta_1 Ln(TOP) + \beta_2 Ln(FDI) + \beta_3 Ln(EXR) + \mu_i$	$Y_t = c_t + \alpha \ln K_t + \beta \ln L_t + \phi \ln FDI_t + \delta TR_t + \psi D_t + \mu_t$
Técnica econométrica usada	<i>Johansen co-integration test; Granger causality test; ADF unit root test.</i>	<i>Aggregate Production Function (APF) framework; VAR Granger causality/Block Exogeneity Wald tests; Autoregressive Distributed Lag (ARDL).</i>
Anos	31 Anos (1980 - 2010)	28 Anos (1980 - 2007)
Países	2 Países	1 País
Resultados do estudo	Os resultados sugerem que: - O <i>trade openness</i> tem impacto positivo no crescimento económico a longo prazo para ambos os países; - O impacto do IDE e a taxa de câmbio real é diferente para cada país. Para o Paquistão, o IDE e a taxa de câmbio real não têm um impacto significativo no crescimento do PIB. Para a Malásia, a taxa de câmbio real têm um impacto positivo no PIB, já para o IDE os resultados sugerem a existência de uma casualidade inversa em relação ao PIB	Os resultados indicam que: - O IDE e o <i>trade openness</i> têm um impacto significativo sobre o produto do país; - Enquanto a liberalização comercial apresentou um efeito contrário.

Tabela 5 – Resumo Dos Modelos Que Relacionam IDE e Abertura Comercial com Crescimento Económico

Adaptado de Kakar & Khilji (2011) e Constant & Yaoxing (2010)

PARTE II – INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA

6. IDE, COMÉRCIO INTERNACIONAL E A ECONOMIA ANGOLANA

6.1. ANGOLA – ENQUADRAMENTO ECONÓMICO GERAL

Desde do fim da guerra civil, em 2002, a economia angolana tem vivido um período de crescimento e expansão impressionante, com uma taxa média de crescimento anual de quase 17%, entre 2003 e 2008. Facto que colocou o país entre as três economias com maior crescimento a nível mundial durante este período (Vista Reports , 2011). Para o período entre 2002 e 2012, segundo os dados do UNCTADstat, o crescimento médio anual foi de 11%

É de recordar que no período colonial o país apresentava uma economia próspera e em crescimento devido à exportação de produtos agrícolas (café, sisal e algodão) e minerais (diamantes) e aos serviços prestados basicamente pelos caminhos-de-ferro de Benguela (Vista Reports , 2011). Este crescimento económico, segundo o World Bank (2007), teve início depois da segunda guerra mundial (estando associado, como já referimos, à produção e exportação de produtos agrícolas com destaque para o café). Houve um *boom* na produção de café e passou-se de uma produção de 14 mil toneladas em 1940 para 100 mil toneladas no início dos anos 60 (Billon, 1999), chegando, entre 1972 e 1973, a produzir 4 milhões de sacas de café (CFC; ICO; WB, 2000). Este aumento na produção tornou Angola no quarto maior produtor mundial de café, nos anos 60, sendo este produto responsável por 35% das exportações da colónia (Billon, 1999). Tal como podemos ver na tabela 6, a composição das exportações e consequentemente da economia alterou-se ao longo do tempo e o petróleo passou a ocupar um lugar de destaque.

Composição das exportações de Angola
Valores em percentagens

[QUADRO N.º 2]

Ano	Café	Diamantes	Petróleo	Outras
1969	35	20	5	40
1974	20	8	51	21
1979	14	13	72	1
1984	4	3	91	2
1989	+ 0	5	94	1

Tabela 6 – Composição Das Exportações Angolanas Entre 1969 e 1989

Fonte: Valério & Fontoura, 1994

A guerra civil pode ser considerada como o principal inimigo do sector agrícola e da economia angolana. A produção de café passou de uma média anual de quase 3 milhões de sacas no início dos anos 70, para uma média anual de inferior a 100 mil sacas nos anos 90. Esta redução pode ser explicada pelas alterações que o país sofreu: com a independência e consequente saída dos produtores de café (portugueses), as plantações de café foram nacionalizadas e em 1993 o governo deu início ao programa de privatização dessas plantações⁵. Contudo, a instabilidade política do país impediu que os compradores investissem na reabilitação das fazendas e incentivou os trabalhadores a voltarem às suas províncias de origem (a maior parte das plantações de café estavam localizadas nas províncias do norte do país e os trabalhadores eram Ovimbundu, isto é, do planalto central, da região central de Angola) (CFC; ICO; WB, 2000).

O período de guerra civil teve impactos no país de forma geral. Na tabela 7 vemos a tendência macroeconómica do país durante o período de 1990 e 1997 em que o país vivia a guerra civil, sendo de destacar a taxa de inflação média, que estava acima dos 100%.

⁵ No anexo I podemos ver a produção de café entre os anos 60 até 1998

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Exchange Rate (Kzr:US\$)	0.03	0.07	0.50	4.90	153	2,729	80,250	350,000
Real GDP Growth	34%	16%	3%	-24%	8%	13%	9%	10%
GDP (1990 prices) Bn Kzr	227	237	244	183	199	224	244	268
GDP (1990 prices) Millions US\$	7,669	8,899	7,535	11,195	4,050	9,151	6,207	4,142
Per Capita GDP (US\$ per head)	767	864	711	1,027	362	789	522	342
Inflation (CPI)	43%	176%	496%	1838%	976%	3780%	1650%	150%
Population (millions)	10.0	10.3	10.6	10.9	11.2	11.6	11.9	12.1

Tabela 7 – Condições Macroeconómicas De Angola Entre 1990 e 1997

Fonte: CFC; ICO; WB (2000)

6.1.1. A ECONOMIA ANGOLANA EM TEMPOS DE PAZ

Apesar de ter sido das economias que mais cresceu entre 2001 e 2010 a nível mundial, de ter constado da lista dos dez países africanos que atraíram mais IDE entre 2003 e 2011 (Ernst & Young, 2012) e de ser o segundo maior produtor de petróleo em África, o país não permaneceu imune à crise económica mundial e à queda do preço do petróleo em 2009, reduzindo o ritmo acelerado do crescimento do PIB. Assim, passou de uma taxa de crescimento de 13,8% em 2008 para 2,4% em 2009 (AfDB; OECD; UNDP; UNECA, 2011).

Além de reduzir a taxa de crescimento do PIB, a descida do preço do petróleo afectou negativamente as receitas fiscais, passaram de 3,070 mil milhões de Kwanzas em 2008 (com o sector petrolífero a contribuir com mais de 80% deste valor) para 1,988 mil milhões de Kwanzas em 2009, com base no relatório e na proposta do relatório de fundamentação do OGE angolano para os anos 2011 e 2012⁶.

No gráfico 1 podemos ver a evolução do preço do petróleo, e sendo a economia angolana fortemente dependente do sector petrolífero⁷ (responsável por mais de 90% das exportações e por 80% das receitas fiscais) era e é de se esperar que qualquer alteração no preço do petróleo tivesse e tenha grandes efeitos no PIB do

⁶ Ver anexo II

⁷ Segundo (AfDB; OECD; UNDP; UNECA, 2012) o petróleo é responsável por 47% do PIB angolano

país. Nos anexos X e Y vê-se o aumento das receitas fiscais do sector não petrolífero é esmagado pela redução no sector petrolífero.

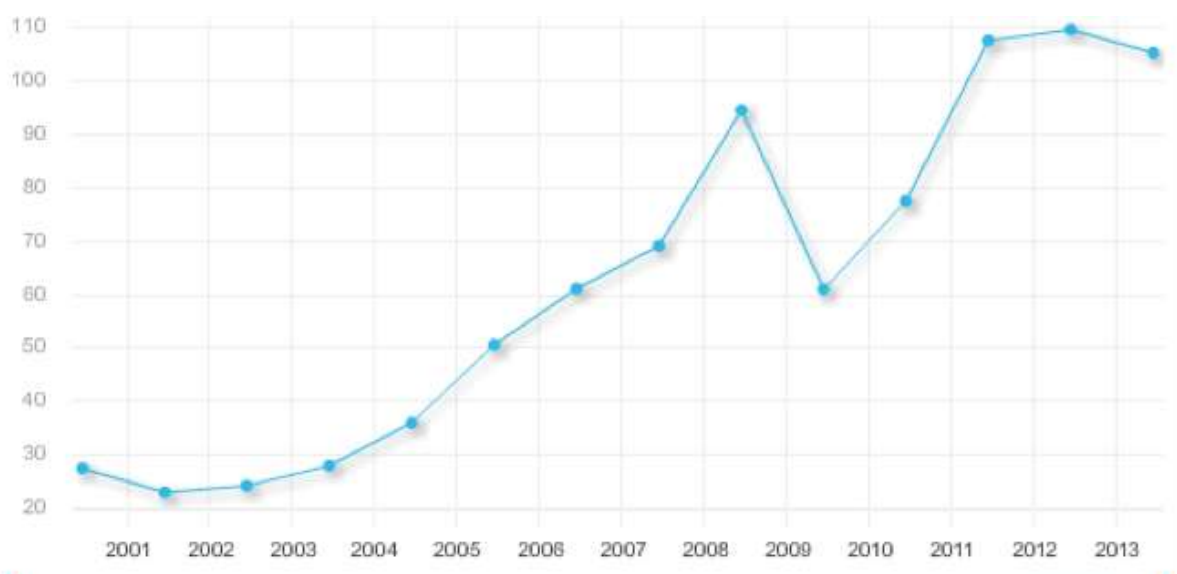


Gráfico 1 – Variações do preço do petróleo entre 2001 e 2013 (valores em dólares)

Fonte: OPEP, 2013

Os choques provocados pela crise económica mundial e pela redução do preço do petróleo fizeram com que o país recorresse à ajuda do FMI, que através do SBA⁸ disponibilizou 1,4 mil milhões de dólares à Angola (Jover, Pintos, & Marchand, 2012).

O programa SBA foi desenvolvido para ajudar o país a reduzir consideravelmente o défice fiscal não petrolífero, a disponibilizar recursos necessários para os gastos sociais e projetos de infraestruturas vitais, a ajustar a taxa de câmbio e a salvaguardar o sector financeiro do país (IMF, 2009).

O país vem apresentado melhorias significativas, em 2010 e 2011 a taxa de crescimento do PIB foi de 3.4% e 3.9% respectivamente e estima-se que em 2012 a taxa de crescimento tenha sido de 7.9%. conseguiu ainda reduzir a pobreza no país (em 2001 68% da população vivia a baixo da linha da pobreza e atualmente 36,6% da população vive a baixo da linha da pobreza) apesar da percentagem da

⁸ SBA é o programa de estabilidade assinado entre o governo angolano e o Fundo Monetário internacional e Novembro de 2009 que ajudou o país a alcançar um melhor nível de reservas internacionais, conseguiu estabilizar a taxa de câmbio, reduzir a taxa de inflação, maior transparência fiscal, melhor posição fiscal e outros benefícios internos (IMF, 2012).

população que vive abaixo da linha da pobreza continuar a ser muito alta (AfDB; OECD; UNDP; ECA, 2013). A composição do PIB também sofreu alterações, como podemos ver na tabela 8.

	2008	2009	2010	2011	2012
Sector Primário (%)	65,81	56,94	57,00	59,05	56,08
Agricultura	6,58	10,21	9,86	9,28	10,50
Pescas e Derivados	0,23	0,25	0,23	0,23	0,25
Diamantes e Outros	1,07	0,92	0,96	0,93	0,84
Petróleo	57,92	45,56	45,94	48,60	44,49
Sector Secundário (%)	10,18	14,05	14,55	14,09	14,99
Indústria Transformadora	4,92	6,23	6,28	6,12	6,47
Construção	5,17	7,70	8,14	7,86	8,39
Energia	0,09	0,13	0,13	0,11	0,14
Sector Terciário (%)	24,02	29,01	28,46	26,86	28,93
Serviços Mercantis	17,92	21,23	21,04	19,86	21,68
Outros	6,10	7,77	7,42	7,01	7,25

Tabela 8 – Composição Do PIB Angolano (2008 – 2012)

Fonte: BNA, 2013

Apesar das melhorias apontadas há ainda muita coisa por fazer. A diversificação da economia e a criação de emprego são ainda desafios por enfrentar. O sector não petrolífero vem crescendo. Contudo, a diversificação da economia ainda não foi alcançada, facto que prejudica a criação de emprego do país⁹. A taxa de desemprego continua elevada, rondando os 25%. Mesmo sendo o petróleo ainda a base da economia angolana, por ser de capital intensivo e ter pouca ligação à economia real, emprega menos de 1% da população ativa do país (AfDB; OECD; UNDP; UNECA, 2012). Já o sector agrícola, que contribui com pouco mais de 10% do PIB emprega cerca de 69% da população ativa do país (AfDB; OECD; UNDP; ECA, 2013).

Outro factor que não pode ser esquecido na contextualização económica de Angola é a economia informal, que emprega sem regulação e benefícios legais. O sector informal tem um peso significativo na economia angolana: até 2010, 70% do transporte colectivo e 50% do fornecimento alimentar a retalho eram assegurados pelo sector informal (Pires, 2010). Com o objectivo de reduzir ou eliminar o sector informal, reduzir a taxa de desemprego, aumentar a competitividade do país, diversificar a economia, aumentar a participação dos angolanos na sua economia e

⁹ Em anexo III, está a estimativa do Ministério do Planeamento onde podemos ver o número de trabalhadores por sector de atividade

facilitar a transferência de *know-how* para economia angolana através de parcerias empresarial entre angolanos e estrangeiros (Carvalho & Fidalgo, O País, 2011) e, reduzir dependência ao sector petrolífero e das importações (BAfD; OCDE; PNUD; CEA, 2012) o governo criou o Programa de Fomento Empresarial.

Segundo Carvalho (2011) o PFE “*foi estruturado como uma espécie de três em um, com um programa de “competitividade para grandes empresas”, outro de “estímulo para as pequenas e médias empresas (PME)” e um terceiro de “fomento transversal às diferentes empresas”*”.

Outro sector que tem merecido a atenção do governo é o sector dos transportes, o governo possui um plano de ação para o período de 2011 – 2017, com vista a desenvolver o sector (ANIP, 2012a).

Foram feitos investimentos nas linhas ferroviárias que ligam o Porto de Benguela e a República Democrática do Congo e a Zâmbia e o Porto do Namibe e a República da Namíbia; investimento para a reabilitação da ligação rodoviária entre o município do Lubango e República da Namíbia; a construção do novo aeroporto internacional de Luanda (BAfD; OCDE; PNUD; CEA, 2012); e a reestruturação da ENANA (empresa responsável pela exploração dos aeroporto) (ANIP, 2012a).

No que toca ao investimento no sector ferroviário, vai além das ligações com o exterior. O governo pretende entre 2011 e 2017 finalizar a recuperação da rede ferroviária, através da:

- i) Conclusão das linhas férreas em curso;
- ii) Atribuição da exploração comercial da rede à iniciativa privada;
- iii) Extensão da rede aos países vizinhos, para aumentar as receitas e melhorar rentabilidade das empresas ferroviárias e apoiar a política externa do país.

Pretende igualmente promover a instalação, ao longo da linha férrea, de plataformas logísticas multimodais e construir (e recuperar) os ramais ferroviários para as grandes empresas. Além disso pretende-se também, criar uma única empresa ferroviária nacional (atualmente o estado possui três ferroviárias, Caminhos de ferro de Luanda, Caminhos de Ferro de Benguela e Caminhos de Ferro de

Moçâmedes e investir formação profissional e recuperação dos quadro do ramo (ANIP, 2012a).

No sector marítimo, os esforços do governo prendem-se em desenvolver o transporte marítimo de passageiros e carga a nível nacional (com a construção de terminais marítimos e terrestres), recuperação e alargamento dos portos e construção de novos portos em Luanda, Cabinda e Porto Amboim (ANIP, 2012a).

6.1.2. POLÍTICA MONETÁRIA

Em 2012 foi aprovada a lei sobre o regime cambial aplicável ao sector petrolífero (lei nº 2/12), que obriga as empresas petrolíferas (presente no país), nacionais ou estrangeiras, a abrirem contas em bancos residentes e a realizarem os pagamentos de bens e serviços fornecidos por empresas residentes em moeda nacional (KPMG, 2012).

Outra alteração na política monetária foi a introdução da taxa básica de juro de referência, a taxa BNA (que diz se o tipo de política monetária aplicada no país é restritiva (aumento da taxa BNA) ou expansionista (redução da taxa BNA)), e da *LUIBOR – Luanda Interbank Offered Rate*, média da taxa de juro cobrada pelos bancos comerciais no mercado interbancário (BNA, 2011). Outros indicadores económicos que têm mostrado consideráveis melhorias, nomeadamente em relação ao período de guerra, são a taxa de inflação, que passou de mais de 100% para 9%, em 2012, e o câmbio AOA/US\$, que se tem mostrado relativamente estável (ver gráficos 2 e 3)

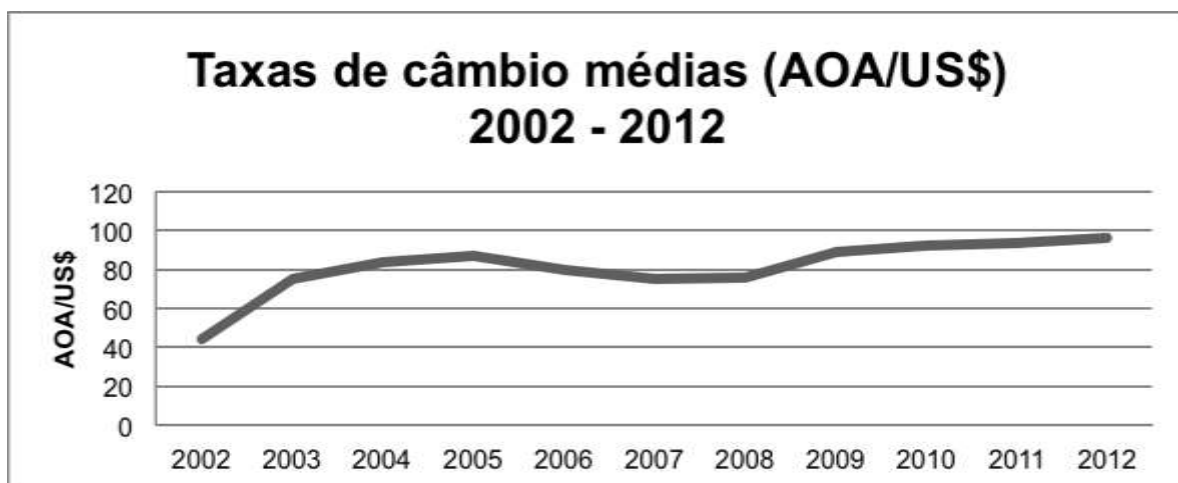


Gráfico 2 – Taxa de câmbio média anual entre 2002 – 2012

Adaptado do Ministério das Finanças, 2006 e 2008, Conselho de Ministros (2011) e (República de Angola (2012)

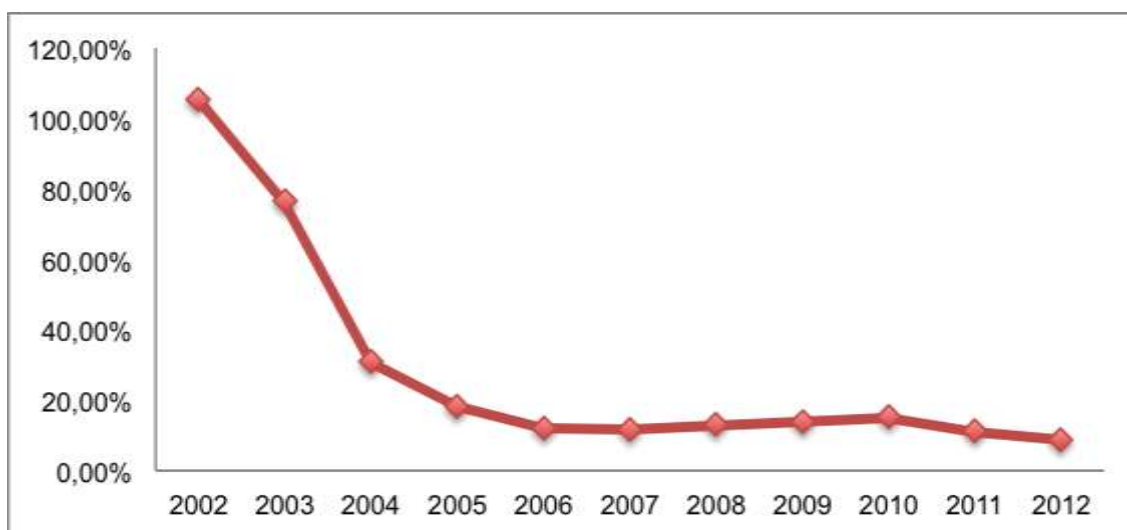


Gráfico 3 – Inflação anual acumulada (%) entre 2002 e 2012

Adaptado do Ministério das Finanças, 2006 e 2008 e do BNA, 2013

6.2. IDE EM ANGOLA

Angola pela riqueza natural que possui (petróleo, gás, diamantes, terra arável e potencial hidroelétrico) tem atraído muitos investidores estrangeiros, estando atualmente no sétimo lugar do *top 15* dos países africanos. Estes países entre 2003 e 2011, absorveram 82% do total de novos projetos de IDE dirigidos para o continente (Ernst & Young, 2012), como podemos ver no gráfico 4.

Top15 African country destinations attract 82% of new FDI project since 2003

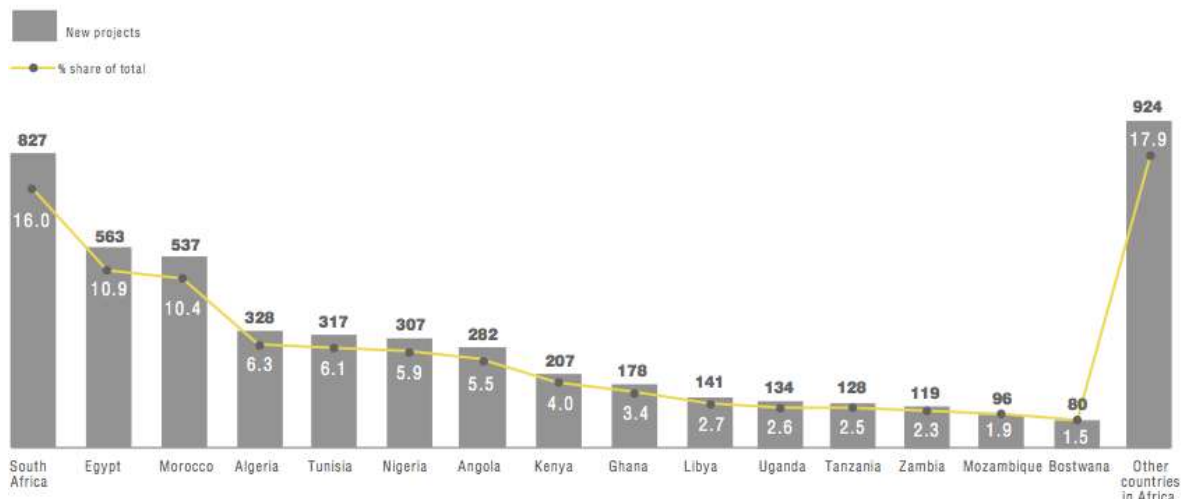


GRÁFICO 4 – PRINCIPAIS DESTINOS PARA OS NOVOS PROJETOS DE INVESTIMENTO EXTERNO EM ÁFRICA ENTRE 2003 E 2011

Fonte: Ernst & Young, 2012

Em Angola, segundo a lei n.º 20/11 de 20 de Maio que regula o investimento privado em Angola¹⁰, interno e externo, o investimento externo é definido como “a introdução e utilização em Angola, com o recurso a ativos domiciliados:

i. dentro e fora do território nacional, por pessoas singulares ou colectivas, não residentes cambiais, de capitais, tecnologias e know how, bens de equipamentos e outros, em projetos económicos determinados, ou ainda a utilização daqueles fundos na criação de novas empresas, agrupamentos de empresas, ou outra forma de representação social de empresas privadas, nacionais ou estrangeiras, bem como a aquisição da totalidade ou parte de empresas de direito angolano já existentes, com vista à implementação ou continuidade de determinada atividade económica, de acordo com o seu objecto social;

ii. fora do território nacional, por pessoas singulares ou colectivas residentes cambiais, de capitais, tecnologias e know how, bens de equipamentos e outros, em projetos económicos determinados ou ainda a utilização daqueles fundos na criação de novas empresas, agrupamentos de empresas, ou outra forma de representação social de empresas privadas, nacionais ou estrangeiras, bem como a aquisição da totalidade ou parte de empresas de direito angolano já existentes, com vista à

¹⁰ Conferir Miranda Correia Amendoeira & Associados; Fátima Ferreira Advogados (2011)

implementação ou continuidade de determinado exercício económico, de acordo com o seu objecto social;

iii. para efeitos do disposto na alínea anterior, relativamente aos capitais não domiciliados em território nacional oriundos do recurso a crédito, deve a sua amortização ser realizada sem recurso ao Fundo Cambial de Angola.” Esta lei (nº 20/11 do investimento privado) fixa o montante mínimo total de investimento, tanto interno com externo, em um milhão de dólares.

O governo angolano vem tentando captar mais investimentos através de incentivos e benefícios, desde que tais investimentos promovam o crescimento económico e o desenvolvimento social, promovam as regiões menos desenvolvidas do país, contribuam para o aumento da produtividade, permitam a criação de parcerias entre investidores nacionais e estrangeiros, criem empregos, promovam a transferência de tecnologia e o desenvolvimento de infraestruturas, aumentem as exportações e reduzam as importações do país. Contudo, os incentivos e benefícios dependem do nível de desenvolvimento da região em que o investimento é realizado, do sector de atividade e da zona económica. Os incentivos fiscais vão desde a isenção de imposto imobiliário, passando pela isenção do pagamento da taxa de importação (de matéria-prima e equipamento usado apenas no projeto) até a isenção do imposto sobre o consumo dos bens exportados. Já os benefícios financeiros passam pelas reduções na taxa de juro anual, pelos subsídios anuais para criação de empregos permanentes (nos primeiros 4 anos de atividade), pelos subsídios para as empresas que aumentem a exportação do país e para criação ou transferência de empresas que apoiem as obras públicas (FAO, 2011).

Os incentivos fiscais estão fortemente ligados à localização onde o investimento é realizado, segundo o artigo 35º da lei nº 20/11, *“para efeitos da atribuição de incentivos fiscais às operações de investimento, o País é organizado nas seguintes zonas de desenvolvimento:*

a) Zona A - Província de Luanda, os municípios-sede das Províncias de Benguela, Cabinda, Huíla e o município do Lobito.

b) Zona B - Restantes municípios das Províncias de Benguela, Cabinda e Huíla e Províncias do Bengo, Cuanza-Norte, Cuanza-Sul, Malange, Namibe e Uíge.

c) Zona C - Províncias do Bié, Cunene, Huambo, Cuando-Cubango, Lunda-Norte, Lunda-Sul, Moxico e Zaire”.

A duração da isenção ou redução fiscal depende da zona de desenvolvimento em que se realiza o investimento, tal como podemos ver na tabela 9, e também podemos ver os valores a partir dos quais o limite máximo de isenção é aplicado.

Zonas de desenvolvimento	Isenção ou redução do imposto industrial	Isenção ou redução do Imposto sobre a aplicação de capitais	Critérios para a aplicação dos limites máximos
Zona A	1 a 5 anos	até 3 anos	Investimentos superiores a 50 milhões de dólares, ou que criem pelo menos 500 novos postos de trabalho para os cidadãos nacionais
Zona B	1 a 8 anos	até 6 anos	Investimentos maiores ou iguais a 20 milhões de dólares, ou que criem pelo menos 500 novos postos de trabalho para os cidadãos nacionais
Zona C	1 a 10 anos	até 9 anos	Investimentos maiores ou iguais a 20 milhões de dólares, ou que criem pelo menos 500 novos postos de trabalho para os cidadãos nacionais

Tabela 9 – Relação Entre as Zonas De Desenvolvimento e os Incentivos Fiscais

Adaptado da Lei nº 20/11 sobre o Investimento Privado.

Contudo, independentemente da zona é possível que outros investimentos privados sejam beneficiados pelo limite máximo de isenção, desde que reúnam dois dos requisitos obrigatoriamente cumulativos do artigo 29º da lei do investimento privado (segundo o número um do artigo 29º da lei nº20/11 para haver atribuição extraordinária dos incentivos é necessário uma negociação, ou verifique a cumulação da alínea a com qualquer outra alínea descrita no artigo). Os requisitos são:

a) *ser o investimento declarado como altamente relevante para o desenvolvimento estratégico da economia nacional, considerando a importância do*

sector de atividade em causa, o local e o valor do investimento e a redução das assimetrias regionais;

b) ser o investimento capaz de induzir a criação ou manutenção de, pelo menos, 500 (quinhentos) postos de trabalho diretos para cidadãos nacionais;

c) ser o investimento capaz de contribuir em larga escala, de modo quantificado e certificado, para o impulsionamento da inovação tecnologia e investigação científica no País;

d) serem as exportações anuais diretamente resultantes de investimento superiores a USD 50 000 000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Apesar dos incentivos e benefícios previstos, o sector petrolífero continua a ser mais atrativo em termos de capital estrangeiro, absorvendo mais de 80% do fluxo de IDE dirigido para o país entre 2003 e 2011. Entretanto, existem outros sectores como o das telecomunicações, da construção, do imobiliário e do comércio que se vão tornando mais atrativos devido o aumenta da classe média no país (Ernst & Young, 2012).

Assim, o sector não petrolífero tem vindo a atrair cada vez mais investidores estrangeiros, sendo os principais sectores o da indústria transformadora (que ocupa o primeiro lugar), seguida da construção civil, da agricultura, comércio, transportes, comunicação e imobiliário (aicep, 2011). Entretanto, é importante salientar que apesar do sector petrolífero atrair mais capital estrangeiro, se analisarmos o fluxo de IDE em termos de novos projetos, o primeiro lugar é ocupado pelo sector financeiro, com 42,6% do total de projetos entre 2003 e 2011 (Ernst & Young, 2012), tal como podemos ver na tabela 10.

Top5 country investors of new FDI projects (2003-11)	Top 5 country investors of new projects by job created (2003-11)	Top5 sectors of new FDI projects (2003-11)	Relative % sector contribution to project total
Angola			
Portugal	United States	Financial services	42,6%
United States	Portugal	Coal, oil and natural gas	8,9%
UK	Germany	Business services	6,0%
Spain	China	Beverages	6,0%
South Africa	UK	Transportation	5,0%

Tabela 10 – Resumo Sobre o Fluxo de IDE Para Angola entre 2003 e 2011.

Fonte: Ernst & Young, 2012

A entrada de IDE em Angola tem vindo a evoluir ao longo do tempo, passando de valores inferiores a mil milhões de dólares, antes de 1998 (UNCTAD, 2004), para um valor médio anual de 11,4 mil milhões de dólares, entre 2006 e 2010 (apesar de em 2010 ter sido registado valores negativos na ordem dos 3 mil milhões de dólares) (aicep, 2011). Na tabela 11 podemos ver a evolução do stock e fluxo de entrada do IDE em Angola entre 1990 e 2009.

	Year									
	1990	1993	1996	1998	2003	2005	2006	2007	2008	2009
FDI inflows	-335	302	181	1 474	5 685	6 794	9 064	9 796	16 581	11 672
FDI stock	1 024	2 279	3 102	4 628	11 988	12 133	12 095	11 202	12 881	15 086

Tabela 11 – Stock e Fluxo de IDE em Angola (1990 – 2010) em Milhões de Dólares.

Fonte: FAO, 2011

Em 2012, o IDE que o país captou foi de 9.9 milhões de dólares, e maior parte deste investimento teve como destino campos de pré-sal (AfDB; OECD; UNDP; ECA, 2013).

6.3.COMERCIO INTERNACIONAL E A ECONOMIA ANGOLANA

Angola é membro da Organização Mundial do Comércio desde 1996. Contudo, a liberalização comercial teve início apenas em 1999. O país usa as tarifas aduaneiras como principal instrumento da política comercial. Esta política foi revista em Fevereiro de 2005, tendo as tarifas sofrido uma redução: de 8,8% para 7,4% a taxa média simples aplicada à nação mais favorecida e a taxa máxima aplicada para 30% (WTO, 2006). A política comercial do país é regulada pelo Código Aduaneiro

(decreto lei n.º 05/06 de 4 de Outubro) e pela Pauta Aduaneira dos Direitos de Importação e Exportação (decreto lei n.º 2/08 de 4 de Agosto) e tem como objectivo promover e diversificar a exportação.

O comércio internacional tem papel importante na economia angolana. O país tem um grau de abertura superior a 100% (107,9% em 2012) e a taxa de cobertura global das importações é de 1,49, ou seja, a receita das exportações do país mais do que cobrem as despesas totais incorridas pela importação (BNA, 2013). Entre 2007 e 2011, o valor da exportação em média anual era igual a 67% do PIB (BNA, 2013d)¹¹.

Deste modo, podemos considerar a exportação como base do crescimento económico angolano. No período anterior à independência, tal como referimos anteriormente, o crescimento da economia associado à produção e exportação do café. Atualmente o crescimento está associado ao sector petrolífero, que é responsável por mais de 95% das exportações do país (aicep, 2011).

O país possui uma balança comercial positiva e crescente (cresceu em 2012 5,37% face ao ano de 2011), com exceção ao ano de 2009, ano em que decresceu devido à redução da importação. Este crescimento tem sido influenciado pela variação positiva do preço (no mercado internacional) e da quantidade dos produtos que o país exporta, excepto o preço dos diamantes (BNA, 2013a). Com o gráfico 5 podemos confirmar que o aumento da exportação é a única razão para o saldo positivo da balança, dado que não se verificou qualquer redução nas importações.

¹¹ ver anexo IV

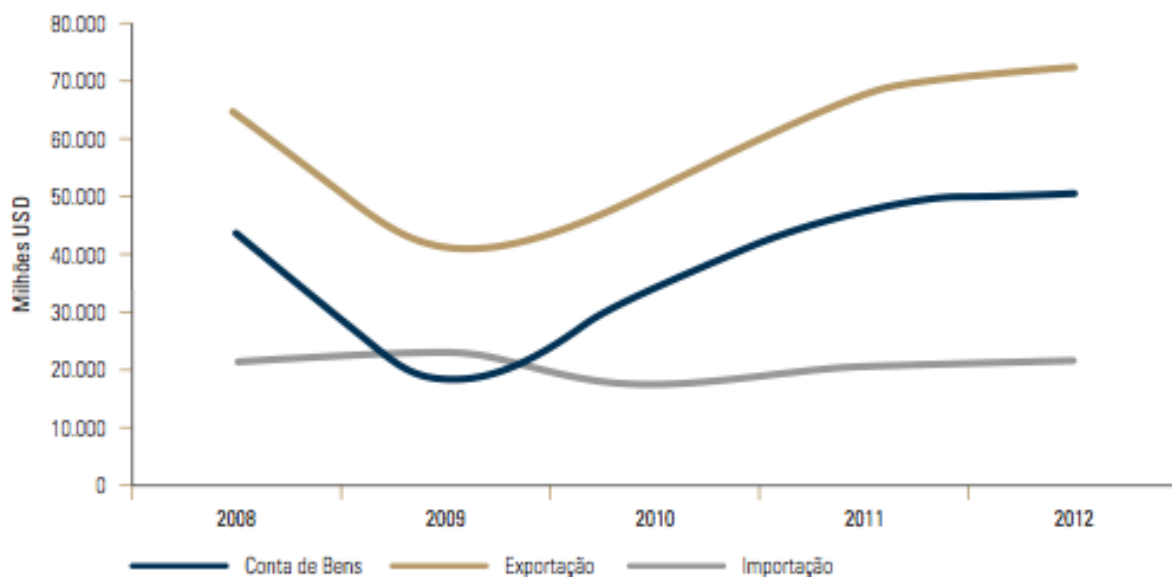


gráfico 5 – Conta de bens 2008 – 2012

Fonte: BNA, 2013

Em 2012 as receitas da exportação foram de 71.948,5 milhões de dólares, o que permitiu cobrir o crescimento da importação. Segundo a aicep (2012) os principais importadores do país são a China (que recebe 42% da exportação), os EUA (com 23,3%), o Taiwan (com 9,5%) e o Canadá (com 4,2%). Nos anexos V e VI vemos respectivamente, a composição da exportação do país e os países para os quais o país exportou petróleo bruto entre 2007 e 2011.

Quanto a importação, podemos dizer que tem aumentado, com exceção ao ano de 2010. O aumento da importação justifica-se pela incapacidade da produção interna satisfazer a procura país por bens de consumo corrente e bens de capital. No total da importação de bens do país os bens de consumo corrente foram responsáveis por 58,3%, os bens de capitais 29,6% e os bens de consumo intermédio 12,1% (BNA, 2013).

Apesar dos esforços do governo para fomentar a produção interna, segundo Jover, Pintos, & Marchand (2012) o país ainda importa 95% dos bens que consome. Assim, a realização de investimentos que exijam bens de capital fará com que o país recorra a importação para que estes bens estejam disponíveis na economia. Na tabela 12 constam os principais produtos importados em 2012.

Combustíveis Minerais/Óleos Minerais/Produtos da sua Destilação/Cereais Minerais	5.049,57
Reactores Nucleares/Caldeiras/Máquinas/Aparelhos e Instrumentos Mecânicos/Partes	2.522,18
Veículos Automóveis/Tractores/Ciclos/Outros Terrestres/Partes/Acessórios	2.114,08
Máquinas/Aparelhos/Materiais Eléctricos/Partes: Aparelhos Gravação/Repro. Som/Ima.	1.628,34
Embarcações e Estruturas Flutuantes	1.472,80
Obras de Ferro Fundido, Ferro ou Aço	1.044,04
Carnes e Miudezas, Comestíveis	623,17
Ferro Fundido, Ferro e Aço	621,36
Bebidas, Líquidos Alcoólicos e Vinagres	540,60
Plástico e suas Obras	459,96
Outros	6.264,21
Total Geral	22.340,31

Tabela 12 – Produtos Importados em 2012 (em Milhões de Dólares)

Fonte: BNA, 2013a

A nível continental o principal fornecedor de Angola em 2012 foi a África do, e em termos globais o top 5 é composto por Portugal, China, Singapura, Bélgica e os EUA. Portugal continua a ser o principal fornecedor, como podemos ver no gráfico 6.

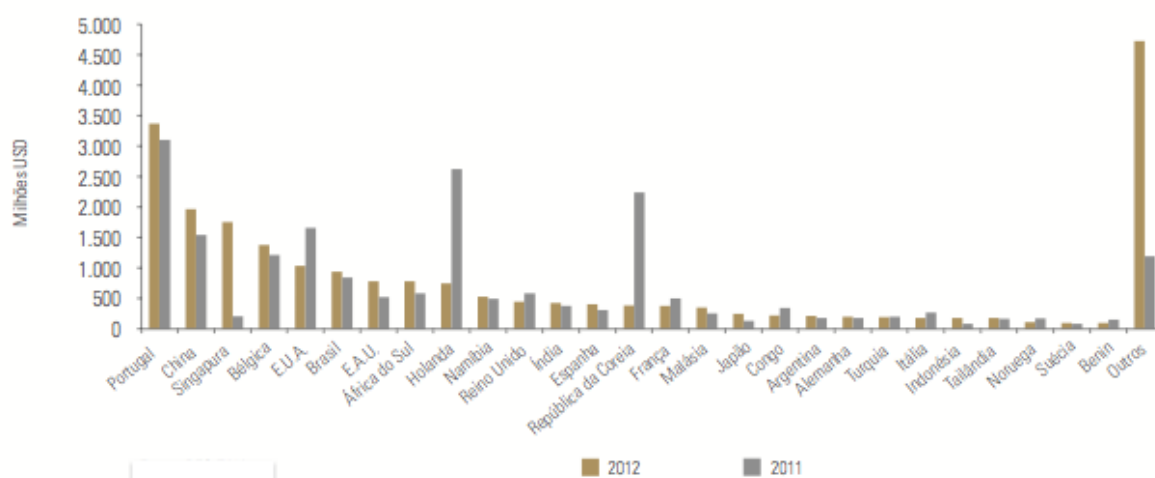


Gráfico 6 – Principais países de origem das importações

Fonte: BNA, 2013a

7. METODOLOGIA

O presente trabalho enquadra-se no método de investigação quantitativa, uma vez que segundo Fortin, Côté & Vissandjée (2009) *“o método de investigação quantitativo é um processo sistemático de colheita de dados observáveis e quantificáveis”*. As características deste trabalho obrigam à utilização de dados numéricos, daí considerarmos que o nosso método de investigação se enquadre no conceito a cima apresentado.

O método de investigação a seguir não é o único factor a ter-se em conta na realização de um trabalho científico. Existem outros factores, a ele relacionados, que juntos compõem o perfil metodológico da investigação.

Factores são, o nível de conhecimento que existe sobre o objecto em estudo, o tipo de estudo que se vai realizar e a categoria da investigação. Em termos de níveis de conhecimento segundo Fortin (2009) a presente investigação está no nível III, uma vez que neste nível os estudos têm como objectivo identificar o impacte de uma variável sobre a outra e indicar o quanto este impacte pode explicar as alterações que ocorrem na variável em estudo. Quanto a classificação a presente investigação pertence a categoria explicativa/preditiva na subcategoria correlacional, dado que revisão da literatura diz-nos que existe uma relação entre as variáveis em estudo, o objectivo da investigação prende-se em interpretar o tipo de relação que existe e a escolha das variáveis para o modelo tiveram como base a revisão da literatura (Fortin, 2009).

O nosso estudo, segundo Fortin & Ducharme (2009) é um estudo de verificação de modelos teóricos na categoria de estudos tipo correlacional, uma vez que fazemos recurso para determinar o impacto do IDE e comércio internacional no PIB em Angola e a escolha das variáveis que compõem os modelos apresentados teve como base as variáveis usadas em modelos de estudos anteriores.

7.1.OS MODELOS

Com base na literatura apresentada na primeira parte deste trabalho e com o objetivo de analisar o impacto da internacionalização no crescimento da economia angolana foram desenvolvidos três modelos econométricos. Cada um desses modelos insere-se numa das famílias de modelos descritas no capítulo 5. Assim, o modelo 1 procura medir o efeito do IDE sobre as exportações; o modelo 2 procura medir o impacto da entrada de IDE sobre a taxa de crescimento do PIB; e o modelo 3 procura analisar o impacto da entrada de IDE e da abertura comercial do país sobre a taxa de crescimento do PIB¹².

Como vimos, a literatura sugere que o IDE pode exercer um impacto sobre as exportações. No modelo 1, a variável dependente é o valor das exportações da economia angolana. Com base nas discussões teóricas e empíricas apresentadas nos capítulos anteriores, usamos o stock de IDE como variável explicativa. O uso do stock em vez do fluxo é defendido por diversos autores (Kutan e Vuksic, 2007). Como variáveis de controle consideramos a capacidade doméstica de produção, capturada pela FBCF (Sun, 2001) e a taxa de câmbio, que é introduzida para capturar o preço das exportações e portanto a competitividade do país (Kutan e Vuksic, 2007).

Ao analisar a composição das exportações angolanas nota-se um claro predomínio do sector petrolífero. Por esta razão, no modelo 1, analisamos o efeito do IDE nas exportações totais, nas exportações sem os produtos petrolíferos e nas exportações dos produtos petrolíferos.

O modelo 2 visa analisar o impacto do IDE no crescimento económico de Angola. Com base nos estudos empíricos mencionados na secção 5.2, usamos como variáveis dependentes a taxa de crescimento do PIB (nas especificações 1 a 6) e a taxa de crescimento do PIB per capita (nas especificações 7 a 12). A variável explicativa é o o stock de IDE. Como variáveis de controle são usadas: i) a capacidade doméstica de produção, capturada pela FBCF; ii) o stock de trabalho, medido pela população do país; iii) o capital humano (CH), medido pela população

¹² o crescimento do PIB foi usado como medida representativa do crescimento económico.

com ensino secundário. Algumas especificações incluem ainda um termo de interação entre IDE e CH, para analisarmos se existe complementaridade entre o IDE e o CH, e assim confrontarmos a ideia de que os benefícios da entrada de IDE dependem da capacidade de absorção do país receptor.

No modelo 3 procura-se estimar o impacto da internacionalização no crescimento económico angolano. À semelhança do que foi realizado para o modelo 2, usamos como variáveis dependentes a taxa de crescimento do PIB (nas especificações 1 a 5) e a taxa de crescimento do PIB per capita (nas especificações 6 a 10). As variáveis explicativas são o stock de IDE e o grau de abertura.

A nossa análise empírica recai sobre o período compreendido entre 1984 e 2011. Uma vez que no ano de 2002 foi assinado o acordo de paz, este acontecimento é incluído na especificação do modelo sob a forma de uma variável dummy.

Adicionalmente, algumas especificações dos modelos, incluem as variáveis independentes desfasadas um período. Esta opção decorre do facto de poder ser necessário algum tempo até que os efeitos se reflitam (Girma, Kneller, & Pisu, 2007). Apesar de uma estrutura de desfasamento que considere apenas um período poder ser insuficiente para capturar o período de ajustamento, o facto de o intervalo temporal considerado ser relativamente curto (28 anos) não comporta períodos de desfasamento muito longos.

7.2. DEFINIÇÃO DAS VARIÁVEIS E FONTES DE DADOS

Os modelos econométricos anteriormente apresentados foram estimados com base em dados anuais da economia angolana para o período 1984-2011. O período de tempo da investigação foi determinado pela disponibilidade de dados.

Na tabela 12, estão as variáveis que compõem os modelos do nosso estudo com as fontes (base de dados). Os dados para as variáveis foram recolhidos em base de dados diferentes, uma vez que, na altura em que foi feita a recolha de dados nenhuma das data base consultadas possuía dados para todas as variáveis dos modelos. A escolha da base de dados foi feita conforme Quivy & Campenhoudt

(2008), segundo os autores, na recolha de dados a credibilidade das entidades emissoras é fundamental.

Variável	Significado	Base de dados
PIB	Produto Interno Bruto	unctastat
TCPIB	Taxa de crescimento do PIB	calculada
PIBpc	PIB per capita	databank (Banco Mundial)
TCPIBpc	Taxa de crescimento do PIB per capita	calculada
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo	unctastat
IDEs	Inward IDE - stock	unctastat
Xbs	Exportações de bens e serviços	unctastat
Xpp	Exportações de produtos petrolíferos	unctastat, FMI e BNA
Xbsspp	Exportações de bens e serviços sem produtos petrolíferos	calculada
Mbs	Importações de bens e serviços	unctastat
Esec	Alunos no ensino secundário	databank (Banco Mundial) e Ministério da Educação
Pop	População	unctastat
TCPop	Taxa de crescimento da população	calculada
TA	Taxa de abertura $(X+M)/PIB$	calculada com base nos dados retirados da unctastat, FMI e BNA
TCR	Índice da taxa de câmbio real (2007 = 100)	<i>datasets</i> da Bruegel
Paz	Dummy assume valor 1 em tempo de paz	

Tabela 12 – Descrição das Variáveis e Fonte dos Dados

Fonte: O autor

8. RESULTADOS

Os modelos foram estimados com base no método dos mínimos quadrados. Dada a natureza temporal dos dados e os potenciais problemas associados à existência de autocorrelação usámos o procedimento *Newey-West estimator* do software Stata. Este procedimento permite obter estimadores robustos para os coeficientes obtidos pelo método dos mínimos quadrados, na presença de autocorrelação.

De forma a detetar problemas de multicolinearidade foram analisados os coeficientes de correlação e os valores das estatísticas VIF (ver Apêndices). Adicionalmente, de forma a capturar a elasticidade das variações das variáveis dependentes associadas a uma variação percentual das variáveis independentes, é usada a forma logarítmica das variáveis.

8.1. MODELO 1 – IMPACTE DO IDE NAS EXPORTAÇÕES DO PAÍS

RECEPTOR

Os resultados do modelo 1¹³, apresentados na tabela 13, mostram o impacto do IDE e das variáveis de controle sobre as exportações. A análise é feita considerando as exportações totais do país (especificações 1 a 4), as exportações de produtos não petrolíferos (especificações 5 a 8) e as exportações de produtos petrolíferos (especificações 9 a 12).

Os resultados para as exportações totais de bens e serviços e para as exportações de produtos petrolíferos indicam que o IDE, o investimento doméstico, a taxa de câmbio e a paz têm efeito positivo e significativo nas exportações. O mesmo não acontece com a exportação de bens e serviços não petrolíferos, onde a

¹³ Consultar tabelas do apêndice A

capacidade explicativa dos modelos é menor e apenas o IDE exerce um impacto significativo (e positivo).

Começando a discussão com o valor dos coeficientes obtidos para a variável IDE, é possível constatar que o impacto positivo e significativo desta variável nas exportações quer quando consideramos o seu valor contemporâneo quer quando consideramos o seu valor desfasado. No caso das exportações totais e de produtos petrolíferos, o impacto do IDE do ano anterior é superior ao impacto do IDE do mesmo ano. Assim, para as exportações totais e comparando as especificações 1 e 3, verifica-se que um aumento de 1% no IDE de um dado ano causa um aumento de 0,695% das exportações desse ano e um aumento de 0,847% das exportações do ano seguinte.

Em relação à FBCF verifica-se um impacto positivo e significativo apenas nas exportações totais e de produtos petrolíferos, mas neste caso o impacto contemporâneo é superior ao desfasado. Contata-se ainda que, no caso da economia angolana, a magnitude do impacto do investimento doméstico nas exportações é inferior à magnitude do impacto do IDE.

É ainda importante referir que, ao contrário do que é apontado noutros estudos (Kutam e Vuksic, 2007; Sun, 2001), a taxa de câmbio exerce um impacto positivo nas exportações angolanas. Este resultado deverá estar associado à composição das exportações deste país, que como mencionado se encontram fortemente concentradas nos produtos petrolíferos. Com efeito, este resultado não surge estatisticamente significativo no caso das exportações de produtos não petrolíferos.

Em suma, os resultados obtidos revelam, à semelhança de outros estudos empíricos (Kutam e Vuksic, 2007; Sun, 2001) um efeito positivo do IDE nas exportações. Revelam ainda que a magnitude desse efeito na economia angolana é elevada quando comparada com os resultados obtidos para outros países, nomeadamente da UE (Kutam e Vuksic, 2007).

	1.1	1.2	1.3	1.4	1.5	1.6	1.7	1.8	1.9	1.10	1.11	1.12
	Exportações totais				Exportações de bens e serviços excluindo os produtos petrolíferos				Exportações de produtos petrolíferos			
cons	-8.237*** (2.039)	1.770 (5.018)	-7.467** (2.464)	2.970 (5.031)	7.982* (6.349)	12.505 (7.297)	9.438** (6.732)	10.385 (8.243)	-9.447*** (2.134)	1.212 (5.084)	-8.813*** (2.613)	2.180 (5.005)
lnFBCF_t	0.631*** (0.117)	0.579*** (0.136)			-0.066 (0.300)	-0.090 (0.293)			0.680*** (0.115)	0.624*** (0.135)		
lnIDES_t	0.694*** (0.096)	0.352** (0.186)			0.558*** (0.118)	0.404 (0.243)			0.698*** (0.098)	0.334** (0.187)		
lnTCR_t	0.438** (0.152)	0.076 (0.184)			0.289 (0.211)	0.126 (0.313)			0.428** (0.162)	0.043 (0.183)		
lnFBCF_{t-1}			0.428*** (0.141)	0.491*** (0.145)			-0.094 (0.246)	-0.088 (0.250)			0.463*** (0.142)	0.528*** (0.146)
lnIDES_{t-1}			0.847*** (0.129)	0.387* (0.177)			0.548*** (0.158)	0.506 (0.249)			0.867*** (0.131)	0.383* (0.173)
lnTCR_{t-1}			0.512** (0.191)	0.073 (0.200)			0.158 (0.231)	0.118 (0.246)			0.525** (0.204)	0.063 (0.206)
paz		0.819** (0.431)		0.911** (0.434)		0.370 (0.476)		0.082 (0.503)		0.873*** (0.434)		0.960** (0.433)
R² ajustado	0.88	0.90	0.86	0.89	0.34	0.32	0.36	0.33	0.88	0.91	0.86	0.89
N	28	28	27	27	28	28	27	27	28		27	27

Nota: *** para $p < 0,01$; ** para $p < 0,05$; * para $p < 0,1$. Os valores entre parênteses correspondem ao erro padrão de Newey-West.

Tabela 13 – Resultados Do Modelo 1

Fonte: o autor

8.2. MODELO 2 – EFEITO DA ENTRADA DO IDE NA TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB

O modelo 2 foi estimado para a taxa de crescimento do PIB (especificações 1 a 6) e para a taxa de crescimento do PIB per capita (especificações 7 a 12) Na tabela 14 estão os resultados¹⁴ obtidos para as estimações deste modelo.

Os resultados parecem indicar que o IDE pode exercer um impacto negativo no crescimento do PIB em termos contemporâneos (modelo 2.3), mas um impacto positivo em termos desfasados (modelo 2.4). Os resultados sugerem ainda que o investimento doméstico pode exercer um efeito negativo sobre o crescimento do PIB per capita, quer em termos contemporâneos quer em termos desfasados (modelos 2.7 a 2.12).

O capital humano, medido pela escolaridade secundária, parece exercer um efeito contemporâneo positivo quer sobre o crescimento do PIB, quer sobre o crescimento do PIB per capita (modelos 2.1 e 2.7). Adicionalmente parece exercer um efeito de capacidade de absorção do IDE, já que o termo de interação é positivo e estatisticamente significativo (modelos 2.3 e 2.9).

Em suma, os resultados revelam que o IDE e o capital humano são complementares, o que reforça a ideia de que o impacto do IDE sobre o crescimento económico depende do stock de CH do país receptor. Quando a variável é IDExEsec incluída o contributo do IDE para a taxa de crescimento é negativo, mas o contributo da variável que mostra a interação entre o IDE e o capital humano é positivo. Este resultado poderá estar a indicar que para um nível de CH igual a zero o IDE é prejudicial à economia.

¹⁴ consultar apêndice B

	2.1	2.2	2.3	2.4	2.5	2.6	2.7	2.8	2.9	2.10	2.11	2.12
	Taxa de crescimento do PIB						Taxa de crescimento do PIB per capita					
cons	-0.999 (1.101)	0.552 (1.412)	-0.999 (1.101)	-0.275 (1.943)	1.334 (1.485)	-0.275 (0.943)	-0.790 (1.019)	1.217 (1.448)	-0.790 (1.019)	0.259 (1.904)	2.379 (1.414)	-0.182 (1.031)
lnFBCF_t	-0.113 (0.075)	-0.122 (0.082)	-0.113 (0.075)				-0.134 (0.072)	-0.136 (0.079)	-0.134 (0.072)			
lnIDES_t	-0.017 (0.036)	-0.039 (0.043)	-0.294 (0.172)				0.014 (0.037)	-0.027 (0.038)	-0.265 (0.163)			
lnEsec_t	0.277* (0.146)	0.213 (0.165)					0.280** (0.138)	0.190 (0.157)				
TCPop_t	17.050 (10.204)	12.442 (9.316)	17.050 (10.204)									
lnFBCF_{t-1}				-0.203** (0.104)	-0.200** (0.091)	-0.203** (0.104)				-0.187** (0.094)	-0.182** (0.075)	-0.214** (0.088)
lnIDES_{t-1}				0.082 (0.044)	0.037 (0.063)	-0.139 (0.158)				0.067 (0.039)	-0.002 (0.055)	-0.146 (0.141)
lnEsec_{t-1}				0.222 (0.146)	0.169 (0.142)					0.194 (0.132)	0.122 (0.122)	0.098 (0.161)
TCPop_{t-1}				7.123 (10.728)	4.243 (10.519)	7.123 (10.727)						
Paz		0.161 (0.119)			0.176 (0.145)			0.215* (0.121)			0.256 (0.135)	
ln(IDE_tx Esec_t)			0.277* (0.146)						0.280** (0.138)			
ln(IDE_{t-1}x Esec_{t-1})						0.222 (0.146)						0.200 (0.121)
R² ajustado	0.18	0.17	0.18	0.28	0.28	0.28	0.15	0.17	0.15	0.20	0.26	0.25
N	27	27	27	26	26	26	27	27	27	27	27	27

Nota: *** para p<0,01; ** para p<0,05; * para p<0,1. Os valores entre parênteses correspondem ao erro padrão de Newey-West.

Tabela 14 – Resultados do Modelo 2

Fonte: O Autor

8.3. MODELO 3 – IMPACTO DO IDE E TA SOBRE A TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB

O modelo 3, está dividido em dois grupos. O primeiro diz respeito à taxa de crescimento do PIB (especificações 1 a 5) e o segundo à taxa de crescimento do PIB per capita (especificações 6 a 10). Os resultados do modelo estão resumidos na tabela 15¹⁵.

À semelhança do constatado no modelo 2, quer o investimento doméstico quer o IDE parecem exercer um efeito negativo sobre o crescimento da economia angolana.

Contudo, os resultados sugerem igualmente que a abertura comercial exerce um tem impacte positivo para a economia. Este efeito surge apenas quando introduzido o desfasamento de um período, o que indica a necessidade de algum tempo até que os efeitos do aumento da abertura da economia se traduzam no seu crescimento.

Como o modelo 1 indica um efeito positivo do investimento doméstico e do IDE nas exportações angolanas e a abertura da economia favorece o seu crescimento, os nossos resultados sugerem um potencial efeito indireto do investimento doméstico e do IDE, via aumento das exportações, no crescimento da economia angolana.

¹⁵ Consultar ainda as tabelas do apêndice C

	3.1	3.2	3.3	3.4	3.5	3.6	3.7	3.8	3.9	3.10
	Taxa de crescimento do PIB					Taxa de crescimento do PIB per capita				
cons	-1.104 (1.419)	-0.811 (1.297)	4.895** (1.566)	0.810 (1.297)	4.895** (1.566)	-1.065 (1.368)	0.770 (1.260)	4.719** (1.535)	0.770 (1.260)	4.719** (1.535)
lnFBCF_t	-0.145 (0.087)					-0.139 (0.084)				
lnIDES_t	0.051 (0.079)					0.045 (0.075)				
lnEsec_t	0.269* (0.132)					0.261* (0.128)				
TA_t	-0.085 (0.219)					-0.078 (0.211)				
lnFBCF_{t-1}		-0.182** (0.101)	-0.159** (0.074)	-0.182** (0.101)	-0.159** (0.074)		-0.173** (0.098)	-0.151** (0.072)	-0.173** (0.098)	-0.151** (0.072)
lnIDES_{t-1}		-0.009 (0.096)	-0.208* (0.112)	-0.275 (0.232)	-0.425* (0.185)		-0.011 (0.093)	-0.203* (0.109)	-0.266 (0.227)	-0.411* (0.180)
lnEsec_{t-1}		0.265* (0.162)	0.216 (0.099)				0.254* (0.159)	0.207 (0.096)		
TA_{t-1}		0.194 (0.207)	0.415** (0.198)	0.194 (0.207)	0.415** (0.198)		0.190 (0.202)	0.404** (0.193)	0.190 (0.202)	0.404** (0.193)
ln(IDE_{t-1} xEsec_{t-1})				0.265* (0.162)	0.216 (0.099)				0.254* (0.159)	0.207 (0.096)
paz			0.421** (0.124)		0.421** (0.124)			0.407** (0.121)		0.407** (0.121)
R² ajustado	0.12	0.21	0.38	0.21	0.38	0.12	0.20	0.37	0.20	0.37
N	27	27	27	27	27	27	27	27	27	27

Nota: *** para $p < 0,01$; ** para $p < 0,05$; * para $p < 0,1$. Os valores entre parênteses correspondem ao erro padrão de Newey-West.

Tabela 15 – Resultados do Modelo 3

Fonte: O Autor

9. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O objectivo principal deste trabalho era analisar o efeito da internacionalização, sob a forma de entrada de IDE e relações comerciais internacionais, no crescimento económico angolano. A literatura analisada permite concluir que a relação entre internacionalização e crescimento económico é muito complexa, sendo diversos os factores que, direta ou indiretamente, afectam o impacte dos processos de internacionalização das economias.

A economia angolana está a passar por uma fase de crescimento que o país nunca viveu: entre 2002 e 2012 a taxa de crescimento média foi de 12% ao ano, colocando o país na lista das economias que mais cresceram a nível mundial. Angola é uma economia aberta, fortemente afectada pelas alterações do preço do petróleo no mercado internacional. Nas exportações do país o petróleo é responsável por cerca de 95%, sendo este o sector que atrai mais IDE para o país. O governo angolano vem tentando reverter esta situação de dependência em relação ao sector petrolífero, desenvolvendo o sector não petrolífero que aos poucos tem aumentado o seu contributo no PIB.

O IDE, segundo a revisão da literatura, permite a entrada e difusão de tecnologia avançada no país receptor. Por sua vez, o capital humano tem um papel fundamental na relação entre o IDE e a difusão tecnológica, por ser o meio pelo qual a tecnologia é difundida, o que o torna um factor de atração de IDE. Por outro lado, as EMN afectam significativamente o CH do país receptor através da formação e disponibilização de conhecimento, informação e tecnologia. Contudo, é necessário que o país possua capacidade para absorver os benefícios ou externalidades positivas associadas ao IDE.

No que toca a relação entre exportação e crescimento económico observamos que existe a hipótese da exportação causar crescimento, a hipótese de ser o crescimento económico a provocar o aumento das exportações e a hipótese de o aumento das exportações afectar positivamente o crescimento económico e este impacte, por sua vez, causar um aumento nas exportações. De uma forma geral

podemos dizer que a exportação permite uma melhor alocação de recursos, aumentar a produtividade do trabalho, aumentar a produtividade total dos factores e como consequência o bem-estar do país. Os seus efeitos na economia, à semelhança do que acontece com o IDE, dependem da capacidade de absorção do país receptor.

Estas ideias guiaram o trabalho empírico desta dissertação. Os modelos construídos refletem as propostas realizadas em estudos empíricos, tendo sido organizados em torno de três famílias: os modelos que estudam o efeito do IDE nas exportações; os modelos que estudam o efeito do IDE no crescimento económicos; os modelos que estudam o efeito do IDE e da abertura comercial no crescimento económico.

Os resultados sugerem que o capital humano é um meio importante para a economia angolana retirar benefícios da entrada de IDE. O impacto negativo do IDE quando a variável que mede a interação entre o mesmo com o capital humano pode significar que com um nível de capital humano igual a zero, o IDE contribui de forma negativa para o crescimento económico. Logo, o contributo do IDE na economia angolana depende do capital humano que o país possui, o que vai ao encontro do que é referido na literatura.

A abertura comercial apresentou-se com impacto positivo e estatisticamente significativo no crescimento económico, desde que introduzido o desfasamento de um período. A importação não beneficia apenas os consumidores finais, permite aos produtores o acesso à bens de capital e intermédios que o país não tem capacidade de produzir. Este resultado pode ser justificado pelas características da economia angolana, por ser produtor de petróleo a abertura comercial permite ao país fornecer o mercado internacional. A fraca produção interna obriga o país a recorrer ao mercado internacional, tanto para o consumo corrente, como para desenvolver a produção através da importação de bens de capital e intermédios.

Com base nos resultados dos modelos e na análise empírica sobre a economia angolana concluímos que a internacionalização tem um papel importante na economia angolana, contribuindo positivamente para o crescimento da mesma

economia. O efeito do IDE parece ocorrer de forma indireta, via aumento das exportações e condicionado pela existência de capital humano.

Estamos então em condições de responder às questões de investigação que levantámos no início deste trabalho.

Em relação à primeira questão podemos dizer que o canal para que os efeitos do IDE se façam sentir na economia angolana é a capacidade de absorção, isto é, o impacto do IDE na economia angolana só é positivo se o país possuir CH suficiente para absorver os benefícios.

Como resposta à segunda questão de investigação, podemos dizer que a importação é um canal de transferência de tecnologia e conhecimento. Logo, desencorajar a importação não trará benefícios à economia angolana, não só pela transferência de conhecimento, mas pelo baixo nível de produção interna do país.

Quanto à terceira questão, podemos concluir que, para o caso da economia angolana, existe uma relação de complementaridade entre IDE e exportação. Uma vez que segundo a revisão da literatura, quando é a procura de recursos que motiva a realização de IDE o impacto sobre a exportação é positivo; a análise empírica da economia angolana sugere que o sector mais atrativo do país é o sector petrolífero; os resultados do modelo desenvolvido indicam que o IDE afectou positivamente as exportações do país entre 1984 e 2011.

A revisão da literatura indica ainda que o IDE e o comércio internacional estimulam o crescimento económico, o que vai de acordo com os resultados dos modelos desenvolvidos neste estudo. Assim, podemos dizer, em resposta à quarta e última questão, que o impacto da entrada de IDE e do comércio internacional na economia angolana é positivo.

As principais limitações com que nos deparamos ao longo da realização desta investigação foi o acesso à informação necessária para a caracterização da economia angolana e a dificuldade de acesso aos dados cruciais para a estimação dos modelos desenvolvidos. Para as entidades angolanas recomendamos assim, a criação de uma base de dados e de mecanismos de incentivo à investigação científica.

Para futuras investigações recomendamos uma análise especial sobre a relação entre o investimento doméstico e a taxa de crescimento do PIB, de forma a se perceber que razões podem justificar o impacto negativo indicado pelo nosso estudo. Outra recomendação neste sentido prende-se com a necessidade de verificar se o efeito da relação IDE, abertura comercial e crescimento económico é unidirecional ou bidirecional.

10. BIBLIOGRAFIA

Abou-Stait, F. (2005). *Are Exports the Engine of Economic Growth? An Application of Cointegration and Causality Analysis for Egypt, 1977-2003* . Tunis: African Development Bank.

AfDB; OECD; UNDP; ECA. (2013). *Perspectivas Económicas em África 2013 - Países Africanos da CPLP Comunidade dos Países de Língua Portuguesa* . AfricanEconomicOutlook.org.

AfDB; OECD; UNDP; UNECA . (2011). *African Economic Outlook*. African Development Bank, Organisation for Economic Co-operation and Development, United Nations Development Programme, United Nations Economic Commission for Africa .

AfDB; OECD; UNDP; UNECA. (2011). *African Economic Outlook 2011 Africa and its Emerging Partners: Africa and its Emerging Partners*. OECD Publishing.

AfDB; OECD; UNDP; UNECA. (22 de Junho de 2012). *African Economic Outlook*. Obtido em 20 de Janeiro de 2013, de African Economic Outlook Web site: <http://www.africaneconomicoutlook.org/fileadmin/uploads/aeo/PDF/Angola.pdf>

Agarwal, S., & Ramaswami, S. N. (1992). Choice of Market Entry Mode: Impact of Ownership, Location, and Internalization Factors. *Journal of International Business Studies* , 1-27.

Aghion, P., & Howitt, P. (2009). *The Economics Of Growth*. Cambridge, Massachusetts : The MIT Press .

Ahmed, E. M. (2012). Are the FDI inflow spillover effects on Malaysia's economic growth input driven? *Economic Modelling* , 1498-1504.

aicep. (2011). *Angola – Ficha de Mercado*. Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal. Lisboa: aicep Portugal Global.

aicep. (2012). *PAÍS EM SÍNTESE - ANGOLA* . Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal. Lisboa: aicep Portugal Global.

Aitken, B. J., & Harrison, A. E. (1999). Do Domestic Firms Benefit from Direct Foreign Investment? Evidence from Venezuela . *American Economic Review* , 605-618.

Alfaro, L., Kalemli-Ozcan, S., Chanda, A., & Sayek, S. (2006). *HOW DOES FOREIGN DIRECT INVESTMENT PROMOTE ECONOMIC GROWTH? EXPLORING THE EFFECTS OF FINANCIAL MARKETS ON LINKAGES* . Cambridge: NATIONAL BUREAU OF ECONOMIC RESEARCH .

ANIP - Agência Nacional de Investimento Privado. (2012). *How to Invest in Angola?* (2nd Edition ed.). ANIP/USA.

ANIP. (2012a). <http://www.anip.co.ao/index.php?pag=conteudos&id=340>. Obtido em 6 de Novembro de 2013, de <http://www.anip.co.ao:> http://www.anip.co.ao/ficheiros/pdfs/Perspectivas_2012-2017.pdf

Azevedo, F. (Julho de 2011). Crescimento Económico - Condição necessária mas não suficiente. *Revista Angola-Portugal Negócios* .

Babalola, S. J., Dogon-Daji, S. D., & Saka, J. O. (2012). Exports, Foreign Direct Investment and Economic Growth: An Empirical Application for Nigeria . *International Journal of Economics and Finance* , 95-105.

BAfD; OCDE; PNUD; CEA. (2012). *Perspectivas Económicas em África 2012 - Países Africanos da CPLP* .

Baliamoune-Lutz, M., & Ndikumana, L. (2007). *The Growth Effects of Openness to Trade and the Role of Institutions: New Evidence from African Countries* . Working Paper , UNIVERSITY OF MASSACHUSETTS AMHERST , DEPARTMENT OF ECONOMICS .

Barro, R. J., & Sala-i-Martin, X. (2004). *Economic Growth* (2nd Edition ed.). Cambridge , Massachusetts : The MIT Press .

Becker, S. O., Egger, P., & Ehrlich, M. v. (2011). *ABSORPTIVE CAPACITY AND THE GROWTH EFFECTS OF REGIONAL TRANSFERS: A REGRESSION DISCONTINUITY DESIGN WITH HETEROGENEOUS TREATMENT EFFECTS*. London: CEPR - Centre for Economic Policy Research .

Berbel-Pineda, J. M., & Ramírez-Hurtado, J. M. (2012). ISSUES ABOUT THE INTERNATIONALIZATION STRATEGY OF HOTEL INDUSTRY BY MEAN OF FRANCHISING . *International Journal of Business and Social Science* , 3, 284-290.

Beugelsdijk, S., Zwinkels, R., & Smeets, R. (2008). *The impact of horizontal and vertical FDI on host's country economic growth* . Elsevier Ltd. .

Billon, P. L. (1999). *A Land Cursed by Its Wealth - Angola's War Economy 1975-99*. Helsinki: UNU/WIDER.

BIS performance indicators. (May de 2013). <https://www.gov.uk/government/organisations/departement-for-business-innovation-skills>.

Obtido em 29 de July de 2013, de https://www.gov.uk:https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/198901/openness_to_trade_exports_plus_imports_as_a_share_of_GDP_ranked_against_major_competitors.pdf

Blomström, M., & Kokko, A. (2002). *FDI AND HUMAN CAPITAL: A RESEARCH AGENDA*. OECD, OECD Development Centre. OECD.

Blomstrom, M., Kokko, A., & Zejan, M. (1992). *Host Country Competition And Technology Transfer By Multinationals*. NBER.

BNA. (29 de Maio de 2013b). http://www.bna.ao/Conteudos/Temas/lista_temas.aspx?idc=135&idsc=144&idl=1. Obtido em 7 de Novembro de 2013, de [www.bna.ao: http://www.bna.ao/uploads/{2a523e79-247d-418a-8809-98cb6d7b7628}.pdf](http://www.bna.ao:www.bna.ao/uploads/{2a523e79-247d-418a-8809-98cb6d7b7628}.pdf)

BNA. (29 de Maio de 2013c). http://www.bna.ao/Conteudos/Temas/lista_temas.aspx?idc=135&idsc=144&idl=1. Obtido em 7 de Novembro de 2013, de [www.bna.ao: http://www.bna.ao/uploads/{b9eb8178-debf-4cf9-a024-5890d4c7e85a}.pdf](http://www.bna.ao:www.bna.ao/uploads/{b9eb8178-debf-4cf9-a024-5890d4c7e85a}.pdf)

BNA. (29 de Maio de 2013d). http://www.bna.ao/Conteudos/Temas/lista_temas.aspx?idc=135&idsc=144&idl=1. Obtido em 7 de Novembro de 2013, de [www.bna.ao: http://www.bna.ao/uploads/{30aa7f79-aa65-45eb-b1de-d66541aa0609}.pdf](http://www.bna.ao:www.bna.ao/uploads/{30aa7f79-aa65-45eb-b1de-d66541aa0609}.pdf)

BNA. (2011). *QUADRO OPERACIONAL PARA A POLÍTICA MONETÁRIA*. Banco Nacional de Angola. BNA.

BNA. (2012). *Relatório & Contas - 2011*. Banco Nacional de Angola. Luanda: BNA.

BNA. (2013). *Relatório de Estabilidade Financeira 2012*. Banco Nacional de Angola. Luanda: BNA.

BNA. (2013a). *Relatório e Contas 2012*. Banco Nacional de Angola. Luanda: BNA.

Borensztein, E., Gregorio, J. D., & Lee, J.-W. (1998). How does foreign direct investment affect economic growth. *Jornal International Economics* , 115-135.

Carvalho, C. R. (8 de Junho de 2011). *Exame Angola*. Obtido em 24 de Março de 2013, de Exame Angola online: <http://www.exameangola.com/pt/?id=2000&det=21477&mid=>

Carvalho, C. R., & Fidalgo, J. (8 de Junho de 2011). *O País*. Obtido em 24 de Março de 2013, de O País online: http://www.opais.net/pt/opais/?det=21462&id=2000&utm_medium=referral&utm_source=rss&utm_content=Angola

Carvalho, R. M. (2011). *Compreender Mais África - Fundamentos para Competir no Mundo* (2ª Edição ed.). Temas e Debates e Círculo de Leitores.

CFC; ICO; WB. (2000). *ICO/CFC Study of Marketing and Trading Policies and Systems in Selected Coffe Producing Coutries - Angola Country Profile*. CFC; ICO; WB.

Chacholiades, M. (1990). *International Economics*. Singapore: McGraw-Hill International Editions.

Checchi, D., Simone, G. D., & Faini, R. (2007). *Skilled Migration, FDI and Human Capital Investment*. Bonn: IZA .

Cleeve, E. (2009). The Eclectic Paradigm and Foreign Direct Investment in Sub- Saharan Africa. In S. P. Sigué (Ed.), *Repositioning African Business and Development for the 21st Century - 10th Annual International Conference* . Kampala : International Academy of African Business and Development (IAABD) .

Conconi, P., Sapir, A. ´., & Zanardi, M. (2013). *The Internationalization Process of Firms: from Exports to FDI* . Centre for Economic Policy Research.

Conselho de Ministros . (2011). Luanda: Ministério da Finanças.

Constant, N. B., & Yaoxing, Y. (2010). The Relationship between Foreign Direct Investment, Trade Openness and Growth in Cote d'Ivoire . *International Journal of Business and Management* .

Dabour, N. M. (2000). THE ROLE OF FOREIGN DIRECT INVESTMENT (FDI) IN DEVELOPMENT AND GROWTH IN OIC MEMBER COUNTRIES. *Journal of Economic Cooperation* , 27-55 .

- Dunning, J. H. (2001). The Eclectic (OLI) Paradigm of International Production: Past, Present and Future. *International Journal of the Economics of Business* , 173-190.
- Dunning, J. H. (2000). The eclectic paradigm as an envelope for economic and business theories of MNE activity. *International Business Review* , 163–190.
- Ernst & Young. (2012). *Building bridges Ernst & Young's attractiveness survey 2012 Africa*. Ernst & Young.
- Falvey, R., Foster, N., & Greenaway, D. (2001). *North-South Trade, Openness and Growth*. Vienna: Department of Economics - University of Vienna .
- FAO. (2011). *Foreign Agricultural Investment Country Profile - Angola*. Food and Agriculture Organization. Roma: Fao.
- Farkas, B. (2012). *Absorptive Capacities and the Impact of FDI on Economic Growth*. Berlin: DIW Berlin .
- Feenstra, R. C. (December de 2006). NEW EVIDENCE ON THE GAINS FROM TRADE . *Forthcoming, Review of World Economics/ Weltwirtschaftliches Archiv* .
- Fortin, M.-F. (2009). Os Objectivos da Investigação e as suas Questões ou Hipóteses. In M.-F. Fortin, *O Processo de Investigação: Da Concepção à Realidade* (pp. 99-110). Loures: LUSOCIÊNCIA.
- Fortin, M.-F., & Ducharme, F. (2009). Os Estudos de Tipo Correlacional. In M.-F. Fortin, *O Processo de Investivação: Da Concepção à Realização* (pp. 173-182). Loures: LUSOCIÊNCIA.
- Fortin, M.-F., Côté, J., & Vissandjée, B. (2009). A Investigação Científica. In M.-F. Fortin, *O Processo de investigação: Da concepção à realização* (N. Salgueiro, Trad., 5ª Edição ed., pp. 15-24). Loures: LUSOCIÊNCIA.
- Freire, A. (1997). *Estratégia - Sucesso em Portugal*. Braga, Portugal: Verbo.
- Freire-Serén, M. J. (2001). Human Capital Accumulation and Economic Growth . *Investigaciones Económicas* , XXV, 585-602.
- Fu, X. (2007). *Foreign Direct Investment, Absorptive Capacity and Regional Innovation Capabilities: Evidence from China*. OECD.

Görg, H., & Greenaway, D. (2003). *Much Ado About Nothing? Do Domestic Firms Really Benefit from Foreign Direct Investment?* Bonn : IZA.

Girma, S., Kneller, R., & Pisu, M. (2007). Do exporters have anything to learn from foreign multinationals? *European Economic Review* , 51 (4), 993-1010.

Graham, E. M., & Krugman, P. R. (1995). *Foreign Direct Investment in the United States* (3ª Edição ed.). Peterson Institute.

Gunes, S., & Karaalp, H. S. (2012). EXPORTS AND ECONOMIC GROWTH: A SECTORAL ANALYSIS FOR TURKEY . *INTERNATIONAL JOURNAL OF ECONOMICS AND FINANCE STUDIES* , 255-265.

Haldar, S. K., & Mallik, G. (2010). Does Human Capital Cause Economic Growth? A Case Study of India. *International Journal of Economic Sciences and Applied Research* , 3, 7-25 .

Henriques, I., & Sadorsky, P. (1996). Export-Led Growth or Growth-Driven Exports? The Canadian Case. *The Canadian Journal of Economics* , 29, 540-555.

Herrick, B., & Kindleberger, C. P. (1983). *Economic Developmet* (4th Edition ed.). McGraw - Hill International Editions.

Humpage, O. F. (2000). *Do Imports Hinder or Help Economic Growth?* Federal Reserve Bank of Cleveland , Research Department . Federal Reserve Bank of Cleveland .

IMF. (2012). *ANGOLA STAFF REPORT FOR THE 2012 ARTICLE IV CONSULTATION AND FIRST POST PROGRAM MONITORING* . International Monetary Fund . Washington : International Monetary Fund .

IMF. (23 de Novembro de 2009). *Ministério das Finanças*. Obtido em 6 de Novembro de 2013, de Ministério das Finanças: <http://www.minfin.gv.ao>

International Monetary Fund. (2012). *Angola - STAFF REPORT FOR THE 2012 ARTICLE IV CONSULTATION AND FIRST POST PROGRAM MONITORING* . International Monetary Fund - Publication Services .

Jones, J., & Wren, C. (2006). *Foreign Direct Investment And the Regional Economy* (Ilustrada, reimpressão ed.). (J. Jones, Ed.) Ashgate Publishing.

Jover, E., Pintos, A. L., & Marchand, A. (2012). *Angola - Perfil do Sector Privado do País* . AfDB and AfDF. AfDB.

- Kakar, Z. K., & Khilji, B. A. (2011). Impact of FDI and Trade Openness on Economic Growth: A Comparative Study of Pakistan and Malaysia . *Theoretical and Applied Economics* , 53-58.
- Keller, W. (2004). International Technology Diffusion . *Journal of Economic Literature* , 752–782 .
- Kenen, P. B. (1994). *The International Economy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Kinishita, Y., & Lu, C.-H. (2006). *On the Role of Absorptive Capacity: FDI Matters to Growth* . William Davidson Institute .
- KPMG Angola . (2011). *Análise do Sector Bancário Angolano* . Luanda: KPMG Angola .
- KPMG. (2012).
<http://www.kpmg.com/pt/pt/issuesandinsights/articlespublications/taxnews/paginas/120130b.aspx>. Obtido em 9 de Novembro de 2013, de www.kpmg.com:
<http://www.kpmg.com/PT/pt/IssuesAndInsights/ArticlesPublications/TaxNews/Documents/2012/120130b.pdf>
- Krugman, P. R., & Obstfeld, M. (2009). *International Economics - Theory & Policy* (8th Edition ed.). Pearson International Edition.
- Kutan, A. M., & Vukšić, G. (2007). Foreign Direct Investment and Export Performance: Empirical Evidence. *Comparative Economic Studies* , 49, 430–445.
- Lee, C.-H., & Huang, B.-N. (2002). THE RELATIONSHIP BETWEEN EXPORTS AND ECONOMIC GROWTH IN EAST ASIAN COUNTRIES: A MULTIVARIATE THRESHOLD AUTOREGRESSIVE APPROACH. *JOURNAL OF ECONOMIC DEVELOPMENT* , 27, 45-68.
- Lee, J.-W. (1994). *Capital Goods Imports and Long-Run Growth*. Massachusetts: NBER.
- Li, X., & Liu, X. (2005). Foreign Direct Investment and Economic Growth: An Increasingly Endogenous Relationship. *World Development* , 33, 393-407.
- Lindert, P. H., & Pugel, T. A. (1996). *International Economics*. IRWIN.
- Liu, Z. (2008). Foreign direct investment and technology spillovers: Theory and evidence. *Journal of Development Economics* , 85, 176–193.
- Markusen, J., & Maskus, K. (2001). General-equilibrium approaches to the multinational firm: a review of theory and evidence. *NBER* .

Medina-Smith, E. J. (2001). *IS THE EXPORT-LED GROWTH HYPOTHESIS VALID FOR DEVELOPING COUNTRIES? A CASE STUDY OF COSTA RICA* . UNCTAD , Division on International Trade in Goods and Services, and Commodities . Geneva : UNITED NATIONS PUBLICATION .

Mincer, J. (1981). *HUMAN CAPITAL AND ECONOMIC GROWTH* . NATIONAL BUREAU OF ECONOMIC RESEARCH . Cambridge: NBER.

Ministério da Economia. (2012). *Programa de Desenvolvimento das MPME's - Síntese do programa* . Luanda: Ministério da Economia.

Ministério das Finanças. (2008). *BOLETIM ANUAL DE ESTATÍSTICAS DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO 2007*. Ministério das Finanças, Gabinete de Estudos e Relações Económicas Internacionais. Luanda: Gabinete de Estudos e Relações Económicas Internacionais.

Ministério das Finanças. (2006). *BOLETIM DE ESTATÍSTICAS DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO SÉRIES ANUAIS 1991-2005*. Ministério das Finanças, GABINETE DE ESTUDOS E RELAÇÕES ECONÓMICAS INTERNACIONAIS. Luanda: Gabinete de Estudos e Relações Económicas Internacionais do Ministério das Finanças.

Ministério do Planeamento. (29 de Julho de 2009). <http://www.mpd.gov.ao/TodasPublicacoes.aspx>. Obtido em 6 de Novembro de 2013, de <http://www.mpd.gov.ao>: <http://www.mpd.gov.ao/VerPublicacao.aspx?id=514>

Miranda Correia Amendoeira & Associados; Fátima Ferreira Advogados. (2011). *LEI DO INVESTIMENTO PRIVADO - Angola*. Luanda: BFA.

Misra, S., & Yadav, P. K. (2009). *International Business: Text And Cases*. PHI Learning Pvt. Ltd.

Miyamoto, K. (2003). *HUMAN CAPITAL FORMATION AND FOREIGN DIRECT INVESTMENT IN DEVELOPING COUNTRIES*. OECD, OECD DEVELOPMENT CENTRE. OECD .

Moosa, I. A. (2002). *Foreign Direct Investment: Theory, Evidence and Practice* (Ilustrada ed.). Palgrave Macmillan.

Moosa, I. A. (2002). *Foreign Direct Investment: Theory, Evidence and Practice*. Palgrave Macmillan.

- Nguyen, H., Duysters, G., Patterson, J., & Sander, H. (2009). Foreign Direct Investment Absorptive Capacity Theory. *GLOBELICS 2009, 7th International Conference* (p. 2009). Dakar: Georgia Institute of Technology.
- Nocke, V., & Yeaple, S. (2008). An Assignment Theory of Foreign Direct Investment. *The Review of Economic Studies* , 529–557 .
- OCDE. (2008). *Benchmark Definition of Foreign Direct Investment* (4^o Edição ed.). OCDE.
- OECD. (2002). *Foreign Direct Investment for Development - Maximising Benefits, Minimising Costs*. ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. Paris: OECD Publications Service .
- OECD. (2008). *OECD Benchmark Definition of Foreign Direct Investment - FOURTH EDITION*. OECD.
- OECD; ILO; WORLD BANK; WTO . (2010). SEIZING THE BENEFITS OF TRADE FOR EMPLOYMENT AND GROWTH . *G-20 Summit meeting* . Seoul .
- Paliu-Popa, L. (2008). *Economy Globalization and Internationalization of Business*. MPRA .
- Petrakos, G., & Arvanitidis, P. (2008). Determinants of Economic Growth . *Economic Alternatives* , 11-30.
- Petrakos, G., Arvanitidis, P., & Pavleas, S. (2007). *Determinants of Economic Growth: The Experts' View* . DYNREG .
- Pett, T. L., Francis, J., & Wolff. (2004). EXAMINING SME INTERNATIONALIZATION MOTIVES AS AN EXTENSION OF COMPETITIVE STRATEGY . *Journal of Business and Entrepreneurship* , 46-65 .
- Pires, M. R. (20 de Outubro de 2010). <http://www.minec.gov.ao/TodasPublicacoes.aspx>. Obtido em 5 de Agosto de 2013, de <http://www.minec.gov.ao:> <http://www.minec.gov.ao/VerPublicacao.aspx?id=777>
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais - Trajectos*. (J. M. Marques, M. A. Mendes, & M. Carvalho, Trads.) Lisboa: Gradiva.
- Ramos, F. F. (2001). Exports, imports, and economic growth in Portugal: evidence from causality and cointegration analysis . *Economic Modelling* , 613-623 .

Razin, A., Sadka, E., & Yuen, C.-W. (2001). Social Benefits and Losses from FDI: Two Nontraditional Views. In T. Ito, & A. O. Krueger, *Regional and Global Capital Flows: Macroeconomics Causes and Consequences*, NBER-EASE (Vol. 10, pp. 311 - 336). University of Chicago Press.

República de Angola . (2010). *RELATÓRIO DE FUNDAMENTAÇÃO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO (OGE-2011)* . Luanda: Ministério das Finanças.

República de Angola. (2012). *RELATÓRIO DE FUNDAMENTAÇÃO DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O ANO DE 2013* . Luanda: Assembleia Nacional de Angola.

Schneider, P. H. (2005). International trade, economic growth and intellectual property rights: A panel data study of developed and developing countries . *Journal of Development Economics* , 529–547 .

Serra, F. R., Ferreira, M. P., Torres, M. C., & Torres, A. P. (2010). *Gestão Estratégica: Conceitos e Prática* (2ª Edição ed.). Lidel.

Shenkar, O., & Luo, Y. (2007). *International Business* (2ª Edição, ilustrada ed.). SAGE Publications.

Sousa, C. M. (2005). *A Criação e Difusão de Conhecimento no Sistema de Inovação Português: Actores, Interacção e Instituições*. Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão. Lisboa: ISEG.

Sousa, M. J., & Baptista, C. S. (2011). *Como Fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios - Segundo Bolonha*. Lisboa: PASTOR.

Sun, H. (2001). Foreign Direct Investment and Regional Export Performance in China. *Jornal of Regional Science* , 41, 317-336.

Sun, P., & Heshmati, A. (2010). *International Trade and its Effects on Economic Growth in China*. Bonn: IZA.

Uğur, A. (2008). Import and Economic Growth in Turkey: Evidence from Multivariate VAR Analysis. *EAST-WEST Journal of ECONOMICS AND BUSINESS* , 54-75.

UNCTAD . (2009). *Training Manual on Statistics for FDI and the Operations of TNCs - FDI Flows and Stocks* (Vol. I). UNITED NATIONS PUBLICATION .

UNCTAD . (2008). *World Investment Directory - Volume X Africa 2008* . UNITED NATIONS . UNITED NATIONS PUBLICATION .

UNCTAD. (1999). *Foreign Direct Investment and the Challenge of Development* . United Nations Conference on Trade and Development . New York and Geneva : UNITED NATIONS PUBLICATION .

UNCTAD. (9 de Março de 2004). *United Nations Conference on Trade and Development* . Obtido em 24 de Março de 2013, de UNCTAD Web site: http://unctad.org/sections/dite_fdistat/docs/wid_ib_ao_en.pdf

UNIDO. (2007). *Africa Foreign Investor Survey 2005*. UNITED NATIONS INDUSTRIAL DEVELOPMENT ORGANIZATION. Vienna: UNIDO Publication.

Valério, N., & Fontoura, A. P. (1994). A evolução económica de Angola durante o segundo período colonial — uma tentativa de síntese. *Análise Social* , 1193-1208.

Vista Reports . (2011). *Worldfolio*. (J. Malo, & a. Izquierdo, Edits.) Obtido em 30 de June de 2013, de <http://www.worldfolio.co.uk/archivos/1317049728.pdf>

Vukšić, G. (2005). Impact of Foreign Direct Investment on Croatian Manufacturing Exports . *Financial Theory and Practice* , 29 (2), 131-158 .

World Bank. (2007). *Angola: Oil, Broad-based Growth, and Equity*. World Bank Publications.

WTO. (2006). *Trade Policy Review of Angola*. WORLD TRADE ORGANIZATION . WTO.

Yanikkaya, H. (2003). Trade openness and economic growth: a cross-country empirical investigation . *Journal of Development Economics* , 57–89 .

Zhang, W.-B. (2008). *International Trade Theory - Capital, Knowledge, Economic Structure, Money and Prices over Time*. Berlin: Springer.

Zhuang, H. (2011). Foreign Direct Investment and Human Capital Accumulation in China. *Journal of Chinese Economics and Finance* , 28-37.

APÊNDICES

APÊNDICE A – MATRIZ DE CORRELAÇÕES

	TCPIB	TCPIBpc	lnFBCF	lnIDEs	lnXbs	lnXpp	lnXbsspp	lnTCR	TCPop	lnEsec	lnIDEx~c	TA
TCPIB	1.0000											
TCPIBpc	0.9998	1.0000										
lnFBCF	0.1320	0.1319	1.0000									
lnIDEs	0.3295	0.3234	0.5220	1.0000								
lnXbs	0.4456	0.4422	0.8267	0.8050	1.0000							
lnXpp	0.4379	0.4344	0.8339	0.8011	0.9995	1.0000						
lnXbsspp	0.3394	0.3369	0.3333	0.6167	0.6051	0.5866	1.0000					
lnTCR	0.0117	0.0163	0.1400	-0.4615	-0.0539	-0.0537	-0.1792	1.0000				
TCPop	0.3809	0.3744	0.0223	0.4418	0.2598	0.2599	0.3116	-0.2604	1.0000			
lnEsec	0.4008	0.3986	0.7920	0.6944	0.9225	0.9185	0.6148	0.1427	0.2178	1.0000		
lnIDExEsec	0.3851	0.3801	0.6741	0.9560	0.9178	0.9135	0.6656	-0.2523	0.3861	0.8750	1.0000	
TA	0.1268	0.1231	0.1137	0.7172	0.4163	0.4063	0.4608	-0.8159	0.2631	0.2412	0.5809	1.0000

Tabela 16 – Matriz de Correlações

Fonte: O Autor

APÊNDICE B - RESULTADOS DO MODELO 1 - IMPACTE DO IDE SOBRE AS EXPORTAÇÕES ANGOLANAS

$$\ln X_{bs_t} = b_0 + b_1 \ln FBCF_t + b_2 \ln IDE_t + b_3 \ln TCR_t$$

Source	SS	df	MS	Number of obs = 28	
Model	32.4569134	3	10.8189711	F(3, 24) =	68.09
Residual	3.81361913	24	.158900797	Prob > F =	0.0000
				R-squared =	0.8949
				Adj R-squared =	0.8817
Total	36.2705325	27	1.34335306	Root MSE =	.39862

lnXbs	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
lnFBCF	.6312812	.1241972	5.08	0.000	.3749508	.8876116
lnIDEs	.6945194	.1117178	6.22	0.000	.4639452	.9250936
lnTCR	.438368	.2078863	2.11	0.046	.0093118	.8674241
_cons	-8.237642	2.393605	-3.44	0.002	-13.1778	-3.297483

Tabela 17 – Resultados do Modelo 1 (Impacte do IDE sobre as exportações) pelo método dos mínimos quadrados

Fonte: O Autor

Variable	VIF	1/VIF
lnIDEs	2.58	0.387242
lnFBCF	1.88	0.531039
lnTCR	1.86	0.537086
Mean VIF	2.11	

Tabela 18 – Análise de multicolinearidade do Modelo 1 pelo VIF

Fonte: O Autor

Regression with Newey-West standard errors
maximum lag: 1

Number of obs = 28
F(3, 24) = 83.86
Prob > F = 0.0000

lnXbs	Newey-West		t	P> t	[95% Conf. Interval]	
	Coef.	Std. Err.				
lnFBCF	.6312812	.1177869	5.36	0.000	.388181	.8743813
lnIDEs	.6945194	.0965907	7.19	0.000	.4951661	.8938728
lnTCR	.438368	.1528719	2.87	0.008	.1228559	.75388
_cons	-8.237642	2.039831	-4.04	0.000	-12.44765	-4.027637

Tabela 19 – Resultados do Modelo 1 (Impacte do IDE sobre as exportações) pelo Newey-West estimator

Fonte: O Autor

$$\ln X_{bs_t} = b_0 + b_1 \ln FBCF_t + b_2 \ln IDE_t + b_3 \ln TCR_t + b_4 \text{ Paz}$$

Source	SS	df	MS	Number of obs = 28		
Model	33.4260759	4	8.35651897	F(4, 23) = 67.57		
Residual	2.84445667	23	.123672029	Prob > F = 0.0000		
Total	36.2705325	27	1.34335306	R-squared = 0.9216		
				Adj R-squared = 0.9079		
				Root MSE = .35167		

lnXbs	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
lnFBCF	.5793813	.1111257	5.21	0.000	.3495003	.8092622
lnIDEs	.3529334	.1568539	2.25	0.034	.0284564	.6774105
lnTCR	.0765649	.2243644	0.34	0.736	-.3875682	.540698
paz	.8197177	.2928207	2.80	0.010	.2139719	1.425463
_cons	1.770452	4.15217	0.43	0.674	-6.818965	10.35987

Tabela 20 – Resultados do Modelo 1 (com a dummy paz) pelo método dos mínimos quadrados

Fonte: O Autor

Variable	VIF	1/VIF
lnIDEs	6.54	0.152891
paz	4.46	0.224364
lnTCR	2.79	0.358867
lnFBCF	1.94	0.516258
Mean VIF	3.93	

Tabela 21 – Análise de multicolinearidade do Modelo 1 (com a dummy paz) pelo VIF

Fonte: O Autor

Regression with Newey-West standard errors
maximum lag: 1

Number of obs = 28
F(4, 23) = 111.60
Prob > F = 0.0000

lnXbs	Newey-West		t	P> t	[95% Conf. Interval]	
	Coef.	Std. Err.				
lnFBCF	.5793813	.1364152	4.25	0.000	.297185	.8615776
lnIDEs	.3529334	.186272	1.89	0.071	-.0323996	.7382665
lnTCR	.0765649	.1847512	0.41	0.682	-.3056221	.458752
paz	.8197177	.4314433	1.90	0.070	-.0727908	1.712226
_cons	1.770452	5.018424	0.35	0.727	-8.610948	12.15185

Tabela 22 – Resultados do Modelo 1 (exportações com a dummy paz) pelo Newey-West estimator

Fonte: O Autor

$$\ln Xbs_t = b_0 + b_1 \ln FBCF_{t-1} + b_2 \ln IDE_{t-1} + b_3 \ln TCR_{t-1}$$

Source	SS	df	MS	Number of obs = 27		
Model	30.420092	3	10.1400307	F(3, 23) = 57.17		
Residual	4.07913882	23	.177353862	Prob > F = 0.0000		
Total	34.4992308	26	1.32689349	R-squared = 0.8818		
				Adj R-squared = 0.8663		
				Root MSE = .42113		

lnXbs	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
lnFBCF L1.	.4288796	.1446866	2.96	0.007	.1295725	.7281867
lnIDES L1.	.8473142	.1197709	7.07	0.000	.5995492	1.095079
lnTCR L1.	.5125188	.2198615	2.33	0.029	.0577006	.967337
_cons	-7.46799	2.654248	-2.81	0.010	-12.95872	-1.97726

Tabela 23 – Resultados do Modelo 1 (com desfasamento de um período) pelo método dos mínimos quadrados

Fonte: O Autor

Variable	VIF	1/VIF
lnIDES L1.	2.64	0.378782
lnFBCF L1.	1.87	0.535377
lnTCR L1.	1.84	0.543947
Mean VIF	2.12	

Tabela 24 – Análise de multicolinearidade do Modelo 1 (com desfasamento de um período) pelo VIF

Fonte: O Autor

Regression with Newey-West standard errors
maximum lag: 1

Number of obs = 27
F(3, 23) = 65.93
Prob > F = 0.0000

lnXbs	Newey-West		t	P> t	[95% Conf. Interval]	
	Coef.	Std. Err.				
lnFBCF L1.	.4288796	.141574	3.03	0.006	.1360114	.7217478
lnIDES L1.	.8473142	.1296544	6.54	0.000	.5791036	1.115525
lnTCR L1.	.5125188	.1918477	2.67	0.014	.1156516	.909386
_cons	-7.46799	2.464766	-3.03	0.006	-12.56675	-2.369234

Tabela 25 – Resultados do Modelo 1 (com desfasamento de um período) pelo Newey-West estimator

Fonte: O Autor

$$\ln Xbs_t = b_0 + b_1 \ln FBCF_{t-1} + b_2 \ln IDE_{t-1} + b_3 \ln TCR_{t-1} + b_4 Paz$$

Source	SS	df	MS	Number of obs = 27	
Model	31.3810145	4	7.84525363	F(4, 22) =	55.35
Residual	3.11821632	22	.141737105	Prob > F =	0.0000
Total	34.4992308	26	1.32689349	R-squared =	0.9096
				Adj R-squared =	0.8932
				Root MSE =	.37648

lnXbs	Newey-West		t	P> t	[95% Conf. Interval]	
	Coef.	Std. Err.				
lnFBCF L1.	.4911001	.1315339	3.73	0.001	.2183154	.7638848
lnIDES L1.	.3876943	.2064556	1.88	0.074	-.0404684	.815857
lnTCR L1.	.0739008	.2588601	0.29	0.778	-.4629422	.6107439
paz	.911894	.3502208	2.60	0.016	.1855805	1.638207
_cons	2.970191	4.658465	0.64	0.530	-6.690874	12.63126

Tabela 26 – Resultados do Modelo 1 (com desfasamento de um período e a dummy paz) pelo método dos mínimos quadrados

Fonte: O Autor

$$\ln X_{bsspp_t} = b_0 + b_1 \ln FBCF_t + b_2 \ln IDE_t + b_3 \ln TCR_t$$

Source	SS	df	MS	Number of obs = 28		
Model	7.33073656	3	2.44357885	F(3, 24) = 5.72		
Residual	10.2537307	24	.427238781	Prob > F = 0.0042		
Total	17.5844673	27	.651276567	R-squared = 0.4169		
				Adj R-squared = 0.3440		
				Root MSE = .65364		

lnXbsspp	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
lnFBCF	-.066862	.2036499	-0.33	0.746	-.4871747	.3534506
lnIDES	.5588399	.183187	3.05	0.006	.1807604	.9369193
lnTCR	.2899612	.3408773	0.85	0.403	-.413575	.9934973
_cons	7.982405	3.924866	2.03	0.053	-.1181205	16.08293

Tabela 29 – Resultados do Modelo 1 (Impacte do IDE sobre as exportações, excluindo a exportação dos produtor petrolíferos) pelo método dos mínimos quadrados

Fonte: O Autor

Variable	VIF	1/VIF
lnIDES	2.58	0.387242
lnFBCF	1.88	0.531039
lnTCR	1.86	0.537086
Mean VIF	2.11	

Tabela 30 – Análise de multicolinearidade do Modelo 1 – SSPP pelo VIF

Fonte: O Autor

Regression with Newey-West standard errors				Number of obs = 28		
maximum lag: 1				F(3, 24) = 10.87		
				Prob > F = 0.0001		

lnXbsspp	Newey-West					
	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
lnFBCF	-.066862	.3001566	-0.22	0.826	-.6863548	.5526307
lnIDES	.5588399	.1187946	4.70	0.000	.3136598	.8040199
lnTCR	.2899612	.2116631	1.37	0.183	-.1468899	.7268123
_cons	7.982405	6.349949	1.26	0.221	-5.123246	21.08806

Tabela 31 – Resultados do Modelo 1 – SSPP pelo procedimento *Newey-West estimator*

Fonte: O Autor

$$\ln X_{bsspp_t} = b_0 + b_1 \ln FBCF_t + b_2 \ln IDE_t + b_3 \ln TCR_t + b_4 Paz$$

Source	SS	df	MS	Number of obs = 28		
Model	7.52865266	4	1.88216316	F(4, 23) = 4.30		
Residual	10.0558146	23	.437209332	Prob > F = 0.0096		
Total	17.5844673	27	.651276567	R-squared = 0.4281		
				Adj R-squared = 0.3287		
				Root MSE = .66122		

lnXbsspp	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
lnFBCF	-.0903156	.2089408	-0.43	0.670	-.5225427	.3419115
lnIDES	.4044772	.2949201	1.37	0.183	-.2056115	1.014566
lnTCR	.1264624	.4218547	0.30	0.767	-.7462106	.9991354
paz	.3704304	.5505677	0.67	0.508	-.7685057	1.509366
_cons	12.50506	7.806998	1.60	0.123	-3.644943	28.65507

Tabela 32 – Resultados do Modelo 1 (com a dummy paz) pelo método dos mínimos quadrados

Fonte: O Autor

Variable	VIF	1/VIF
lnIDES	6.54	0.152891
paz	4.46	0.224364
lnTCR	2.79	0.358867
lnFBCF	1.94	0.516258
Mean VIF	3.93	

Tabela 33 – Análise de multicolinearidade do Modelo 1 (com a dummy paz) pelo VIF

Fonte: O Autor

Regression with Newey-West standard errors				Number of obs = 28		
maximum lag: 1				F(4, 23) = 7.97		
				Prob > F = 0.0003		

lnXbsspp	Coef.	Newey-West Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
lnFBCF	-.0903156	.2939558	-0.31	0.761	-.6984095	.5177783
lnIDES	.4044772	.2434586	1.66	0.110	-.0991552	.9081096
lnTCR	.1264624	.3139098	0.40	0.691	-.5229094	.7758342
paz	.3704304	.4763514	0.78	0.445	-.6149777	1.355838
_cons	12.50506	7.297537	1.71	0.100	-2.591044	27.60117

Tabela 34 – Resultados do Modelo 1 (com a dummy paz) pelo procedimento Newey-West estimator

Fonte: O Autor

$$\ln X_{bsspp_t} = b_0 + b_1 \ln FBCF_{t-1} + b_2 \ln IDE_{t-1} + b_3 \ln TCR_{t-1}$$

Source	SS	df	MS	Number of obs = 27		
Model	7.4164937	3	2.47216457	F(3, 23) = 5.98		
Residual	9.50735121	23	.413363096	Prob > F = 0.0036		
				R-squared = 0.4382		
				Adj R-squared = 0.3650		
Total	16.9238449	26	.650917112	Root MSE = .64293		

lnXbsspp	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
lnFBCF L1.	-.0941691	.2208889	-0.43	0.674	-.5511126	.3627743
lnIDES L1.	.5481791	.1828508	3.00	0.006	.1699233	.9264348
lnTCR L1.	.1582477	.3356562	0.47	0.642	-.5361101	.8526056
_cons	9.438647	4.052164	2.33	0.029	1.056107	17.82119

Tabela 35 – Resultados do Modelo 1 (com desfasamento de um período) pelo método dos mínimos quadrados

Fonte: O Autor

Variable	VIF	1/VIF
lnIDES L1.	2.64	0.378782
lnFBCF L1.	1.87	0.535377
lnTCR L1.	1.84	0.543947
Mean VIF	2.12	

Tabela 36 – Análise de multicolinearidade do Modelo 1 (com desfasamento de um período) pelo VIF

Fonte: O Autor

Regression with Newey-West standard errors
maximum lag: 1

Number of obs = 27
F(3, 23) = 6.97
Prob > F = 0.0017

lnXbsspp	Newey-West		t	P> t	[95% Conf. Interval]	
	Coef.	Std. Err.				
lnFBCF L1.	-.0941691	.2462001	-0.38	0.706	-.6034729	.4151346
lnIDEs L1.	.5481791	.1587058	3.45	0.002	.2198712	.8764869
lnTCR L1.	.1582477	.2312651	0.68	0.501	-.3201605	.636656
_cons	9.438647	6.73234	1.40	0.174	-4.48826	23.36555

Tabela 37 – Resultados do Modelo 1 (com desfasamento de um período) pelo procedimento Newey-West estimator

Fonte: O Autor

$$\ln X_{bsspp_t} = b_0 + b_1 \ln FBCF_{t-1} + b_2 \ln IDE_{t-1} + b_3 \ln TCR_{t-1} + b_4 + Paz$$

Source	SS	df	MS	Number of obs = 27
Model	7.42439257	4	1.85609814	F(4, 22) = 4.30
Residual	9.49945234	22	.431793288	Prob > F = 0.0102
Total	16.9238449	26	.650917112	R-squared = 0.4387
				Adj R-squared = 0.3366
				Root MSE = .65711

lnXbsspp	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
lnFBCF L1.	-.0885279	.22958	-0.39	0.703	-.5646476	.3875918
lnIDEs L1.	.5065078	.3603486	1.41	0.174	-.2408095	1.253825
lnTCR L1.	.1184806	.4518157	0.26	0.796	-.8185279	1.055489
paz	.0826766	.6112771	0.14	0.894	-1.185034	1.350388
_cons	10.38502	8.130908	1.28	0.215	-6.477449	27.24749

Tabela 38 – Resultados do Modelo 1 (com desfasamento de um período e a dummy paz) pelo método dos mínimos quadrados

Fonte: O Autor

Variable	VIF	1/VIF
lnIDEs		
L1.	9.82	0.101878
paz	5.45	0.183533
lnTCR		
L1.	3.19	0.313594
lnFBCF		
L1.	1.93	0.517706
Mean VIF	5.10	

Fonte: O Autor

lnXbsspp	Newey-West					
	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
lnFBCF L1.	-.0885279	.250081	-0.35	0.727	-.6071643	.4301084
lnIDEs L1.	.5065078	.2498427	2.03	0.055	-.0116342	1.02465
lnTCR L1.	.1184806	.2461202	0.48	0.635	-.3919415	.6289026
paz	.0826766	.5035621	0.16	0.871	-.9616473	1.127
_cons	10.38502	8.243143	1.26	0.221	-6.710212	27.48025

Fonte: O Autor

$$\ln X_{pp_t} = b_0 + b_1 \ln FBCF_t + b_2 \ln IDE_t + b_3 \ln TCR_t$$

Source	SS	df	MS	Number of obs = 28	
Model	34.9299655	3	11.6433218	F(3, 24) =	69.26
Residual	4.03437892	24	.168099122	Prob > F =	0.0000
				R-squared =	0.8965
				Adj R-squared =	0.8835
Total	38.9643444	27	1.44312387	Root MSE =	.41

lnXpp	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
lnFBCF	.6802405	.1277414	5.33	0.000	.4165953	.9438857
lnIDEs	.6985803	.1149058	6.08	0.000	.4614263	.9357343
lnTCR	.4284376	.2138186	2.00	0.057	-.0128623	.8697375
_cons	-9.447978	2.46191	-3.84	0.001	-14.52911	-4.366845

Tabela 41 – Resultados do Modelo 1 – PP pelo método dos mínimos quadrados

Fonte: O Autor

Variable	VIF	1/VIF
lnIDEs	2.58	0.387242
lnFBCF	1.88	0.531039
lnTCR	1.86	0.537086
Mean VIF	2.11	

Tabela 42 – Análise de multicolinearidade do Modelo 1 - PP pelo VIF

Fonte: O Autor

Regression with Newey-West standard errors
maximum lag: 1

Number of obs = 28
F(3, 24) = 82.48
Prob > F = 0.0000

lnXpp	Newey-West		t	P> t	[95% Conf. Interval]	
	Coef.	Std. Err.				
lnFBCF	.6802405	.1150815	5.91	0.000	.4427239	.917757
lnIDEs	.6985803	.098911	7.06	0.000	.494438	.9027226
lnTCR	.4284376	.1621199	2.64	0.014	.0938386	.7630366
_cons	-9.447978	2.134754	-4.43	0.000	-13.85389	-5.042063

Tabela 43 – Resultados do Modelo 1 – PP pelo procedimento *Newey-West estimator*

Fonte: O Autor

$$\ln X_{pp_t} = b_0 + b_1 \ln FBCF_t + b_2 \ln IDE_t + b_3 \ln TCR_t + b_4 Paz$$

Source	SS	df	MS	Number of obs =	28
Model	36.0296715	4	9.00741789	F(4, 23) =	70.59
Residual	2.9346729	23	.127594474	Prob > F =	0.0000
Total	38.9643444	27	1.44312387	R-squared =	0.9247
				Adj R-squared =	0.9116
				Root MSE =	.3572

lnXpp	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
lnFBCF	.6249556	.1128742	5.54	0.000	.3914576	.8584536
lnIDES	.3347155	.1593219	2.10	0.047	.0051329	.664298
lnTCR	.0430371	.2278947	0.19	0.852	-.4283989	.5144732
paz	.8731811	.2974281	2.94	0.007	.2579043	1.488458
_cons	1.212861	4.217502	0.29	0.776	-7.511706	9.937428

Tabela 44 – Resultados do Modelo 1 (com a dummy) pelo método dos mínimos quadrados

Fonte: O Autor

Variable	VIF	1/VIF
lnIDES	6.54	0.152891
paz	4.46	0.224364
lnTCR	2.79	0.358867
lnFBCF	1.94	0.516258
Mean VIF	3.93	

Tabela 45 – Análise de multicolinearidade do Modelo 1 (com a dummy) pelo VIF

Fonte: O Autor

Regression with Newey-West standard errors
maximum lag: 1

Number of obs = 28
F(4, 23) = 109.82
Prob > F = 0.0000

lnXpp	Newey-West		t	P> t	[95% Conf. Interval]	
	Coef.	Std. Err.				
lnFBCF	.6249556	.1351766	4.62	0.000	.3453214	.9045897
lnIDES	.3347155	.1877536	1.78	0.088	-.0536824	.7231133
lnTCR	.0430371	.1833521	0.23	0.817	-.3362556	.4223299
paz	.8731811	.4342073	2.01	0.056	-.0250451	1.771407
_cons	1.212861	5.084849	0.24	0.814	-9.30595	11.73167

Tabela 46 – Resultados do Modelo 1 (com a dummy paz) pelo procedimento Newey-West estimator

Fonte: O Autor

$$\ln X_{pp_t} = b_0 + b_1 \ln FBCF_{t-1} + b_2 \ln IDE_{t-1} + b_3 \ln TCR_{t-1}$$

Source	SS	df	MS	Number of obs = 27		
Model	32.7581613	3	10.9193871	F(3, 23) = 57.79		
Residual	4.34590437	23	.188952364	Prob > F = 0.0000		
				R-squared = 0.8829		
				Adj R-squared = 0.8676		
Total	37.1040657	26	1.42707945	Root MSE = .43469		

lnXpp	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
lnFBCF L1.	.4630404	.1493428	3.10	0.005	.1541013	.7719794
lnIDES L1.	.8675473	.1236253	7.02	0.000	.6118089	1.123286
lnTCR L1.	.5253402	.2269369	2.31	0.030	.0558856	.9947949
_cons	-8.81397	2.739664	-3.22	0.004	-14.4814	-3.146543

Tabela 47 – Resultados do Modelo 1 (com desfasamento de um período) pelo método dos mínimos quadrados

Fonte: O Autor

Variable	VIF	1/VIF
lnIDES L1.	2.64	0.378782
lnFBCF L1.	1.87	0.535377
lnTCR L1.	1.84	0.543947
Mean VIF	2.12	

Tabela 48 – Análise de multicolinearidade do Modelo 1 (com desfasamento de um período) pelo VIF

Fonte: O Autor

Regression with Newey-West standard errors
maximum lag: 1

Number of obs = 27
F(3, 23) = 64.39
Prob > F = 0.0000

lnXpp	Newey-West		t	P> t	[95% Conf. Interval]	
	Coef.	Std. Err.				
lnFBCF L1.	.4630404	.1422732	3.25	0.003	.1687259	.7573548
lnIDES L1.	.8675473	.1316424	6.59	0.000	.5952241	1.13987
lnTCR L1.	.5253402	.2041536	2.57	0.017	.1030163	.9476642
_cons	-8.81397	2.61341	-3.37	0.003	-14.22022	-3.407719

Tabela 49 – Resultados do Modelo 1 (com desfasamento de um período) pelo procedimento Newey-West estimator

Fonte: O Autor

$$\ln Xbs_t = b_0 + b_1 \ln FBCF_{t-1} + b_2 \ln IDE_{t-1} + b_3 \ln TCR_{t-1} + b_4 Paz$$

Source	SS	df	MS	Number of obs = 27	
Model	33.8242302	4	8.45605756	F(4, 22) =	56.72
Residual	3.27983544	22	.149083429	Prob > F =	0.0000
Total	37.1040657	26	1.42707945	R-squared =	0.9116
				Adj R-squared =	0.8955
				Root MSE =	.38611

lnXpp	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
lnFBCF L1.	.5285767	.1348996	3.92	0.001	.248812	.8083414
lnIDES L1.	.3834337	.2117384	1.81	0.084	-.0556849	.8225522
lnTCR L1.	.0633478	.2654838	0.24	0.814	-.487232	.6139276
paz	.9604899	.3591822	2.67	0.014	.2155915	1.705388
_cons	2.180475	4.777666	0.46	0.653	-7.727798	12.08875

Tabela 50 – Resultados do Modelo 1 (com desfasamento de um período e a dummy paz) pelo método dos mínimos quadrados

Fonte: O Autor

Variable	VIF	1/VIF
lnIDEs		
L1.	9.82	0.101878
paz	5.45	0.183533
lnTCR		
L1.	3.19	0.313594
lnFBCF		
L1.	1.93	0.517706
Mean VIF	5.10	

Tabela 51 – Análise de multicolinearidade do Modelo 1 (com desfasamento de um período e a dummy paz) pelo VIF

Fonte: O Autor

Regression with Newey-West standard errors	Number of obs	=	27
maximum lag: 1	F(4, 22)	=	66.47
	Prob > F	=	0.0000

lnXpp	Newey-West		t	P> t	[95% Conf. Interval]	
	Coef.	Std. Err.				
lnFBCF						
L1.	.5285767	.146599	3.61	0.002	.224549	.8326044
lnIDEs						
L1.	.3834337	.1735366	2.21	0.038	.0235407	.7433266
lnTCR						
L1.	.0633478	.2065892	0.31	0.762	-.365092	.4917876
paz	.9604899	.4333648	2.22	0.037	.0617464	1.859233
_cons	2.180475	5.005172	0.44	0.667	-8.199617	12.56057

Tabela 52 – Resultados do Modelo 1 (com desfasamento de um período e a dummy paz) pelo procedimento *Newey-West estimator*

Fonte: O Autor

APÊNDICE B – RESULTADOS DO MODELO 2 – IMPACTE DO IDE NO CRESCIMENTO ECONÓMICO ANGOLANO

$$TCPIB_t = b_0 + b_1 \ln FBCF_t + b_2 \ln IDE_t + b_3 \ln Esec_t + b_4 \ln TCCPop_t$$

Source	SS	df	MS	Number of obs =	27
Model	.480726677	4	.120181669	F(4, 22) =	2.46
Residual	1.07570294	22	.048895588	Prob > F =	0.0756
				R-squared =	0.3089
				Adj R-squared =	0.1832
Total	1.55642961	26	.059862677	Root MSE =	.22112

TCPIB	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
lnFBCF	-.1131663	.08606	-1.31	0.202	-.2916438	.0653112
lnIDES	-.0173787	.06446	-0.27	0.790	-.1510606	.1163033
lnEsec	.277175	.1358154	2.04	0.053	-.0044889	.5588389
TCCPop	17.05028	13.09042	1.30	0.206	-10.09759	44.19816
_cons	-.9997627	1.220812	-0.82	0.422	-3.531571	1.532046

Tabela 53 – Resultados do Modelo 2 (Impacte do IDE no crescimento económico angolano) pelo método dos mínimos quadrados

Fonte: O Autor

Variable	VIF	1/VIF
lnEsec	3.81	0.262640
lnFBCF	2.87	0.348347
lnIDES	2.34	0.428204
TCCPop	1.35	0.740786
Mean VIF	2.59	

Tabela 54 – Análise de multicolinearidade do Modelo 2 (Impacte do IDE no crescimento económico angolano) pelo VIF

Fonte: O Autor

Regression with Newey-West standard errors
maximum lag: 1

Number of obs = 27
F(4, 22) = 2.88
Prob > F = 0.0468

TCPIB	Newey-West		t	P> t	[95% Conf. Interval]	
	Coef.	Std. Err.				
lnFBCF	-.1131663	.0754688	-1.50	0.148	-.269679	.0433464
lnIDEs	-.0173787	.0361803	-0.48	0.636	-.092412	.0576547
lnEsec	.277175	.1465844	1.89	0.072	-.0268225	.5811725
TCPop	17.05028	10.20446	1.67	0.109	-4.112473	38.21304
_cons	-.9997627	1.10152	-0.91	0.374	-3.284175	1.28465

Tabela 55 – Resultados do Modelo 2 (Impacte do IDE no crescimento económico angolano) pelo procedimento *Newey-West estimator*

Fonte: O Autor

$$TCPIB_t = b_0 + b_1 \ln FBCF_t + b_2 \ln IDE_t + b_3 \ln Esec_t + b_4 \ln TCCPop_t + b_5 Paz$$

Source	SS	df	MS	Number of obs = 27
Model	.514800899	5	.10296018	F(5, 21) = 2.08
Residual	1.04162872	21	.049601367	Prob > F = 0.1090
Total	1.55642961	26	.059862677	R-squared = 0.3308
				Adj R-squared = 0.1714
				Root MSE = .22271

TCPIB	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
lnFBCF	-.1222286	.0873658	-1.40	0.176	-.3039157	.0594585
lnIDEs	-.0392466	.0700799	-0.56	0.581	-.1849857	.1064925
lnEsec	.2138356	.1566912	1.36	0.187	-.1120215	.5396927
TCPop	12.44213	14.30889	0.87	0.394	-17.31483	42.19909
paz	.1614038	.1947366	0.83	0.417	-.2435732	.5663808
_cons	.5529323	2.240837	0.25	0.807	-4.107144	5.213008

Tabela 56 – Resultados do Modelo 2 (com a dummy paz) pelo método dos mínimos quadrados

Fonte: O Autor

Variable	VIF	1/VIF
lnEsec	5.00	0.200167
paz	4.81	0.207737
lnFBCF	2.92	0.342891
lnIDEs	2.72	0.367510
TCPop	1.59	0.628945
Mean VIF	3.41	

Tabela 57 – Análise de multicolinearidade do Modelo 2 (com a dummy paz) pelo VIF

Fonte: O Autor

Regression with Newey-West standard errors
maximum lag: 1

Number of obs = 27
F(5, 21) = 2.51
Prob > F = 0.0622

TCPIB	Newey-West		t	P> t	[95% Conf. Interval]	
	Coef.	Std. Err.				
lnFBCF	-.1222286	.0826386	-1.48	0.154	-.2940849	.0496277
lnIDEs	-.0392466	.043382	-0.90	0.376	-.1294644	.0509712
lnEsec	.2138356	.165825	1.29	0.211	-.1310163	.5586876
TCPop	12.44213	9.16635	1.36	0.189	-6.62034	31.50459
paz	.1614038	.1199901	1.35	0.193	-.0881292	.4109369
_cons	.5529323	1.412585	0.39	0.699	-2.3847	3.490565

Tabela 58 – Resultados do Modelo 2 (com a dummy paz) pelo procedimento Newey-West estimator

Fonte: O Autor

$$TCPIB_t = b_0 + b_1 \ln FBCF_t + b_2 \ln IDE_t + b_3 \ln Esec_t + b_4 \ln TCPop_t + b_5 \ln (IDE_t \times Esec_t)$$

Source	SS	df	MS	Number of obs = 27	
Model	.480727068	4	.120181767	F(4, 22) =	2.46
Residual	1.07570255	22	.04889557	Prob > F =	0.0756
				R-squared =	0.3089
				Adj R-squared =	0.1832
Total	1.55642961	26	.059862677	Root MSE =	.22112

TCPIB	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
lnFBCF	-.1131662	.0860599	-1.31	0.202	-.2916436	.0653111
lnIDEs	-.2945537	.1750292	-1.68	0.107	-.657542	.0684346
lnEsec	0 (omitted)					
TCPop	17.0503	13.09042	1.30	0.206	-10.09756	44.19817
lnIDExEsec	.277175	.1358152	2.04	0.053	-.0044886	.5588385
_cons	-.9997632	1.220811	-0.82	0.422	-3.531571	1.532044

Note: L. lnEsec omitted because of collinearity

Tabela 59 – Resultados do Modelo 2 (com o termo de interação entre IDE e Esec) pelo método dos mínimos quadrados

Fonte: O Autor

Variable	VIF	1/VIF
lnIDExEsec	22.90	0.043666
lnIDEs	17.22	0.058078
lnFBCF	2.87	0.348347
TCPop	1.35	0.740786
Mean VIF	11.08	

Tabela 60 – Análise de multicolinearidade do Modelo 2 (com o termo de interação entre IDE e Esec) pelo VIF

Fonte: O Autor

Regression with Newey-West standard errors	Number of obs	=	27
maximum lag: 1	F(4, 22)	=	2.88
	Prob > F	=	0.0468

TCPIB	Newey-West					[95% Conf. Interval]
	Coef.	Std. Err.	t	P> t		
lnFBCF	-.1131662	.0754687	-1.50	0.148	-.2696787	.0433463
lnIDEs	-.2945537	.1726103	-1.71	0.102	-.6525256	.0634182
TCPop	17.0503	10.20446	1.67	0.109	-4.112443	38.21305
lnIDExEsec	.277175	.1465842	1.89	0.072	-.026822	.581172
_cons	-.9997632	1.101519	-0.91	0.374	-3.284174	1.284648

Tabela 61 – Resultados do Modelo 2 (com o termo de interação entre IDE e Esec) pelo procedimento *Newey-West estimator*

Fonte: O Autor

$$TCPIB_t = b_0 + b_1 \ln FBCF_{t-1} + b_2 \ln IDE_{t-1} + b_3 \ln Esec_{t-1} + b_4 TCPop_{t-1}$$

Source	SS	df	MS	Number of obs = 26		
Model	.612689395	4	.153172349	F(4, 21) =	3.44	
Residual	.936006744	21	.04457175	Prob > F =	0.0261	
				R-squared =	0.3956	
				Adj R-squared =	0.2805	
Total	1.54869614	25	.061947846	Root MSE =	.21112	

TCPIB	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
lnFBCF L1.	-.2038094	.0834884	-2.44	0.024	-.377433	-.0301858
lnIDES L1.	.0827241	.0644771	1.28	0.213	-.0513634	.2168116
lnEsec L1.	.222646	.1349987	1.65	0.114	-.0580991	.5033911
TCPop L1.	7.123079	12.50417	0.57	0.575	-18.88078	33.12693
_cons	-.275502	1.22142	-0.23	0.824	-2.815584	2.26458

Tabela 62 – Resultados do Modelo 2 (com desfasamento) pelo método dos mínimos quadrados

Fonte: O Autor

Variable	VIF	1/VIF
lnEsec L1.	3.43	0.291518
lnIDES L1.	2.55	0.392435
lnFBCF L1.	2.42	0.413464
TCPop L1.	1.35	0.741179
Mean VIF	2.44	

Tabela 63 – Análise de multicolinearidade do Modelo 2 (com desfasamento) pelo VIF

Fonte: O Autor

Regression with Newey-West standard errors
maximum lag: 1

Number of obs = 26
F(4, 21) = 4.62
Prob > F = 0.0079

TCPIB	Newey-West		t	P> t	[95% Conf. Interval]	
	Coef.	Std. Err.				
lnFBCF L1.	-.2038094	.1040244	-1.96	0.063	-.4201401	.0125212
lnIDEs L1.	.0827241	.0442882	1.87	0.076	-.0093783	.1748265
lnEsec L1.	.222646	.1466138	1.52	0.144	-.082254	.527546
TCPop L1.	7.123079	10.728	0.66	0.514	-15.18702	29.43318
_cons	-.275502	.9439616	-0.29	0.773	-2.238578	1.687574

Tabela 64 – Resultados do Modelo 2 (com desfasamento) pelo procedimento Newey-West estimator

Fonte: O Autor

$$TCPIB_t = b_0 + b_1 \ln FBCF_{t-1} + b_2 \ln IDE_{t-1} + b_3 \ln Esec_{t-1} + b_4 TCPop_{t-1} + b_5 Paz$$

Source	SS	df	MS	Number of obs =	26
Model	.658234722	5	.131646944	F(5, 20) =	2.96
Residual	.890461417	20	.044523071	Prob > F =	0.0371
				R-squared =	0.4250
				Adj R-squared =	0.2813
Total	1.54869614	25	.061947846	Root MSE =	.211

TCPIB	Newey-West		t	P> t	[95% Conf. Interval]	
	Coef.	Std. Err.				
lnFBCF L1.	-.2007546	.0834974	-2.40	0.026	-.3749272	-.026582
lnIDEs L1.	.0377193	.0783117	0.48	0.635	-.1256361	.2010747
lnEsec L1.	.1696376	.1447465	1.17	0.255	-.1322983	.4715736
TCPop L1.	4.24371	12.8175	0.33	0.744	-22.49313	30.98055
paz	.1761228	.1741351	1.01	0.324	-.1871166	.5393622
_cons	1.334611	2.006119	0.67	0.513	-2.850081	5.519303

Tabela 65 – Resultados do Modelo 2 (com desfasamento e a dummy paz) pelo método dos mínimos quadrados

Fonte: O Autor

Variable	VIF	1/VIF
paz	4.19	0.238598
lnEsec		
L1.	3.95	0.253299
lnIDEs		
L1.	3.76	0.265736
lnFBCF		
L1.	2.42	0.412923
TCPop		
L1.	1.42	0.704615
Mean VIF	3.15	

Tabela 66 – Análise de multicolinearidade do Modelo 2 (com desfasamento e a dummy paz) pelo VIF

Fonte: O Autor

Regression with Newey-West standard errors Number of obs = 26
maximum lag: 1 F(5, 20) = 4.45
 Prob > F = 0.0069

TCPIB	Coef.	Newey-West Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
lnFBCF						
L1.	-.2007546	.0912909	-2.20	0.040	-.3911841	-.0103251
lnIDEs						
L1.	.0377193	.0633807	0.60	0.558	-.0944905	.1699291
lnEsec						
L1.	.1696376	.1424667	1.19	0.248	-.1275427	.466818
TCPop						
L1.	4.24371	10.51912	0.40	0.691	-17.6988	26.18622
paz	.1761228	.1458199	1.21	0.241	-.1280522	.4802978
_cons	1.334611	1.485246	0.90	0.380	-1.763558	4.43278

Tabela 67 – Resultados do Modelo 2 (com desfasamento e a dummy paz) pelo procedimento Newey-West estimator

Fonte: O Autor

$$TCPIB_t = b_0 + b_1 \ln FBCF_{t-1} + b_2 \ln IDE_{t-1} + b_3 \ln Esec_{t-1} + b_4 TCPop_{t-1} + b_5 \ln(Esec_{t-1} \times IDE_{t-1})$$

Source	SS	df	MS	Number of obs = 26		
Model	.612689395	4	.153172349	F(4, 21) = 3.44		
Residual	.936006744	21	.04457175	Prob > F = 0.0261		
				R-squared = 0.3956		
				Adj R-squared = 0.2805		
Total	1.54869614	25	.061947846	Root MSE = .21112		

TCPIB	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
lnFBCF L1.	-.2038093	.0834883	-2.44	0.024	-.3774328	-.0301858
lnIDES L1.	-.1399216	.1764925	-0.79	0.437	-.5069579	.2271147
lnEsec L1.	0 (omitted)					
TCPop L1.	7.123097	12.50417	0.57	0.575	-18.88076	33.12695
lnIDExEsec L1.	.2226457	.1349985	1.65	0.114	-.058099	.5033904
_cons	-.2755026	1.22142	-0.23	0.824	-2.815585	2.26458

Note: lnEsec omitted because of collinearity

Tabela 68 – Resultados do Modelo 2 (com desfasamento e o termo de interação) pelo método dos mínimos quadrados

Fonte: O Autor

Variable	VIF	1/VIF
lnIDExEsec L1.	23.63	0.042319
lnIDES L1.	19.09	0.052375
lnFBCF L1.	2.42	0.413465
TCPop L1.	1.35	0.741179
Mean VIF	11.62	

Tabela 69 – Análise de multicolinearidade do Modelo 2 (com desfasamento e o termo de interação) pelo VIF

Fonte: O Autor

Regression with Newey-West standard errors
maximum lag: 1

Number of obs = 26
F(4, 21) = 4.62
Prob > F = 0.0079

TCPIB	Coef.	Newey-West Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
lnFBCF L1.	-.2038093	.1040244	-1.96	0.063	-.4201398	.0125213
lnIDES L1.	-.1399216	.1589445	-0.88	0.389	-.4704647	.1906215
TCPop L1.	7.123097	10.72799	0.66	0.514	-15.18698	29.43318
lnIDExEsec L1.	.2226457	.1466137	1.52	0.144	-.0822542	.5275457
_cons	-.2755026	.9439612	-0.29	0.773	-2.238577	1.687572

Tabela 70 – Resultados do Modelo 2 (com desfasamento e o termo de interação) pelo procedimento Newey-West estimator

Fonte: O Autor

$$TCPIBpc_t = b_0 + b_1 \ln FBCF_t + b_2 \ln IDE_t + b_3 \ln Esec_t$$

Source	SS	df	MS	Number of obs = 27		
Model	.363291947	3	.121097316	F(3, 23) =	2.58	
Residual	1.08064886	23	.046984733	Prob > F =	0.0784	
				R-squared =	0.2516	
				Adj R-squared =	0.1540	
Total	1.44394081	26	.055536185	Root MSE =	.21676	

TCPIBpc	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
lnFBCF	-.1347781	.0817185	-1.65	0.113	-.3038257	.0342695
lnIDES	.0145731	.0575819	0.25	0.802	-.1045441	.1336903
lnEsec	.2803422	.1327447	2.11	0.046	.0057388	.5549456
_cons	-.7903384	1.187954	-0.67	0.512	-3.247809	1.667132

Tabela 71 – Resultados do Modelo 2 (Impacte do IDE no crescimento do PIB per capita angolano) pelo método dos mínimos quadrados

Fonte: O Autor

Variable	VIF	1/VIF
lnEsec	3.79	0.264187
lnFBCF	2.69	0.371245
lnIDES	1.94	0.515640
Mean VIF	2.81	

Tabela 72 – Análise de multicolinearidade do Modelo 2 (Impacte do IDE no crescimento do PIB per capita angolano) pelo VIF

Fonte: O Autor

Regression with Newey-West standard errors
maximum lag: 1

Number of obs = 27
F(3, 23) = 2.62
Prob > F = 0.0752

TCPIBpc	Newey-West		t	P> t	[95% Conf. Interval]	
	Coef.	Std. Err.				
lnFBCF	-.1347781	.0725164	-1.86	0.076	-.2847896	.0152334
lnIDEs	.0145731	.0373881	0.39	0.700	-.0627701	.0919164
lnEsec	.2803422	.1384003	2.03	0.055	-.0059606	.566645
_cons	-.7903384	1.019586	-0.78	0.446	-2.899513	1.318836

Tabela 73 – Resultados do Modelo 2 (Impacte do IDE no crescimento do PIB per capita angolano) pelo procedimento *Newey-West estimator*

Fonte: O Autor

$$TCPIBpc_t = b_0 + b_1 \ln FBCF_t + b_2 \ln IDE_t + b_3 \ln Esec_t + b_4 Paz$$

Source	SS	df	MS	Number of obs = 27
Model	.435106708	4	.108776677	F(4, 22) = 2.37
Residual	1.0088341	22	.045856096	Prob > F = 0.0835
Total	1.44394081	26	.055536185	R-squared = 0.3013
				Adj R-squared = 0.1743
				Root MSE = .21414

TCPIBpc	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
lnFBCF	-.1368359	.0807478	-1.69	0.104	-.3042966	.0306247
lnIDEs	-.0271787	.0659479	-0.41	0.684	-.1639464	.1095889
lnEsec	.1907199	.1494211	1.28	0.215	-.1191605	.5006004
paz	.2159074	.1725278	1.25	0.224	-.1418934	.5737082
_cons	1.217228	1.987669	0.61	0.547	-2.904946	5.339402

Tabela 74 – Resultados do Modelo 2 (com a dummy paz) pelo método dos mínimos quadrados

Fonte: O Autor

Variable	VIF	1/VIF
lnEsec	4.91	0.203499
paz	4.09	0.244677
lnFBCF	2.69	0.371091
lnIDEs	2.61	0.383669
Mean VIF	3.58	

Tabela 75 – Análise de multicolinearidade do Modelo 2 (com a dummy paz) pelo VIF

Fonte: O Autor

Regression with Newey-West standard errors
maximum lag: 1

Number of obs = 27
F(4, 22) = 2.56
Prob > F = 0.0673

TCPIBpc	Newey-West					
	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
lnFBCF	-.1368359	.0792574	-1.73	0.098	-.3012058	.0275339
lnIDEs	-.0271787	.0384764	-0.71	0.487	-.106974	.0526165
lnEsec	.1907199	.1578304	1.21	0.240	-.1366003	.5180402
paz	.2159074	.1219661	1.77	0.091	-.0370349	.4688497
_cons	1.217228	1.448505	0.84	0.410	-1.786789	4.221244

Tabela 76 – Resultados do Modelo 2 (com a dummy paz) pelo procedimento Newey-West estimator

Fonte: O Autor

$$TCPIBpc_t = b_0 + b_1 \ln FBCF_t + b_2 \ln IDE_t + b_3 \ln Esec_t + b_4 b_3 \ln(IDE_t \times Esec_t)$$

Source	SS	df	MS	Number of obs = 27		
Model	.36329214	3	.12109738	F(3, 23) =	2.58	
Residual	1.08064867	23	.046984725	Prob > F =	0.0784	
				R-squared =	0.2516	
				Adj R-squared =	0.1540	
Total	1.44394081	26	.055536185	Root MSE =	.21676	

TCPIBpc	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
lnFBCF	-.134778	.0817184	-1.65	0.113	-.3038255	.0342695
lnIDEs	-.2657689	.170843	-1.56	0.133	-.6191846	.0876468
lnEsec	0 (omitted)					
lnIDExEsec	.280342	.1327446	2.11	0.046	.005739	.5549451
_cons	-.790339	1.187954	-0.67	0.512	-3.247809	1.667131

Note: lnEsec omitted because of collinearity

Tabela 77 – Resultados do Modelo 2 (com o termo de interação) pelo método dos mínimos quadrados

Fonte: O Autor

Variable	VIF	1/VIF
lnIDExEsec	22.77	0.043924
lnIDEs	17.07	0.058577
lnFBCF	2.69	0.371246
Mean VIF	14.18	

Tabela 78 – Análise de multicolinearidade do Modelo 2 (com o termo de interação) pelo VIF

Fonte: O Autor

Regression with Newey-West standard errors
maximum lag: 1

Number of obs = 27
F(3, 23) = 2.62
Prob > F = 0.0752

TCPIBpc	Newey-West		t	P> t	[95% Conf. Interval]	
	Coef.	Std. Err.				
lnFBCF	-.134778	.0725163	-1.86	0.076	-.2847894	.0152334
lnIDEs	-.2657689	.1630546	-1.63	0.117	-.603073	.0715352
lnIDExEsec	.280342	.1384001	2.03	0.055	-.0059603	.5666444
_cons	-.790339	1.019585	-0.78	0.446	-2.899512	1.318834

Tabela 79 – Resultados do Modelo 2 (com o termo de interação) pelo procedimento Newey-West estimator

Fonte: O Autor

$$TCPIBpc_t = b_0 + b_1 \ln FBCF_{t-1} + b_2 \ln IDE_{t-1} + b_3 \ln Esec_{t-1}$$

Source	SS	df	MS	Number of obs =	27
Model	.425135076	3	.141711692	F(3, 23) =	3.20
Residual	1.01880573	23	.044295902	Prob > F =	0.0423
				R-squared =	0.2944
				Adj R-squared =	0.2024
Total	1.44394081	26	.055536185	Root MSE =	.21047

TCPIBpc	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
lnFBCF L1.	-.1874202	.079847	-2.35	0.028	-.3525962	-.0222442
lnIDEs L1.	.0672903	.0568695	1.18	0.249	-.0503532	.1849337
lnEsec L1.	.1944047	.133626	1.45	0.159	-.0820217	.4708312
_cons	.2593254	1.176866	0.22	0.828	-2.175208	2.693859

Tabela 80 – Resultados do Modelo 2 (com desfasamento de um período) pelo método dos mínimos quadrados

Fonte: O Autor

Variable	VIF	1/VIF
lnEsec L1.	3.77	0.265402
lnIDEs L1.	2.38	0.419620
lnFBCF L1.	2.28	0.439059
Mean VIF	2.81	

Tabela 81 – Análise de multicolinearidade do Modelo 2 (com desfasamento de um período) pelo VIF

Fonte: O Autor

Regression with Newey-West standard errors
maximum lag: 1

Number of obs = 27
F(3, 23) = 2.23
Prob > F = 0.1120

TCPIBpc	Newey-West					
	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
lnFBCF L1.	-.1874202	.0947117	-1.98	0.060	-.3833462	.0085059
lnIDEs L1.	.0672903	.0396974	1.70	0.104	-.0148301	.1494106
lnEsec L1.	.1944047	.1322114	1.47	0.155	-.0790955	.4679049
_cons	.2593254	.9046181	0.29	0.777	-1.61202	2.130671

Tabela 82 – Resultados do Modelo 2 (com desfasamento de um período) pelo procedimento Newey-West estimator

Fonte: O Autor

$$TCPIBpc_t = b_0 + b_1 \ln FBCF_{t-1} + b_2 \ln IDE_{t-1} + b_3 \ln Esec_{t-1} + b_4 Paz$$

Source	SS	df	MS	Number of obs =	27
Model	.544062852	4	.136015713	F(4, 22) =	3.33
Residual	.899877959	22	.040903544	Prob > F =	0.0283
Total	1.44394081	26	.055536185	R-squared =	0.3768
				Adj R-squared =	0.2635
				Root MSE =	.20225

TCPIBpc	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
lnFBCF L1.	-.1828527	.0767753	-2.38	0.026	-.3420749	-.0236305
lnIDEs L1.	.0026284	.0665169	0.04	0.969	-.1353192	.1405761
lnEsec L1.	.1227495	.1351087	0.91	0.373	-.1574488	.4029478
paz	.2562955	.1503072	1.71	0.102	-.0554226	.5680135
_cons	2.379823	1.680909	1.42	0.171	-1.106169	5.865816

Tabela 83 – Resultados do Modelo 2 (com desfasamento de um período e a dummy paz) pelo método dos mínimos quadrados

Fonte: O Autor

Variable	VIF	1/VIF
lnEsec L1.	4.17	0.239727
lnIDEs L1.	3.53	0.283235
paz	3.48	0.287552
lnFBCF L1.	2.28	0.438524
Mean VIF	3.37	

Tabela 84 – Análise de multicolinearidade do Modelo 2 (com desfasamento de um período e a dummy paz) pelo VIF

Fonte: O Autor

Regression with Newey-West standard errors Number of obs = 27
maximum lag: 1 F(4, 22) = 3.03
Prob > F = 0.0391

TCPIBpc	Newey-West		t	P> t	[95% Conf. Interval]	
	Coef.	Std. Err.				
lnFBCF L1.	-.1828527	.0753754	-2.43	0.024	-.3391717	-.0265337
lnIDEs L1.	.0026284	.0552816	0.05	0.963	-.1120185	.1172754
lnEsec L1.	.1227495	.1227686	1.00	0.328	-.131857	.377356
paz	.2562955	.13524	1.90	0.071	-.0241752	.5367661
_cons	2.379823	1.414846	1.68	0.107	-.5543866	5.314033

Tabela 85 – Resultados do Modelo 2 (com desfasamento de um período e a dummy paz) pelo procedimento *Newey-West estimator*

Fonte: O Autor

$$TCPIBpc_t = b_0 + b_1 \ln FBCF_{t-1} + b_2 \ln IDE_{t-1} + b_3 \ln(IDE_{t-1} \times Esec_{t-1}) + b_4 \ln Esec_{t-1}$$

Source	SS	df	MS	Number of obs = 27		
Model	.531700868	4	.132925217	F(4, 22) = 3.21		
Residual	.912239943	22	.041465452	Prob > F = 0.0323		
				R-squared = 0.3682		
				Adj R-squared = 0.2534		
Total	1.44394081	26	.055536185	Root MSE = .20363		

TCPIBpc	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
lnFBCF L1.	-.2149071	.0791336	-2.72	0.013	-.3790202	-.050794
lnIDES L1.	-.1462689	.1441307	-1.01	0.321	-.4451778	.1526399
lnEsec L1.	.0987814	.1423828	0.69	0.495	-.1965025	.3940653
lnIDExEsec _cons	.2001095	.1248251	1.60	0.123	-.058762	.458981
	-.182567	1.171535	-0.16	0.878	-2.612182	2.247048

Tabela 86 – Resultados do Modelo 2 (com desfasamento de um período e o termo de interação) pelo método dos mínimos quadrados

Fonte: O Autor

Variable	VIF	1/VIF
lnIDExEsec	22.81	0.043839
lnIDES L1.	16.35	0.061154
lnEsec L1.	4.57	0.218824
lnFBCF L1.	2.39	0.418447
Mean VIF	11.53	

Tabela 87 – Análise de multicolinearidade do Modelo 2 (com desfasamento de um período e o termo de interação) pelo VIF

Fonte: O Autor

Regression with Newey-West standard errors
maximum lag: 1

Number of obs = 27
F(4, 22) = 3.54
Prob > F = 0.0224

TCPIBpc	Newey-West		t	P> t	[95% Conf. Interval]	
Coef.	Std. Err.					
lnFBCF L1.	-.2149071	.0886928	-2.42	0.024	-.3988447	-.0309695
lnIDES L1.	-.1462689	.1418245	-1.03	0.314	-.4403948	.147857
lnEsec L1.	.0987814	.1611329	0.61	0.546	-.2353879	.4329507
lnIDExEsec _cons	.2001095	.1211985	1.65	0.113	-.0512407	.4514598
	-.182567	1.03147	-0.18	0.861	-2.321705	1.956571

Tabela 88 – Resultados do Modelo 2 (com desfaseamento de um período e o termo de interação) pelo procedimento *Newey-West estimator*

Fonte: O Autor

APÊNDICE C – RESULTADO DO MODELO 3 – IMPACTO DO IDE E DA ABERTURA COMERCIAL NO CRESCIMENTO ECONÓMICO ANGOLANA

$$TCPIB_t = b_0 + b_1 \ln FBCF_t + b_2 \ln IDE_t + b_3 \ln Esec_t + b_4 TA_t$$

Source	SS	df	MS	Number of obs =	27
Model	.407808791	4	.101952198	F(4, 22) =	1.95
Residual	1.14862082	22	.052210037	Prob > F =	0.1373
				R-squared =	0.2620
				Adj R-squared =	0.1278
Total	1.55642961	26	.059862677	Root MSE =	.2285

TCPIB	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]
lnFBCF	-.1459744	.0868854	-1.68	0.107	-.3261637 .0342149
lnIDEs	.0511637	.0984305	0.52	0.608	-.1529686 .2552961
lnEsec	.2699968	.1476948	1.83	0.081	-.0363033 .576297
TA	-.0853297	.1946449	-0.44	0.665	-.4889984 .318339
_cons	-1.104977	1.424125	-0.78	0.446	-4.058431 1.848477

Tabela 89 – Resultados do Modelo 3 (Impacto do IDE e da abertura comercial no crescimento económico angolana) pelo método dos mínimos quadrados

Fonte: O Autor

Variable	VIF	1/VIF
lnIDEs	5.10	0.196090
lnEsec	4.22	0.237144
TA	2.84	0.352061
lnFBCF	2.74	0.364926
Mean VIF	3.72	

Tabela 90 – Análise de multicolinearidade do Modelo 3 (Impacto do IDE e da abertura comercial no crescimento económico angolana) pelo VIF

Fonte: O Autor

Regression with Newey-West standard errors	Number of obs =	27
maximum lag: 1	F(4, 22) =	2.06
	Prob > F =	0.1213

TCPIB	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]
lnFBCF	-.1459744	.0878629	-1.66	0.111	-.328191 .0362422
lnIDEs	.0511637	.0790935	0.65	0.524	-.1128662 .2151937
lnEsec	.2699968	.1329325	2.03	0.055	-.0056884 .5456821
TA	-.0853297	.2193829	-0.39	0.701	-.5403021 .3696426
_cons	-1.104977	1.419119	-0.78	0.444	-4.048051 1.838096

Tabela 91 – Resultados do Modelo 3 (Impacto do IDE e da abertura comercial no crescimento económico angolana) pelo procedimento Newey-West estimator

Fonte: O Autor

$$TCPIB_t = b_0 + b_1 \ln FBCF_{t-1} + b_2 \ln IDE_{t-1} + b_3 \ln Esec_{t-1} + b_4 TA_{t-1}$$

Source	SS	df	MS	Number of obs =	27
Model	.519151297	4	.129787824	F(4, 22) =	2.75
Residual	1.03727832	22	.047149014	Prob > F =	0.0538
				R-squared =	0.3336
				Adj R-squared =	0.2124
Total	1.55642961	26	.059862677	Root MSE =	.21714

TCPIB	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
lnFBCF L1.	-.1825658	.0835182	-2.19	0.040	-.355772	-.0093597
lnIDEs L1.	-.0097232	.0986458	-0.10	0.922	-.214302	.1948557
lnEsec L1.	.2652779	.150367	1.76	0.092	-.0465641	.5771199
TA L1.	.1943322	.1909573	1.02	0.320	-.2016891	.5903535
_cons	.8105964	1.317837	0.62	0.545	-1.92243	3.543623

Tabela 92 – Resultados do Modelo 3 (com desfasamento de um período) pelo método dos mínimos quadrados

Fonte: O Autor

Variable	VIF	1/VIF
lnIDEs L1.	6.74	0.148445
lnEsec L1.	4.48	0.223095
TA L1.	3.18	0.314034
lnFBCF L1.	2.34	0.427155
Mean VIF	4.19	

Tabela 93 – Análise de multicolinearidade do Modelo 3 (com desfasamento de um período) pelo VIF

Fonte: O Autor

Regression with Newey-West standard errors
maximum lag: 1

Number of obs = 27
F(4, 22) = 1.72
Prob > F = 0.1807

TCPiB	Coef.	Newey-West Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
lnFBCF L1.	-.1825658	.1013045	-1.80	0.085	-.3926585	.0275269
lnIDEs L1.	-.0097232	.0961898	-0.10	0.920	-.2092085	.1897622
lnEsec L1.	.2652779	.1629231	1.63	0.118	-.0726038	.6031597
TA L1.	.1943322	.2074228	0.94	0.359	-.2358363	.6245007
_cons	.8105964	1.297887	0.62	0.539	-1.881056	3.502249

Tabela 94 – Resultados do Modelo 3 (com desfasamento de um período) pelo procedimento Newey-West estimator

Fonte: O Autor

$$TCPiB_t = b_0 + b_1 \ln FBCF_{t-1} + b_2 \ln IDE_{t-1} + b_3 \ln Esec_{t-1} + b_4 TA_{t-1} + b_5 Paz$$

Source	SS	df	MS	Number of obs = 27
Model	.778064046	5	.155612809	F(5, 21) = 4.20
Residual	.778365569	21	.037065027	Prob > F = 0.0084
Total	1.55642961	26	.059862677	R-squared = 0.4999
				Adj R-squared = 0.3808
				Root MSE = .19252

TCPiB	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
lnFBCF L1.	-.159099	.0745807	-2.13	0.045	-.3141981	-.0039998
lnIDEs L1.	-.2081387	.1152635	-1.81	0.085	-.4478421	.0315648
lnEsec L1.	.2169355	.1345698	1.61	0.122	-.0629177	.4967887
TA L1.	.4157838	.1889083	2.20	0.039	.0229276	.80864
paz	.4219342	.1596431	2.64	0.015	.0899382	.7539302
_cons	4.895664	1.937581	2.53	0.020	.8662426	8.925084

Tabela 95 – Resultados do Modelo 3 (com desfasamento de um período e a dummy paz) pelo método dos mínimos quadrados

Fonte: O Autor

Variable	VIF	1/VIF
lnIDES		
L1.	11.70	0.085474
lnEsec		
L1.	4.57	0.218974
paz	4.33	0.230982
TA		
L1.	3.96	0.252255
lnFBCF		
L1.	2.37	0.421101
Mean VIF	5.39	

Tabela 96 – Análise de multicolinearidade do Modelo 3 (com desfasamento de um período e a dummy paz) pelo VIF

Fonte: O Autor

Regression with Newey-West standard errors Number of obs = 27
maximum lag: 1 F(5, 21) = 4.54
 Prob > F = 0.0058

TCPIB	Newey-West		t	P> t	[95% Conf. Interval]	
	Coef.	Std. Err.				
lnFBCF						
L1.	-.159099	.0748321	-2.13	0.046	-.3147208	-.0034771
lnIDES						
L1.	-.2081387	.1120194	-1.86	0.077	-.4410958	.0248185
lnEsec						
L1.	.2169355	.0991011	2.19	0.040	.0108434	.4230276
TA						
L1.	.4157838	.19898	2.09	0.049	.0019823	.8295853
paz	.4219342	.1240003	3.40	0.003	.1640615	.679807
_cons	4.895664	1.566447	3.13	0.005	1.638059	8.153268

Tabela 97 – Resultados do Modelo 3 (com desfasamento de um período e a dummy paz) pelo procedimento *Newey-West estimator*

Fonte: O Autor

$$TCPIB_t = b_0 + b_1 \ln FBCF_{t-1} + b_2 \ln IDE_{t-1} + b_3 \ln Esec_{t-1} + b_4 TA_{t-1} + b_5 \ln(IDE_{t-1} \times Esec_{t-1})$$

Source	SS	df	MS	Number of obs =	27
Model	.519150996	4	.129787749	F(4, 22) =	2.75
Residual	1.03727862	22	.047149028	Prob > F =	0.0538
				R-squared =	0.3336
				Adj R-squared =	0.2124
Total	1.55642961	26	.059862677	Root MSE =	.21714

TCPIB	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
lnFBCF L1.	-.1825656	.0835182	-2.19	0.040	-.3557717	-.0093595
lnIDES L1.	-.275	.2281452	-1.21	0.241	-.7481441	.1981441
lnEsec L1.	0 (omitted)					
TA L1.	.1943317	.1909573	1.02	0.320	-.2016895	.5903528
lnIDExEsec L1.	.2652772	.1503668	1.76	0.092	-.0465644	.5771188
_cons	.8105943	1.317837	0.62	0.545	-1.922432	3.543621

Note: L.lnEsec omitted because of collinearity

Tabela 98 – Resultados do Modelo 3 (com desfasamento de um período e o termo de interação) pelo método dos mínimos quadrados

Fonte: O Autor

Variable	VIF	1/VIF
lnIDES L1.	36.03	0.027752
lnIDExEsec L1.	32.89	0.030405
TA L1.	3.18	0.314034
lnFBCF L1.	2.34	0.427156
Mean VIF	18.61	

Tabela 99 – Análise de multicolinearidade do Modelo 3 (com desfasamento de um período e o termo de interação) pelo VIF

Fonte: O Autor

Regression with Newey-West standard errors
maximum lag: 1

Number of obs = 27
F(4, 22) = 1.72
Prob > F = 0.1807

TCPIB	Newey-West		t	P> t	[95% Conf. Interval]	
	Coef.	Std. Err.				
lnFBCF L1.	-.1825656	.1013045	-1.80	0.085	-.3926582	.027527
lnIDEs L1.	-.275	.2322669	-1.18	0.249	-.756692	.206692
TA L1.	.1943317	.2074228	0.94	0.359	-.2358368	.6245002
lnIDExEsec L1.	.2652772	.1629228	1.63	0.118	-.072604	.6031584
_cons	.8105943	1.297886	0.62	0.539	-1.881057	3.502245

Tabela 100 – Resultados do Modelo 3 (com desfasamento de um período e o termo de interação) pelo procedimento *Newey-West estimator*

Fonte: O Autor

$$TCPIB_t = b_0 + b_1 \ln FBCF_{t-1} + b_2 \ln IDE_{t-1} + b_3 \ln Esec_{t-1} + b_4 TA_{t-1} + b_5 \ln(IDE_{t-1} \times Esec_{t-1})$$

+ b₆Paz

Source	SS	df	MS	Number of obs = 27
Model	.778064154	5	.155612831	F(5, 21) = 4.20
Residual	.778365461	21	.037065022	Prob > F = 0.0084
				R-squared = 0.4999
				Adj R-squared = 0.3808
Total	1.55642961	26	.059862677	Root MSE = .19252

TCPIB	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
lnFBCF L1.	-.1590989	.0745807	-2.13	0.045	-.3141979	-.0039998
lnIDEs L1.	-.4250739	.2101003	-2.02	0.056	-.8620015	.0118537
lnEsec L1.	0 (omitted)					
TA L1.	.4157837	.1889082	2.20	0.039	.0229276	.8086398
lnIDExEsec L1.	.2169352	.1345695	1.61	0.122	-.0629174	.4967879
paz	.4219345	.1596431	2.64	0.015	.0899385	.7539304
_cons	4.895665	1.937581	2.53	0.020	.8662444	8.925086

Note: L.lnEsec omitted because of collinearity

Tabela 101 – Resultados do Modelo 3 (com desfasamento de um período, o termo de interação e a dummy) pelo método dos mínimos quadrados

Fonte: O Autor

Variable	VIF	1/VIF
lnIDEs		
L1.	38.87	0.025725
lnIDExEsec		
L1.	33.51	0.029844
paz	4.33	0.230982
TA		
L1.	3.96	0.252255
lnFBCF		
L1.	2.37	0.421102
Mean VIF	16.61	

Tabela 102 – Análise de multicolinearidade do Modelo 3 (com desfasamento de um período, o termo de interação e a dummy) pelo VIF

Fonte: O Autor

Regression with Newey-West standard errors Number of obs = 27
maximum lag: 1 F(5, 21) = 4.54
Prob > F = 0.0058

TCPIB	Newey-West		t	P> t	[95% Conf. Interval]	
	Coef.	Std. Err.				
lnFBCF						
L1.	-.1590989	.0748321	-2.13	0.046	-.3147207	-.0034771
lnIDEs						
L1.	-.4250739	.1856688	-2.29	0.033	-.8111933	-.0389545
TA						
L1.	.4157837	.19898	2.09	0.049	.0019822	.8295852
lnIDExEsec						
L1.	.2169352	.0991009	2.19	0.040	.0108437	.4230267
paz	.4219345	.1240003	3.40	0.003	.1640617	.6798073
_cons	4.895665	1.566446	3.13	0.005	1.638062	8.153269

Tabela 103 – Resultados do Modelo 3 (com desfasamento de um período, o termo de interação e a dummy) pelo procedimento *Newey-West estimator*

Fonte: O Autor

$$TCPIBpc_t = b_0 + b_1 \ln FBCF_t + b_2 \ln IDE_t + b_3 \ln Esec_t + b_4 TA_t$$

Source	SS	df	MS	Number of obs =	27
Model	.371862738	4	.092965685	F(4, 22) =	1.91
Residual	1.07207807	22	.048730821	Prob > F =	0.1449
				R-squared =	0.2575
				Adj R-squared =	0.1225
Total	1.44394081	26	.055536185	Root MSE =	.22075

TCPIBpc	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]
lnFBCF	-.1393708	.0839405	-1.66	0.111	-.3134528 .0347112
lnIDEs	.045968	.0950943	0.48	0.634	-.1512455 .2431816
lnEsec	.2611967	.1426888	1.83	0.081	-.0347218 .5571152
TA	-.0788636	.1880476	-0.42	0.679	-.4688504 .3111233
_cons	-1.06512	1.375856	-0.77	0.447	-3.91847 1.78823

Tabela 104 – Resultados do Modelo 3 (Impacto do IDE e da abertura comercial no crescimento do PIB per capita) pelo método dos mínimos quadrados

Fonte: O Autor

Variable	VIF	1/VIF
lnIDEs	5.10	0.196090
lnEsec	4.22	0.237144
TA	2.84	0.352061
lnFBCF	2.74	0.364926
Mean VIF	3.72	

Tabela 105 – Análise de multicolinearidade do Modelo 3 (Impacto do IDE e da abertura comercial no crescimento do PIB per capita) pelo VIF

Fonte: O Autor

Regression with Newey-West standard errors
maximum lag: 1

Number of obs = 27
F(4, 22) = 2.03
Prob > F = 0.1257

TCPIBpc	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]
lnFBCF	-.1393708	.0846536	-1.65	0.114	-.3149315 .03619
lnIDEs	.045968	.0759628	0.61	0.551	-.1115692 .2035053
lnEsec	.2611967	.1281405	2.04	0.054	-.0045505 .5269439
TA	-.0788636	.2115784	-0.37	0.713	-.5176504 .3599232
_cons	-1.06512	1.368907	-0.78	0.445	-3.90406 1.77382

Tabela 106 – Resultados do Modelo 3 (Impacto do IDE e da abertura comercial no crescimento do PIB per capita) pelo procedimento *Newey-West estimator*

Fonte: O Autor

$$TCPIBpc_t = b_0 + b_1 \ln FBCF_{t-1} + b_2 \ln IDE_{t-1} + b_3 \ln Esec_{t-1} + b_4 TA_{t-1}$$

Source	SS	df	MS	Number of obs = 27		
Model	.472033969	4	.118008492	F(4, 22) = 2.67		
Residual	.971906842	22	.044177584	Prob > F = 0.0590		
				R-squared = 0.3269		
				Adj R-squared = 0.2045		
Total	1.44394081	26	.055536185	Root MSE = .21018		

TCPIBpc	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
lnFBCF L1.	-.1737052	.0808436	-2.15	0.043	-.3413646	-.0060457
lnIDEs L1.	-.0117995	.0954868	-0.12	0.903	-.2098269	.186228
lnEsec L1.	.2542804	.1455517	1.75	0.095	-.0475753	.556136
TA L1.	.1904501	.1848421	1.03	0.314	-.192889	.5737893
_cons	.7702843	1.275635	0.60	0.552	-1.875221	3.415789

Tabela 107 – Resultados do Modelo 3 (com desfasamento de um período) pelo método dos mínimos quadrados

Fonte: O Autor

Variable	VIF	1/VIF
lnIDEs L1.	6.74	0.148445
lnEsec L1.	4.48	0.223095
TA L1.	3.18	0.314034
lnFBCF L1.	2.34	0.427155
Mean VIF	4.19	

Tabela 108 – Análise de multicolinearidade do Modelo 3 (com desfasamento de um período) pelo VIF

Fonte: O Autor

Regression with Newey-West standard errors
maximum lag: 1

Number of obs = 27
F(4, 22) = 1.67
Prob > F = 0.1919

TCPIBpc	Coef.	Newey-West Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
lnFBCF L1.	-.1737052	.0982937	-1.77	0.091	-.3775537	.0301434
lnIDEs L1.	-.0117995	.0932115	-0.13	0.900	-.2051083	.1815094
lnEsec L1.	.2542804	.1592077	1.60	0.124	-.0758962	.5844569
TA L1.	.1904501	.2023386	0.94	0.357	-.2291744	.6100747
_cons	.7702843	1.260856	0.61	0.548	-1.844571	3.385139

Tabela 109 – Resultados do Modelo 3 (com desfaseamento de um período) pelo procedimento Newey-West estimator

Fonte: O Autor

$$TCPIBpc_t = b_0 + b_1 \ln FBCF_{t-1} + b_2 \ln IDE_{t-1} + b_3 \ln Esec_{t-1} + b_4 TA_{t-1} + b_5 Paz$$

Source	SS	df	MS	Number of obs =	27
Model	.714049417	5	.142809883	F(5, 21) =	4.11
Residual	.729891394	21	.034756733	Prob > F =	0.0093
				R-squared =	0.4945
				Adj R-squared =	0.3742
Total	1.44394081	26	.055536185	Root MSE =	.18643

TCPIBpc	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
lnFBCF L1.	-.151017	.0722211	-2.09	0.049	-.301209	-.000825
lnIDEs L1.	-.2036312	.1116166	-1.82	0.082	-.4357507	.0284883
lnEsec L1.	.207542	.1303121	1.59	0.126	-.0634569	.478541
TA L1.	.4045536	.1829314	2.21	0.038	.0241269	.7849803
paz	.4079337	.1545922	2.64	0.015	.0864417	.7294257
_cons	4.719802	1.876278	2.52	0.020	.8178672	8.621736

Tabela 110 – Resultados do Modelo 3 (com desfaseamento de um período e a dummy paz) pelo método dos mínimos quadrados

Fonte: O Autor

Variable	VIF	1/VIF
lnIDES		
L1.	11.70	0.085474
lnEsec		
L1.	4.57	0.218974
paz	4.33	0.230982
TA		
L1.	3.96	0.252255
lnFBCF		
L1.	2.37	0.421101
Mean VIF	5.39	

Tabela 111 – Análise de multicolinearidade do Modelo 3 (com desfasamento de um período e a dummy paz) pelo VIF

Fonte: O Autor

Regression with Newey-West standard errors	Number of obs =	27
maximum lag: 1	F(5, 21) =	4.41
	Prob > F =	0.0067

TCPIBpc	Newey-West		t	P> t	[95% Conf. Interval]	
	Coef.	Std. Err.				
lnFBCF						
L1.	-.151017	.0726529	-2.08	0.050	-.3021071	.0000731
lnIDES						
L1.	-.2036312	.1096049	-1.86	0.077	-.431567	.0243047
lnEsec						
L1.	.207542	.096205	2.16	0.043	.0074729	.4076112
TA						
L1.	.4045536	.1936929	2.09	0.049	.0017472	.80736
paz	.4079337	.1212114	3.37	0.003	.1558608	.6600066
_cons	4.719802	1.53508	3.07	0.006	1.527429	7.912174

Tabela 112 – Resultados do Modelo 3 (com desfasamento de um período e a dummy paz) pelo procedimento *Newey-West estimator*

Fonte: O Autor

$$TCPIBpc_t = b_0 + b_1 \ln FBCF_{t-1} + b_2 \ln IDE_{t-1} + b_3 \ln Esec_{t-1} + b_4 TA_{t-1} + b_5 \ln(IDE_{t-1} \times Esec_{t-1})$$

Source	SS	df	MS	Number of obs = 27		
Model	.472033688	4	.118008422	F(4, 22) = 2.67		
Residual	.971907122	22	.044177596	Prob > F = 0.0590		
				R-squared = 0.3269		
				Adj R-squared = 0.2045		
Total	1.44394081	26	.055536185	Root MSE = .21018		

TCPIBpc	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
lnFBCF L1.	-.173705	.0808436	-2.15	0.043	-.3413644	-.0060456
lnIDES L1.	-.2660788	.2208391	-1.20	0.241	-.724071	.1919134
lnEsec L1.	0 (omitted)					
TA L1.	.1904496	.1848421	1.03	0.314	-.1928894	.5737887
lnIDExEsec L1.	.2542797	.1455514	1.75	0.095	-.0475755	.5561349
_cons	.7702822	1.275635	0.60	0.552	-1.875223	3.415787

Note: L.lnEsec omitted because of collinearity

Tabela 113 – Resultados do Modelo 3 (com desfasamento de um período e o termo de interação) pelo método dos mínimos quadrados

Fonte: O Autor

Variable	VIF	1/VIF
lnIDES L1.	36.03	0.027752
lnIDExEsec L1.	32.89	0.030405
TA L1.	3.18	0.314034
lnFBCF L1.	2.34	0.427156
Mean VIF	18.61	

Tabela 114 – Análise de multicolinearidade do Modelo 3 (com desfasamento de um período e o termo de interação) pelo VIF

Fonte: O Autor

Regression with Newey-West standard errors
maximum lag: 1

Number of obs = 27
F(4, 22) = 1.67
Prob > F = 0.1919

TCPIBpc	Newey-West		t	P> t	[95% Conf. Interval]	
	Coef.	Std. Err.				
lnFBCF L1.	-.173705	.0982936	-1.77	0.091	-.3775535	.0301435
lnIDEs L1.	-.2660788	.2271501	-1.17	0.254	-.7371594	.2050018
TA L1.	.1904496	.2023385	0.94	0.357	-.2291748	.6100741
lnIDExEsec L1.	.2542797	.1592074	1.60	0.124	-.0758963	.5844557
_cons	.7702822	1.260855	0.61	0.548	-1.844571	3.385136

Tabela 115 – Resultados do Modelo 3 (com desfasamento de um período e o termo de interação) pelo procedimento Newey-West estimator

Fonte: O Autor

$$TCPIBpc_t = b_0 + b_1 \ln FBCF_{t-1} + b_2 \ln IDE_{t-1} + b_3 \ln Esec_{t-1} + b_4 TA_{t-1} + b_5 \ln (IDE_{t-1} \times Esec_{t-1}) + b_6 Paz$$

Source	SS	df	MS	Number of obs = 27	
Model	.714049515	5	.142809903	F(5, 21) =	4.11
Residual	.729891296	21	.034756728	Prob > F =	0.0093
				R-squared =	0.4945
				Adj R-squared =	0.3742
				Root MSE =	.18643
Total	1.44394081	26	.055536185		

TCPIBpc	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
lnFBCF L1.	-.1510169	.072221	-2.09	0.049	-.3012088	-.000825
lnIDEs L1.	-.411173	.203453	-2.02	0.056	-.8342766	.0119307
lnEsec L1.	0 (omitted)					
TA L1.	.4045535	.1829314	2.21	0.038	.0241269	.7849801
lnIDExEsec L1.	.2075418	.1303119	1.59	0.126	-.0634566	.4785402
paz	.4079339	.1545921	2.64	0.015	.086442	.7294259
_cons	4.719803	1.876278	2.52	0.020	.817869	8.621737

Note: lnEsec omitted because of collinearity

Tabela 116 – Resultados do Modelo 3 (com desfasamento de um período, o termo de interação e a dummy paz) pelo método dos mínimos quadrados

Fonte: O Autor

Variable	VIF	1/VIF
lnIDES L1.	38.87	0.025725
lnIDExEsec L1.	33.51	0.029844
paz TA	4.33	0.230982
L1.	3.96	0.252255
lnFBCF L1.	2.37	0.421102
Mean VIF	16.61	

Tabela 117 – Análise de multicolinearidade do Modelo 3 (com desfasamento de um período, o termo de interação e a dummy paz) pelo VIF

Fonte: O Autor

Regression with Newey-West standard errors
maximum lag: 1

Number of obs = 27
F(5, 21) = 4.41
Prob > F = 0.0067

TCPIBpc	Newey-West		t	P> t	[95% Conf. Interval]	
	Coef.	Std. Err.				
lnFBCF L1.	-.1510169	.0726529	-2.08	0.050	-.3021069	.0000731
lnIDES L1.	-.4111173	.1809933	-2.27	0.034	-.7875692	-.0347767
TA L1.	.4045535	.1936929	2.09	0.049	.0017471	.8073599
lnIDExEsec L1.	.2075418	.0962047	2.16	0.043	.0074731	.4076104
paz	.4079339	.1212114	3.37	0.003	.155861	.6600068
_cons	4.719803	1.535079	3.07	0.006	1.527431	7.912175

Tabela 118 – Resultados do Modelo 3 (com desfasamento de um período, o termo de interação e a dummy paz) pelo procedimento *Newey-West estimator*

Fonte: O Autor

ANEXOS

ANEXO I – PRODUÇÃO DE CAFÉ EM ANGOLA

	Production		
	Total	Arabica	Robusta
1960s	1,968		
1970s	2,449		
1979/80	289	20	269
1980/81	586	30	556
1981/82	344	20	324
1982/83	290	20	270
1983/84	217	20	197
1984/85	254	20	234
1985/86	190	20	170
1986/87	231	20	211
1987/88	232	20	212
1988/89	183	15	168
1989/90	120	15	105
1990/91	110	15	95
1991/92	90	10	80
1992/93	75	10	65
1993/94	75	6	69
1994/95	80	4	76
1995/96	60	8	52
1996/97	70	10	60
1997/98	80	10	70

Tabela 119 – Produção de Café em Angola (Desde os Anos 60 até 1998)

Fonte: CFC; ICO; WB, 2000

ANEXO II – RECEITAS FISCAIS ANGOLANAS

	Mil milhões de Kwanzas Correntes				% do PIB			
	2008	2009	2010	2010	2008	2009	2010	2010
	Exec.	Exec.	OGE Revisto	Proj.	Exec.	Exec.	OGE revisto	Proj.
Receitas	3.217,4	1.847,9	3.075,2	2.279,6	50,5	32,4	42,7	34,0
Impostos	3.070,2	1.703,7	2.921,2	2.132,8	48,2	29,9	40,6	31,8
Petrolíferos	2.601,9	1.164,8	2.316,9	1.459,6	40,8	20,5	32,2	21,8
Dos quais: Direitos da concessionária	1.504,4	773,6	1.647,2	969,7	23,6	13,6	22,9	14,5
Não petrolíferos	468,3	539,0	604,3	673,2	7,3	9,5	8,4	10,1
Impostos sobre rendimentos, lucros e ganhos de capital	149,1	194,5	219,8	177,6	2,3	3,4	3,1	2,7
Impostos sobre folha de salários e força de trabalho	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Impostos sobre propriedades	2,8	3,2	4,7	4,2	0,0	0,1	0,1	0,1
Impostos sobre bens e serviços	135,7	147,7	161,6	194,0	2,1	2,6	2,2	2,9
Impostos sobre transacções e comércio internacional	104,3	106,3	136,9	189,9	1,6	1,9	1,9	2,8
Outros impostos	76,5	87,3	81,3	107,5	1,2	1,5	1,1	1,6
Contribuições sociais	93,4	85,7	80,8	80,8	1,5	1,5	1,1	1,2
Doações	1,9	1,3	0,5	1,9	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras receitas	51,9	57,2	72,6	64,0	0,8	1,0	1,0	1,0

Tabela 120 – Receitas Fiscais de 2008 a 2010

Fonte: República de Angola (2010)

Descrição	Mil Milhões de Kwanzas Correntes			% PIB		
	2009 Exec.	2010 Exec.	2011 Prel.	2009 Exec.	2010 Exec.	2011 Prel.
Receitas	2.069,7	3.295,5	3.929,4	34,6	43,5	42,2
Impostos	1.988,2	3.094,5	3.807,3	33,2	40,8	40,9
Petrolíferos	1.449,2	2.500,4	3.106,1	24,2	33,0	33,4
Dos quais: Direitos da concessionária	861,1	1.658,3	2.079,9	14,4	21,9	22,3
Não petrolíferos	539,0	594,1	701,2	9,0	7,8	7,5
Impostos sobre rendimentos, lucros e ganhos de capit	194,5	236,0	273,4	3,2	3,1	2,9
Impostos sobre folha de salários e força de trabalho	0,0	0,0	78,0	0,0	0,0	0,8
Impostos sobre propriedades	3,2	3,0	6,4	0,1	0,0	0,1
Impostos sobre bens e serviços	147,7	160,9	183,6	2,5	2,1	2,0
Impostos sobre transacções e comércio internacional	106,3	101,9	133,8	1,8	1,3	1,4
Outros impostos	87,3	92,3	103,9	1,5	1,2	1,1
Contribuições sociais	16,1	75,6	63,9	0,3	1,0	0,7
Doações	2,2	1,9	2,8	0,0	0,0	0,0
Outras receitas	63,2	123,5	55,4	1,1	1,6	0,6

Tabela 121 – Receitas Fiscais de 2009 a 2011

Fonte: Conselho de Ministros (2011)

ANEXO III – EMPREGABILIDADE EM ANGOLA

Sectores de Actividade	Emprego		Total
	Privado	Institucional	
Agricultura	4 815 892	n.d	4 815 892
Pescas	159 335	n.d	159 335
Petróleo	14 150	260	14 410
Diamantes	n.d	n.d	n.d
Outras Extractivas	13 123	13 123	13 269
Energia e Água	n.d	n.d	n.d
Manufatura	37 174	n.d	37 174
Construção	n.d	n.d	n.d
Serviços Mercantis	72 608	-	72 608
Sectores Sociais	n.d	66 608	66 608
Sectores Institucionais	-	224 983	224 983
Outros	40 528	-	40 528
Total	5.152.810	291.997	5.438.807

Tabela 122 – Número de Empregados por Sector de Actividade

Fonte: Ministério do Planeamento, 2009

ANEXO IV – INDICADORES COMERCIAIS EM PERCENTAGEM DO PIB

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	DESCRIPTION
VARIAÇÃO ANUAL PERCENTUAL						ANNUAL VARIATION IN PERCENTAGE
Exportações	39,3	44,0	-36,1	23,9	33,0	Exports
Petróleo	41,1	45,2	-36,3	24,0	32,9	Oil
Outras	1,0	4,6	-29,6	21,3	38,3	Other
Importações	55,6	53,6	8,0	-26,4	21,4	Imports
EM PERCENTAGEM DO PIB						IN PERCENTAGE OF THE GDP
Balança Comercial	50,7	51,0	27,1	41,2	45,3	Trade Balance
Exportações	73,2	75,9	60,9	61,4	64,7	Exports
Importações	22,5	24,9	33,8	20,2	19,4	Imports
Conta Corrente	17,5	8,5	-11,3	9,1	12,6	Current Account
Conta Financeira e de Capitais	-9,6	1,5	3,7	-1,38	-3,82	Financial and Capital Account
Investimento directo estrangeiro (liq)	-3,0	-1,1	3,3	-5,5	-4,9	Foreign direct investment
Total da dívida externa (stock)	16,2	17,6	22,6	21,6	20,2	Total External Debt
Balança Global	5,2	8,6	-6,9	8,0	8,7	Overall Balance
RÁCIOS SOBRE IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES DE BENS E SERVIÇOS NÃO FACTORIAIS						IN % OF EXPORTS AND IMPORTS GOODS AND SERVICES NOT FACTOR
Rácios das reservas brutas / meses de importações de bens	9,8	10,2	7,0	13,9	16,8	Gross reserves ratio/months of imports of goods
Rácio das reservas brutas / meses de importações de bens e serviços não factoriais	5,1	5,0	3,8	6,6	7,8	Gross reserves ratio/months of imports of goods non factor services
Rácio das reservas brutas/semanas de importações de bens e serviços não factoriais	22,1	21,5	16,5	28,4	33,6	Gross reserves ratio/weeks of imports of goods non factor services
Rácio do serviço da dívida/exportações de bens e serviços não factoriais	9,3	3,0	10,4	6,1	5,6	Debt service ratio/export goods and non factor services
Rácio da dívida/exportações de bens e serviços não factoriais (exclui perdão e reescalonamento vincenda)	9,3	3,0	10,4	6,1	5,6	Debt Service ratio/export goods and non factor services (excluding forgiveness and rescudilling outstanding Debt)
Rácio da dívida/exportações de bens e serviços não factoriais (exclui perdão, reescalonamento vincenda e corrente)	9,2	3,0	10,4	6,1	5,6	Debt Service ratio/export goods and non factor services(excluding forgiveness and rescudilling outstanding and current Debt)
Rácio da dívida m/l prazo (stock)/exportações de bens e serviços não factoriais	21,9	23,0	36,5	34,4	30,7	Medium and long Term Debt (stock)/export of goods and non factor services
Rácio do total da dívida (stock)/exportações de bens e serviços não factoriais	21,9	23,0	36,5	34,7	30,9	Total of Debt (stock)/export of goods and non factor services
Itens do memorando						Memorandum Items
PIB	60.627,6	84.181,8	66.994,9	82.408,8	104.043,7	GDP*
Exportações de bens e serviços não factoriais	44.706,9	64.243,4	41.451,1	51.451,7	68.042,5	Exports of goods and non factor services
(Em % do PIB)	73,7	76,3	61,9	62,4	65,4	In % of the GDP
Importações de bens e serviços não factoriais	26.304,7	43.121,5	41.829,3	35.421,2	43.898,3	Imports of goods and non factor services .
(Em % do PIB)	43,4	51,2	62,4	43,0	42,2	In % of the GDP
Exportações de volume de petróleo (milhões barris)	605,3	672,7	646,8	625,1	586,4	Export.Vol. Oil (million barrels)
Preço Médio por Barril	70,0	91,7	60,7	77,8	110,1	Average Price per Barrel

Tabela 123 - Indicadores Comerciais em Percentagem do PIB 2007 – 2011

Fonte: BNA, 2013d

ANEXO V – COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES 2007 – 2011

ANGOLA: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES, 2007-2011

ANGOLA - COMPOSITION OF EXPORTS, 2007-2011

Em Milhões de U.S.Dólares e Quantidades Físicas

In US\$ Millions and Physics Quantities

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	DESCRIPTION
Petróleo Bruto (US\$ milhões)	42.351,8	61.665,7	39.270,8	48.629,1	64.538,6	Crude Oil (in USD million)
Volume (milhões de Barris)	605,3	672,7	646,8	625,1	586,4	volume (In million barrel)
Preço (US\$/barril)	70,0	91,7	60,7	77,8	110,1	Price (US\$/Barrel)
Refinados de Petróleo (US\$ milhões)	323,8	400,1	313,7	422,9	676,0	Refined Oil (US\$ million)
Volume (mil ton metricas)	741,3	689,5	773,2	750,9	869,3	volume (In ton metric)
Preço (US\$/ton metrica)	436,8	580,2	405,7	563,2	777,6	Price (US\$/ton metric)
Gás (US\$ milhões)	327,9	391,6	218,3	299,5	376,4	Gas(US\$ million)
Volume (mil barris)	7.042,6	6.711,2	5.584,4	5.419,9	5.383,8	volume (In thousand barrel)
Preço (US\$/barril)	46,6	58,3	39,1	55,3	69,9	Price (US\$/Barrel)
Diamantes (US\$ milhões)	1.182,0	1.209,8	813,6	976,3	1.205,2	Diamonds (US\$ million)
Volume (mil quilates)	9.089,3	8.877,4	9.239,3	8.363,1	8.612,6	Volume (in Thousand quilates)
Preço (US\$/quilates)	130,0	136,3	88,1	116,7	139,9	Price (US\$/quilates)
Café (US\$ milhões)	0,4	0,9	0,8	0,6	1,0	Coffe(US\$ million)
Volume (mil ton metricas)	235,0	330,6	415,5	299,1	437,4	Volume (in Thousand ton metric)
Preço (US\$/ton metrica)	1.754,6	2.768,5	1.950,5	1.904,5	2.197,2	Price (US\$/ton metric)
Outras exportações (US\$ milhões)	210,4	245,9	210,7	266,5	513,2	Other exports (US\$ million)
Total exportações	44.396,2	63.913,9	40.827,9	50.594,9	67.310,3	Total Exports
Petróleo	43.003,4	62.457,4	39.802,8	49.351,5	65.591,0	Oil
Não -petróleo	1.392,8	1.456,6	1.025,2	1.243,4	1.719,3	Non-oil
Variação Percentual						Percentual Change
Petróleo Bruto (US\$ milhões)	41,5	45,6	-36,3	23,8	32,7	Crude Oil(in USD million)
Volume (milhões de Barris)	24,1	11,1	-3,8	-3,4	-6,2	Volume (In million barrel)
Preço (US\$/barril)	14,0	31,0	-33,8	28,1	41,5	Price (US\$/Barrel)
Refinados de Petróleo (US\$ milhões)	9,9	23,6	-21,6	34,8	59,8	Refined Oil (US\$ million)
Volume (mil ton metricas)	-3,8	-7,0	12,1	-2,9	15,8	Volume (In ton metric)
Preço (US\$/ton metrica)	14,2	32,8	-30,1	38,8	38,1	Price (US\$/ton metric)
Gás (US\$ milhões)	26,2	19,4	-44,3	37,2	25,7	Gas (US\$ million)
Volume (mil barris)	9,6	-4,7	-16,8	-2,9	-0,7	Volume (In thousand barrel)
Preço (US\$/barril)	15,1	25,3	-33,0	41,4	26,5	Price (US\$/Barrel)
Diamantes (US\$ milhões)	2,4	2,4	-32,7	20,0	23,4	Diamonds (US\$ million)
Volume (mil quilates)	-0,7	-2,3	4,1	-9,5	3,0	Volume (in Thousand quilates)
Preço (US\$/quilates)	3,1	4,8	-35,4	32,6	19,9	Price (US\$/quilates)
Café (US\$ milhões)	31,2	122,0	-11,5	-29,7	68,7	Coffee (US\$ million)
Volume (mil ton metricas)	2,0	40,7	25,7	-28,0	46,2	Volume (In ton metric)
Preço (US\$/ton metrica)	28,6	57,8	-29,5	-2,4	15,4	Price (US\$/ton metric)
Outras exportações (US\$ milhões)	-6,2	16,9	-14,3	26,5	92,6	Other exports (US\$ million)

Tabela 124 – Composição da Exportação Angolana entre 2007 e 2011

Fonte: BNA, 2013b

ANEXO VI – PRINCIPAIS DESTINOS DA EXPORTAÇÃO DE PETRÓLEO BRUTO

ANGOLA: DESTINO DAS EXPORTAÇÕES DE PETRÓLEO BRUTO, 2007-2011

EXPORT BY COUNTRY, 2007-2011

U.M.: Em milhões de U.S. Dólares						IN MILLIONS OF U.S.DÓLARES	
DESCRIÇÃO DESTINO	2007	2008	2009	2010	2011	DESCRIPTION DESTINY	
EUA	10.164,0	14.382,3	7.470,6	8.808,8	10.282,4	USA	
CHINA	11.166,0	18.337,0	15.110,3	20.820,0	24.324,2	CHINA	
COREIA	423,3	347,1	229,8	0,0	0,0	KOREA	
FRANÇA	2.196,4	3.108,5	2.977,1	1.804,9	2.092,1	FRANCE	
TAILÂNDIA	57,5	0,0	0,0	0,0	0,0	TAI LAND	
T AIWAN	1.760,6	1.558,2	1.154,5	2.316,3	5.314,3	TAIWAN	
ESPAÑA	673,1	1.607,0	681,4	887,6	614,4	SPAIN	
INDIA	2.340,9	2.660,2	3.680,0	4.912,1	6.879,6	INDIA	
CHILE	685,6	1.561,5	38,1	0,0	0,0	CHILE	
HONG KONG	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	HONG KONG	
HOLANDA	1.399,2	2.370,1	1.219,2	714,0	1.538,0	NEDHERLANDS	
CANADA	2.479,6	3.180,5	2.129,3	2.829,4	5.584,6	CANADA	
ITALIA	485,2	121,3	0,0	219,9	2.385,6	ITALY	
INGLATERRA	0,0	466,0	287,0	77,2	333,0	ENGLAND	
ARGENTINA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	ARGENTINA	
SENEGAL	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	SENEGAL	
BRASIL	793,9	1.879,6	118,2	378,6	215,0	BRASIL	
ISRAEL	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	ISRAEL	
PORTO RICO	59,9	0,0	0,0	0,0	0,0	PORTO RICO	
GIBRALTAR	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	GIBRALTAR	
JAPÃO	130,6	95,8	120,1	0,0	0,0	JAPAN	
PORTUGAL	424,5	464,5	207,5	865,9	1.518,7	PORTUGAL	
ALEMANHA	0,0	160,4	64,6	0,0	113,8	GERMANY	
ÁFRICA DO SUL	1.639,3	2.503,4	1.241,1	1.521,5	1.686,2	SOUTH AFRICA	
GUINÉ EQUATORIAL	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	EQUATORIAL GUINÉ	
SINGAPURA	0,0	0,0	0,0	129,5	0,0	SINGAPORE	
INDONÉSIA	0,0	0,0	0,0	0,0	214,8	INDONESIA	
OUTROS	5.472,0	6.862,3	2.541,8	2.343,4	1.442,1	OTHERS	
Total Exportações	42.351,8	61.665,7	39.270,8	48.629,1	64.538,6	Total Exports	

Tabela 125 – Destino da Exportação de Petróleo Bruto entre 2007 E 2011

Fonte: BNA, 2013c